

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Compreender e intervir sobre os espaços vazios em contexto (sub)urbano: uma análise sobre Fiães, Santa Maria da Feira

Teresa Ribeiro Lopes

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura orientada por Virgílio Borges Pereira

2019

Nota prévia

A presente dissertação não obedece ao novo acordo ortográfico, por opção da autora.

As citações transcritas em português, referentes a edições de língua não portuguesa, foram livremente traduzidas e/ou transcritas pela autora.

A numeração das imagens e desenhos conta-se da esquerda para a direita e de cima para baixo.

. Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Virgílio Borges Pereira, pela disponibilidade, pela calma e pela confiança;

Aos amigos que encontrei, nesta e *noutras escolas*, aos que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho e aos que motivaram outras procuras;

Às minhas irmãs, pelo apoio inesgotável e,

Aos meus pais, pela liberdade e pelo tempo, por me ensinarem que as experiências contam, *no* aprender a *seguir adiante*.

. Resumo

A presente dissertação apresenta um estudo sobre os processos de urbanização contemporâneos, propondo a compreensão dos *espaços vazios* como um possível método de *aproximação* aos territórios resultantes desses mesmos processos e questionando modos de intervenção e de construção nestes lugares. A estrutura divide-se em três partes. Na primeira parte, apresentamos uma reflexão sobre o contexto (sub)urbano actual, recorrendo à compreensão dos conceitos de *cidade*, *campo*, *centro*, *periferia*, *espaço*, *lugar* e *vazio*, a partir da interpretação da sua representação iconográfica e dos símbolos associados aos mesmos, procurando perceber o modo de interacção entre essa representação com a geometria e com a geografia destes territórios. Na segunda parte, através da escolha de um caso de estudo específico, a freguesia de Fiães, no concelho de Santa Maria da Feira, confrontamos o estudo apresentado na primeira parte com as características reconhecidas neste lugar em concreto. Aponta-se o enquadramento *histórico-cultural* deste território, com base na bibliografia específica ao caso de estudo, no estudo de dados estatísticos e no levantamento realizado, e traça-se o perfil *sócio-espacial* do lugar. Recorrendo ao mesmo perfil, ao olhar sobre os percursos, sobre os limites e sobre a gestão dos espaços existentes, procuramos reconhecer estímulos à organização e à gestão destes lugares, salientando a necessidade de se (re)pensar o espaço público actual. Na terceira e última parte da dissertação procura-se refletir sobre modos de (re)pensar o território (sub)urbano, reconhecendo *o vazio* como um lugar expectante e, aceitando a ambiguidade e a condição *inacabada* do território como estímulos nesta reflexão, tentamos perceber de que maneira se podem relacionar as dinâmicas *sócio-espaciais* do território com a idealização de um projecto adequado ao mesmo. Concluimos o estudo com uma proposta de espaço colectivo, desenhado num conjunto de *espaços vazios* abandonados, na zona central de Fiães.

. Abstract

This dissertation presents a study on contemporary urbanization processes, propounding the understanding of *empty spaces* as a possible method of study for the territories that result from those processes, and it seeks to question the intervention and construction methods in these places. The structure is divided into three parts. In the first one, we present a reflection on the current (sub)urban context, resorting to the understanding of the concepts of *city, field, center, periphery, space, place and emptiness*, based on the interpretation of its iconographic representation and the symbols associated with them, trying to perceive the way of interaction between this representation with the geometry and with the geography of these territories. In the second part, through the choice of a specific case study, the parish of Fiães, in Santa Maria da Feira's municipality, we confront the study presented in the first part with the characteristics recognized in this particular place. First, we pointed out the *historical-cultural* context and the *socio-spatial* profile of this place, based on the selected bibliography, on the analysis of statistical data and also on the information that we collected through the site survey. Using the *socio-spatial profile* and looking at the *routes*, the *limits* and the existing spaces management, we try to recognize the organization and the administration of these places, pointing the need to (re)think the current public space. Seeking to reflect about the (sub)urban territory, recognizing *emptiness* as an expectant place and accepting the ambiguity and the unfinished condition of the territory as a *stimulus* for this reflection, we try to perceive how the socio-spatial dynamics of the territory can be related with the idealization of a project adequate to it. We conclude the study by presenting a collective space's proposal, designed in a set of abandoned *empty spaces*, in Fiães's central zone.

. Sumário

. Agradecimentos	5
. Resumo	7
. Abstract	9
. Tema	13

I. O contexto (sub)urbano 23

1. Processos de Urbanização	25
1.1. Introdução	27
1.2. Conceitos, Geometrias, Geografias	27
Cidade/ Campo	27
Rural / Urbano	29
Periferia	32
2. O Território Difuso	37
2.1. Organização/ Gestão/ Estímulos	38
Organização	38
Gestão	41
2.2. Traçados	45
2.3. Espaço/s Colectivo/s	46
3. Espaço / Lugar Vazio/s	53
Espaço / Lugar	53
Vazios	55
A distância interessante	57

II. Compreender os *espaços vazios* 23

1. Compreender os espaços vazios	59
1.1. Introdução	61
Sobre o método	62
Sobre os desenhos	63
2. Enquadramento	67
2.1. Fiães, Santa Maria da Feira	67
3. Levantamento	75
3.1. Do perfil sócio-cultural ao desenho sócio-espacial	75
3.2. Inventário técnico-funcional dos espaços vazios	86
3.3. O corte genérico	87

III. Compreender e intervir nos espaços vazios	93
1. Intervir nos espaços vazios	95
1.1. Introdução	95
1.2. Dos problemas aos estímulos do lugar	96
1.3. Estímulos na organização do território difuso	99
Percursos	99
Limites	101
1.4. Estímulos na gestão do território difuso	103
Público/ Privado/ Colectivo	103
2. Do sistema de espaços vazios ao sistema de espaços colectivos	106
2.1. A mutação do corte genérico	106
3. Uma proposta para a zona central de Fiães	111
Localização	111
Método	111
Programa	112
Gestão	113
4. Compreender e intervir nos espaços vazios em contexto (sub) urbano	
Considerações finais	123
5. Referências e fontes bibliográficas	129
6. Fontes e/ ou créditos de imagens	133
7. Anexos	139

[Se ha dicho que las periferias urbanas son] espacios donde el “sentido del lugar” no existe, donde la ausencia de historia y falta de determinaciones locales reducen a cero la identidad del local en el sentido clásico. (...) Sin embargo, se puede partir de un análisis diverso. Y afirmando que, efectivamente, el sentido clásico del lugar ha desaparecido en aquellas áreas urbanas donde prevalece la discontinuidad de las formas construidas, pero donde los espacios vacíos son predominantes, hay otro sentimiento del lugar característico el de la sensación expectante de los vacíos y el de la indiferencia de las construcciones. (SOLÀ-MORALES.M, 1992)

. Tema

Esta dissertação propõe a compreensão dos *espaços vazios* como um método de aproximação ao *território difuso* contemporâneo, através do estudo de um território concreto: Fiães, Santa Maria da Feira¹, recorrendo à *proximidade* com o lugar e ao *olhar* sobre estes espaços como ferramentas úteis na *descodificação* do desenvolvimento destes territórios, cruzando a reflexão que resultou do estudo da bibliografia seleccionada com a própria experiência sensorial, através do *olhar* consciente sobre a *paisagem*² e sobre os modos de habitar³ (*n)a mesma*. Assim, analisando os sistemas de relações entre as pessoas, os espaços e os modos de apropriação dos mesmos, pretendemos identificar problemas e reconhecer estímulos para a organização e para a gestão destes territórios, com o objectivo de “aprender a intervir e intermediar”, “activando o lugar e os hábitos” (LABASTIDA, 2013), procurando um desenho capaz de, através da reinterpretação dos vazios, restabelecer a experiência colectiva num discurso próximo ao retrato sócio-cultural deste lugar.

Propõe-se uma aproximação ao urbano contemporâneo que parte, também, do confronto de algumas das lições da história e da teoria da arquitectura sobre a evolução das *cidades* com os (diferentes) processos de urbanização actuais. Embora essas lições não sejam evocadas directamente ao longo da dissertação, pretendemos (re)lembrar algumas, das quais se salientam: o entendimento dos primeiros CIAM no pensamento funcional da cidade em confronto com a cidade histórica obsoleta; a compreensão do papel da arquitectura no período pós-guerra, quando após a destruição global se integrou o pensamento empírico da cidade mais humana, dando atenção às condições específicas de um lugar, aceitando-se as tradições locais; os ideais dos CIAM de 1959 e o pensamento dos TEAM X baseado na fragmentação da grande escala, dando maior atenção ao desenho da escala intermédia, incluindo-se, também, no exercício de projecto as preocupações ambientais ou a integração da vida social e participativa do indivíduo; a influência da cultura de massas dos anos 60, dos transportes, dos electrodomésticos, da procura da felicidade universal e das arquitecturas alternativas; o valor da tradição e a sua relação com a forma; ou pensamento de Robert Venturi ou Rem Koolhaas sobre o papel da arquitectura, também, como criadora de fluxos e relações (SOLÀ-MORALES, 1996 :13).

1. Importa, então, compreender que a primeira aproximação ao tema, aproximação que se manifesta ao longo do exercício de construção da dissertação, quer na reflexão sobre o mesmo, quer nas imagens produzidas, partiu da atitude empírica da revisita ao lugar escolhido. Assim se justifica a escolha desta área. E, diz-se revisita, por ser este o lugar onde estudei até aos 15 anos, onde vivi até aos 18 anos, onde se localizam as casas dos meus pais e família materna. Apesar desta ligação, este lugar nunca me foi próximo, se se puder aqui usar esta palavra num sentido emocional, sendo talvez esse o desafio que motivou o envolvimento com o tema proposto.

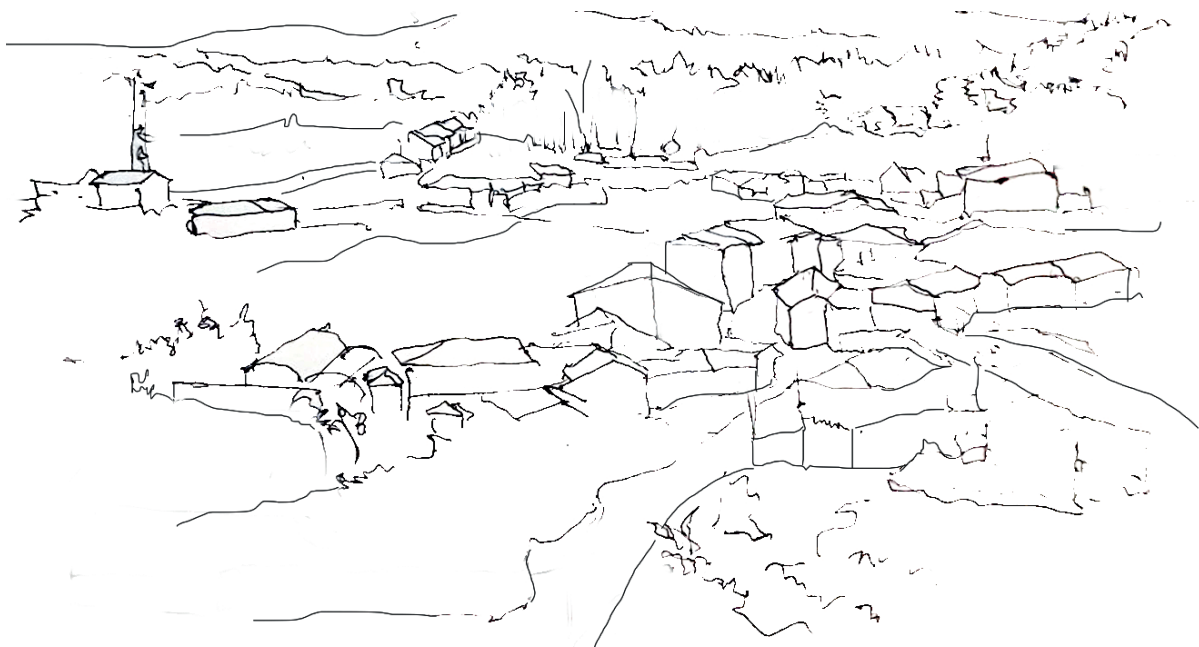
2. Estudamos a *paisagem* pela da capacidade de integração dos objectos associados à da acção do indivíduo, numa *imagem*, em determinado contexto. Assim como John Brinckerhoff Jackson afirma, consideramos a paisagem “de acordo com a sua maneira de satisfazer as necessidades elementares, como a de partilhar algumas dessas experiências sensoriais num lugar familiar: as canções populares, pratos populares, uma espécie particular de clima que seja suposto não ser encontrado em qualquer outro lugar” (JACKSON, 2005 :42).

3. Não menos importante será a aproximação ao entendimento do habitar e para tal, realça-se o pensamento de Heidegger que salienta a permanência e o estar (do indivíduo) no lugar como termos apropriados às questões associadas ao conceito de habitar. Procura-se uma definição que não se encerra no habitar doméstico mas sim o habitar “no sentido do que nós humanos somos na terra”(HEIDEGGER, 1971 :12).

Dividimos a dissertação em três partes. Na primeira parte, apresentamos o *contexto (sub)urbano* recorrendo à reflexão sobre os conceitos de *cidade, campo, centro ou periferia*, a partir da interpretação da sua representação *iconográfica* e dos símbolos associados aos mesmos e, também, do modo de interação entre essa *representação* com a sua geometria e com a sua geografia. Confronta-se o *olhar* Fiães com outros estudos e reflexões feitas por arquitectos, geógrafos, sociólogos e outros que, com o seu trabalho, contribuíram para a discussão dos processos de urbanização actuais, onde este tipo de território é objecto de estudo. Procuramos perceber os modos e os meios que se manifestam na organização e na gestão destes territórios. Propomos, também, a reflexão sobre as noções de *espaço, lugar* e *vazio*, reconhecendo, o último, como sujeito e não, como um adjectivo no estudo proposto.

Na segunda parte, focámo-nos na análise do território de estudo escolhido, apresentando-se o enquadramento histórico-cultural do Concelho de Santa Maria da Feira e o enquadramento da freguesia, Fiães, dentro deste concelho. Através do estudo comparativo entre a informação recolhida e a informação reconhecida a partir da experiência *do lugar*, traça-se o perfil *espacial* e *sócio-cultural* de Fiães. Ao longo desta parte, pretendemos relacionar a informação recolhida na realização dos desenhos (e também, através da pesquisa bibliográfica específica ao caso de estudo e da análise de dados estatísticos), com os temas apresentados na primeira parte da dissertação, procurando perceber a relação entre o perfil *sócio-cultural* de um lugar e os modos de apropriação dos seus espaços. Aproximamo-nos, gradualmente, da área de estudo seleccionada, correspondente à zona central de Fiães e área envolvente. Apresenta-se o *inventário técnico-funcional* dos *espaços vazios* de Fiães. A sua realização partiu primeiro, do desenho de uma planta onde, através de uma legenda de cores se distinguiram os diferentes tipos de uso dos espaços vazios, após percorrer a área, observando e/ou perguntando aos habitantes e consequentemente apontando a informação recolhida. Mostram-se outras plantas esquemáticas: de distribuição dos serviços, equipamentos e tipologias de habitação; de distribuição do espaço público no território; tipos de solo (permeável/ impermeável). Estudam-se também as altimetrias de alguns fragmentos seleccionados, correspondentes às categorias dos espaços vazios presentes no inventário.

Se, na primeira e segunda partes, procuramos compreender a formação e desenvolvimento do contexto *(sub)urbano*, apresentando-se o perfil sócio-espacial de Fiães e o estudo dos espaços vazios como meio de aproximação ao tema, na terceira parte questionamos os modos de intervenção no mesmo contexto, confrontando o conhecimento adquirido com a idealização de uma proposta para um espaço colectivo desenhado num conjunto de espaços vazios *abandonados* na zona central de Fiães. Procurando evitar a mudança radical destes espaços (se afinal, a dissertação, pretende ser um estudo motivado pela acção empírica do (re) conhecimento de um lugar) e também as tradicionais “visões *denunciatórias e regeneracionistas*, que associam estes territórios à especulação, desordem e miséria”, confrontamos as dificuldades associadas ao desenho *no vazio*, tentando refletir sobre os modos e meios de intervenção no contexto (sub)urbano assim como Solà-Morales explicou: procurando “o reconhecimento de um campo de liberdade para o pensamento urbano que visa ser orientado como uma possibilidade do futuro e até do presente, sem se limitar aos defeitos passados” (SOLÀ-MORALES.M, 2008: 166).



Compreender e intervir sobre os espaços vazios em contexto (sub)urbano | img.1 - Fiães, Santa Maria da Feira

I. O Contexto (sub)Urbano

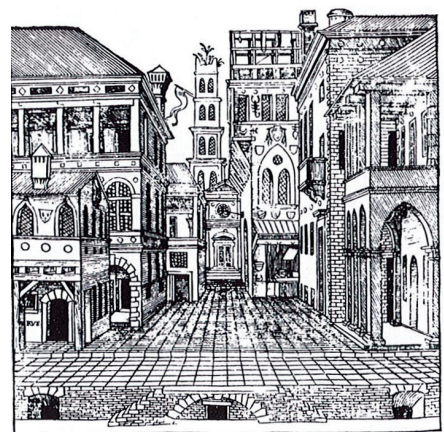
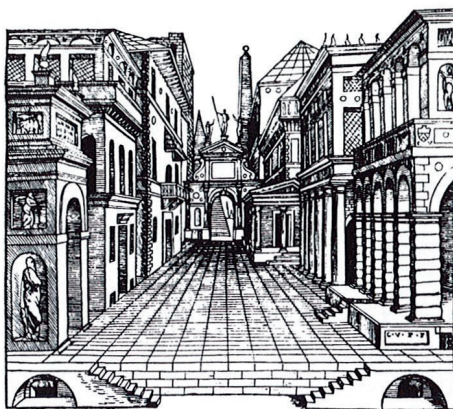
1. Processos de Urbanização

1.1. Introdução

A primeira parte da dissertação foca-se no esclarecimento de alguns conceitos (cidade, campo, urbano, rural, periferia, entre outros), propondo-se a reflexão sobre os mesmos nos processos de urbanização globais. Propõe-se uma discussão sobre *ciudades* (e sobre os modos de construção das mesmas) radicalmente diferentes do conceito de *cidade canónica*, das cidades dos períodos pré-industriais, das cidades que resultaram da primeira revolução industrial e também das grandes cidades desenhadas integralmente num plano e construídas de raiz a partir do mesmo. Apresentar-se-á o estudo do território que resulta da crescente expansão urbana e respectivos acontecimentos, objectos e vivências. Território cujos limites são imensuráveis, onde a realidade virtual não é menos habitada que a realidade física, onde as definições de sociedade, cidadania e até mesmo a identidade das tipologias, são postas em causa. São os lugares que integram as auto-estradas, os nós, as rotundas, os shoppings ou os parques temáticos, e também aqueles que resultam da colonização das vias, apresentados como *territórios difusos*⁴. Entende-se que estes territórios devem ser estudados porque são um fenómeno real e em constante crescimento. Percebe-se, também, que se constroem, actualmente, a partir de diversas iniciativas, públicas e privadas, promovidas por diferentes especialistas que tendem a agir de maneira autónoma.

Propomos, então, a reflexão sobre os meios e métodos de organização e de gestão destes territórios. Reconhecendo a rede viária como o espaço *comum* da urbanidade, realçamos a *crise* no entendimento do espaço público e apontamos o estudo dos traçados como um possível estímulo na organização do território, procurando um sistema de espaços colectivos capaz de reestabelecer a vida colectiva no espaço urbano. Depois, a partir da explicação de espaço/ lugar vazio, antecipamos o estudo sobre os vazios que propomos aprofundar na segunda e terceira partes da dissertação.

4. Apropriando a expressão usada por Francesco Indovina (INDOVINA, 1999) e relacionando, também, com o entendimento de *organismo difuso*, explicado por Solà-Morales (SOLÀ-MORALES, 1996)



Cidade / Periferia / Campo | img.2; 3; 4 - *As cenas trágicas, cómicas e satíricas*, Sebastiano Serlio

1.2. Conceitos, Geometrias e Geografias

Cidade / Campo

Actualmente, apercebemo-nos de que o espaço da cidade não é mais o espaço da sua forma canónica e que os desafios da cidade contemporânea não são mais os problemas da cidade dos séculos anteriores. A multiplicação e a diversificação dos processos de urbanização provocaram um certo estranhamento aos territórios motivado pela crise da representação dos mesmos segundo os conceitos tradicionais (MARGALEF, 1992: 7). Usamos, hoje, o (mesmo) nome, cidade, para nomear contextos, lugares e aglomerações de pessoas com características formais, morfológicas e culturais diferentes entre si. Esta qualificação segue tipos ou padrões (através da idade, dimensão, densidade ou morfologia dominante) diferentes daqueles que caracterizavam a cidade tradicional: “um território edificado e com limites precisos, uma espécie de contentor da sociedade que o produz, organiza, regula e transforma (...), que representa o modelo político e moral do bom governo. Ou seja, um modelo desejável de organização social” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 21). Urbis, polis e civitas⁵ representam um ícone que quer mostrar-se enquanto forma construída e também enquanto representação.

Em oposição à representação pictórica da cidade, percebemos uma outra, a do campo. Este, directamente associado ao governo da cidade, existe enquanto espaço exterior, sem limites físicos precisos, onde o verde caracteriza a paisagem envolvente e onde a agricultura é a actividade dominante (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 21).



5. “da palavra grega polis derivaram designações (política, polícia,...) que têm a ver com o exercício do poder e com formas de instituição e de regulação da esfera pública. A Cidade não parece, hoje, conter o essencial desta questão.”; “da civitas romana deriva a palavra cidadania que hoje tanto se procura e que tanto se lamenta com a perda crescente de um certo conceito de espaço público – a praça, para referir o principal – como lugar físico e simbólico de reunião, de expressão e de prática da cidadania. ; “do latim urbis, Ildefonso Cerdà cunhou a palavra urbanização para designar os assentamentos humanos e as acções de transformação/construção desses assentamentos.” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 21)



Cidade / Periferia | **img. 5** - *Frescos d'O bom e o do mau governo*, Ambrogio Lorenzetti | **img. 6** - *Builders*, David Hockney

Rural / Urbano

O *rural* e o *urbano* são outros dois conceitos (diferentes dos conceitos de campo e de cidade) que deixam de poder ser entendidos naquele que é o seu significado holístico, quando são confrontados, por exemplo, com territórios como o caso de estudo abordado nesta dissertação: Fiães, Santa Maria da Feira. Álvaro Domingues afirma que rural denomina três coisas em simultâneo. Uma estrutura económica, de rendimento e de emprego, com base na agricultura; uma estrutura social e cultural que enfatiza a tradição, os laços de vizinhança, familiares, religião; “a paisagem como registo da ocupação do solo, da sua transformação, e de uma estrutura de povoamento” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011: 21).

Françoise Choay explica a *passagem* da cidade ao urbano (CHOAY, 1970). Segundo a autora, o urbano é uma mancha no mapa, fruto da explosão da cidade. Assim, perde-se a forma [da cidade] estruturada, estável e identificável, geométrica e racionalmente. A mancha urbana alastra-se sem seguir uma estrutura de organização clara. O *centro* (físico, funcional e simbólico) perde a sua função enquanto força maior num sistema estruturador. O urbano passa, por isso, a seguir um sistema policêntrico repartido por condições de centralidade distintas. Os vários centros conectam-se entre si, através de uma rede de mobilidade densa, essencial à deslocação de pessoas, de bens ou informação.



Rural / Urbano | **img. 7** - *Frescos d'O bom e do mau governo*, Ambrogio Lorenzetti | **img. 8** - *Garrowby Hill*, David Hockney



Processos de Urbanização | **img. 9** - Santa Maria da Feira, vista aérea sobre a A1 | **img. 10** - *The road to York through sledmere*, David Hockney

O crescimento e desenvolvimento da rede de *mobilidade* veio facilitar não só a deslocação (física ou virtual), mas também o constante assentamento de (novas) povoações e actividades. As infra-estruturas (água, saneamento, electricidade, telecomunicações, energia) deixaram de pertencer só às cidades. A progressiva construção de novas vias de ligação entre lugares e, posteriormente, das auto-estradas, entre outras vias arteriais *rápidas*, mudou, não só o entendimento das distâncias, mas, também, impulsionou novas relações entre os espaços, as pessoas e a capacidade produtiva desses mesmos espaços. Este aumento *produtivo*, motivado pela revolução industrial, aliado ao progressivo desenvolvimento tecnológico global, induziu novas formas de apropriação dos lugares, proporcionando o aparecimento de territórios onde o cadastro agrícola, que outrora definia a paisagem, perdeu a sua leitura entre a crescente rede de estradas e caminhos (suporte da existência, da mutação e do desenvolvimento das práticas sócio-espaciais percebidas nesses territórios).

O Vale do Ave ou Santa Maria da Feira são exemplos “elucidativos sobre as metamorfoses da urbanização em territórios onde a perda de importância da economia agrícola não se fez acompanhar do esvaziamento populacional, devido à industrialização rural difusa que começou em meados do século XIX.” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 34). No vale do Ave, “da agricultura como economia ficou apenas um resíduo neste território de minifúndio e socolco” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2003; 31). Também em Fiães, a actividade agrícola se restringiu, maioritariamente, às hortas e aos pomares para auto-consumo de uma população assalariada que vive de outras fontes de rendimento localizadas na proximidade” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2003; 31). As manchas verdes de floresta, maioritariamente de pinhal e eucaliptal, ocupam espaços baldios. Entendendo a rede viária como o principal factor no assentamento e desenvolvimento destes aglomerados urbanos, percebemos que, actualmente, não existe um urbano contemporâneo único desenhado com recurso a um modelo base genérico, comum a todo o território. É um fenómeno que “responde simplesmente a modos dominantes de territorialização contemporânea da(s) sociedade(s) plural e multi-escalar (...) apesar da influência global da tecnologia” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 40).

Álvaro Domingues aponta pelo menos dois processos de urbanização. Aqueles que se relacionam com “os processos de emergência de polaridades de grande dimensão”, normalmente próximos dos principais nós da rede de auto-estradas; e aqueles que decorrem dos processos extensivos de colonização das redes viárias” menores: a rede nacional de estradas e as suas ramificações onde, “devido ao elevado fluxo de trânsito, se foram localizando actividades económicas muito variadas em especialização e dimensão, misturadas com tipologias diversas de habitação”⁶ (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 40).

6. No decorrer da dissertação focamo-nos no segundo processo apontado, resultado da análise de um território concreto, Fiães, Santa Maria da Feira. Estudamos o desenvolvimento e formação deste lugar, dentro do território correspondente ao Concelho de Santa Maria da Feira, reconhecendo características comuns entre outros territórios consequentes destes processo de urbanização, traçando-se, também, o perfil sócio-espacial deste lugar específico.

Procurando, então, uma forma ou geometria para *o urbano*, essa apresenta um carácter fragmenta do que, ao contrário da cidade canónica, não apresenta limites específicos ou uma estrutura legível na distribuição dos edifícios, dos serviços ou dos espaços públicos. Entende-se a urbanização como um processo em que a mobilidade espacial organiza a vida quotidiana, supondo a capacidade de ser móvel, assim como a valorização da mobilidade (REMY, VOYÉ, 1992). Conceptualmente, é um fenómeno exterior contrário à cidade canónica. O centro geográfico perde-se enquanto lugar, causando princípios diferentes de organização do/ no espaço, pondo em causa, também, o modelo da área metropolitana: *centro-periferia*. (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011: 37).

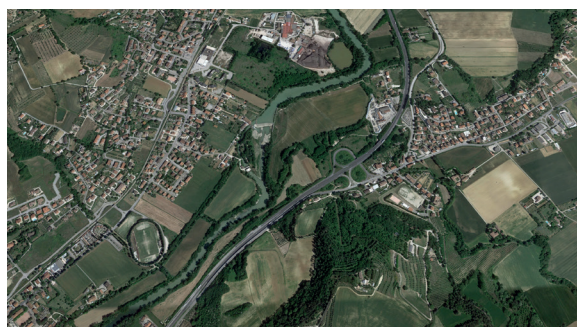
Centro / Periferia

Apontamos, também, uma breve reflexão sobre o conceito de *periferia*. Na procura da sua representação iconográfica, esta talvez se misture com a ideia de subúrbio, associando-se a sua definição à denominação dos espaços que nasceram na Europa Urbana pós-industrialização. “Subúrbio tornou-se numa *palavra fetiche* que designa, para lá dos significantes, significados e revelações mutáveis” (NICOLIN, 1992 :8). Se, na Europa, os subúrbios se associavam à tal falta de identidade e organização, nos EUA, o subúrbio “tomou, curiosamente, significados positivos associados ao sonho americano, por oposição ao gueto, normalmente posicionado nas áreas centrais decadentes, pobres e mais ou menos marginais” (DOMINGUES, 2007: 140). Neste mesmo texto, “Periferia. Metròpoli. Erranza”, Pier Luigi Nicolín refere o geógrafo Yves Lacoste, questionando as características da periferia em comparação com o terceiro mundo: “dependência, distância, marginalidade, exploração (sofrida), pobreza e ignorância”. Características que, segundo o geógrafo, seriam opostas às ambições *do capitalismo*: “avanço, domínio, proximidade, central, exploração (exercida), riqueza, cultura” (NICOLIN, 1992 :8).

Interessa-nos citar esta associação na procura de uma reflexão distinta. Consideramos que é cada vez menos certo que a *periferia* seja o lugar da actividade subordinada ou da degradação, representando melhor a margem, lugar de intercâmbio entre a *cidade* e o resto do mundo. Quando os sistemas em rede, de fluxos e relações, associam escalas urbanas distintas, alargando a noção de proximidade, a posição do centro e, conseqüentemente, da periferia baralham-se. Ao recusar a dualidade *centro-periferia* que outrora parecia clara, “o tema da periferia passa rapidamente a designar os territórios extensos da urbanização difusa (uma espécie de «outro» grande «exterior» do lugar/ cidade correspondente aos estereótipos referidos atrás), reconhecida como policêntrica (entenda-se, pontuada por centros/polaridades novas e velhas).” (DOMINGUES, 2007: 141). Entendemos que, assim como escreveu Álvaro Domingues, “geometricamente a periferia mede-se pelo grau de afastamento ao centro, (...) e geograficamente, pode ser designável com indicadores de posição de relação e de dependência” (DOMINGUES, 2007: 140). Se o centro era entendido através da sua função organizadora, devíamos, hoje, abstrair-nos dessa visão de especulação e de desordem associada ao espaço urbano, provocada pelo estranhamento dos conceitos, das formas ou dos lugares, aceitando as “dificuldades estéticas destes lugares, que implicam, sempre, o confronto com a descontinuidade e com o vazio”. (SOLÀ-MORALES, M, 1995: 166).



Periferia | **img. 11** - *Finished Housing*, William A. Garnett (cima) | **img. 12** - *Sprinkler*, David Hockney (baixo)



Processos de Urbanização | **img. 13; 14; 15** - *Noroeste de Itália 2017* | **img. 16** - Santa Maria da Feira, 2017 (*dir.*) - ortofotomapas

No livro “La Terza Italia”, A. Bagnasco (1977) apontou, pela primeira vez, as características de um modelo de desenvolvimento *urbano industrial*, descrevendo o modo de ocupação da região nordeste e centro de Itália como um território intensamente urbanizado, sobre uma rede viária onde os eixos estruturantes se desmontaram numa rede capilar local muito densa, e uma localização industrial difusa encaixada numa matriz rural reconhecível. Hoje deparamo-nos com um conjunto extenso de conceitos⁷ que tentam legitimar os territórios da urbanização extensiva. Porém, não devemos mais procurar, ou tentar escolher, um *conceito-modelo* (de cidade, subúrbio, periferia, metrópole, metápole) para *aplicar* no território. É preciso aceitar o processo descontínuo e fragmentado do urbano extensivo, sem olhá-lo como exceção ou como erro, sem procurar culpados do crime. “(...) A habitação unifamiliar, o acesso à propriedade, os automóveis, os centros comerciais” não são *vilões* no território urbano” (ROUX, 2006 :115).



7. “Numa década enunciaram-se: la citta diffusa de Indovina (1990); la Disappearing City de Peter Hall (1990); l’Edge City de J. Garreau (1991); a 100 Mile City de Deyan Sudjic (1992); Lo Urbano de Françoise Choay (1994); la Ipercittà d’André Corboz (1994), la Fractured Metropolis de Jonathan Barnett (1995); la Métapolis de François Ascher (1995), entre outros, que procuraram identificar e justificar novas relações, novas funções, novas morfologias, novos processos e mecanismos de expansão.” (LABASTIDA, 2003 :31).



o território Difuso | **img. 17** - *Decorative Composition*, Alexander Rodchenko | **img. 18** - Santa Maria da Feira, vista aérea aproximada

2. O território *difuso*

Entre os significados atribuídos ao termo difuso, procurando a caracterização dos territórios da urbanização extensiva, salientamos a idealização de uma forma cujos limites são imprecisos, que se expande desordenadamente pelo espaço e, cuja localização é difícil de precisar. Ignasi de Solà-Morales entende este modelo de território como um *organismo difuso*, acrescentando à idealização formal que a palavra difuso reflete, uma explicação que associa o entendimento científico do organismo aos processos de transformação urbana. Diferente do organicismo de Frank Lloyd Wright, o entendimento de Solà-Morales pretende, além da tentativa de adjectivar a forma, definir uma ligação entre as mudanças na sociedade, na cidade e na arquitectura. “Assim como os órgãos dos seres vivos crescem, adaptam-se e transformam-se, também na cidade, os seus órgãos: as suas arquiteturas, crescem, adaptam-se e transformam-se em constante interação com um ambiente natural ou social (....)” (SOLÀ-MORALES, I, 1996: 14).

O território difuso, resultado da urbanização extensiva, existe e destaca-se na paisagem. Para *agir* sobre ele é preciso compreendê-lo, perceber quais são os estímulos oferecidos, percebendo o sistema complexo que reúne as necessidades e modos de habitar da população contemporânea, apontando o que existe, sem julgar pelo que não existe. É certo que, reconhecendo a geografia extensiva da urbanização difusa, que abrange dezenas de municípios, onde cada um reage com o seu próprio entendimento de regulamentação dentro dos seus limites administrativos, torna-se difícil definir estruturas e modos de intervir globais nestas áreas. Mas, como afirmam Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral, “a urbanização tem (sempre teve) de ser dirigida: é preciso definir estruturas, indicar caminhos, criar incentivos, desencadear dinâmicas. Uma atitude pro-activa que não pode restringir-se aos casos de excepção” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 170).

2.1. Organização/ gestão/ estímulos

Assim, tal como explicámos anteriormente, a rápida transformação do território, fomentada pelo progresso tecnológico, resultado da Revolução Industrial, e pela *banalização* do veículo automóvel, conduziu à expansão descontrolada da *cidade*, alterando significativamente a *paisagem* dos lugares decorrentes da expansão do *urbano*. O *urbano* do século XX, pensado com base no uso do automóvel, propôs a organização do território, principalmente, a partir do desenho da rede viária (ARCHER, 2010: 139). O ruído provocado pelos meios de transporte e o *estranhamento* da paisagem que passou a integrar as estruturas da mobilidade e as infra-estruturas de consolidação das estruturas urbanas emergentes motivaram a preferência por espaços fechados mais *tranquilos* e climatizados e, o consequente abandono dos espaços de encontro ao ar livre (ARCHER, 2010). Ao assumir-se, então, a rede viária como espaço *comum*⁸ da urbanidade (e também como o principal meio na organização dos aglomerados urbanos no território), colocamos em causa o entendimento de *espaço público*. Apresentamos, então, nas páginas seguintes, uma reflexão sobre os modos de organização e de gestão do território urbano actuais, indicando (um pensamento sobre) o espaço público como um estímulo a assumir na procura de um novo entendimento para a intervenção no território urbano.

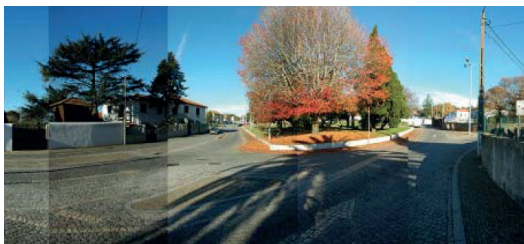
Organização

Em Portugal, desde o final do século XIX até há segunda metade do século XX, as transformações no território ocorreram com bastante *liberdade* sendo que, até há poucas décadas os planos ou linhas de pensamento para a organização destes territórios eram quase inexistentes. Hoje, o ordenamento do território urbano é assegurado por um extenso conjunto de regulamentos⁹ (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 177). Rege-se por planos sectoriais, rígidos, abstractos “e defensivos, mais do que propositivos” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 177). Nestes planos, as diferentes parcelas de território são delimitadas e classificadas de acordo com um tipo de uso que lhes poderá ser atribuído. Assim, respondendo a essa premissa, o projecto de intervenção nessas mesmas parcelas foca-se no interior e não propõe a continuidade ou o estabelecimento de (novas) relações entre o território envolvente. Em Santa Maria da Feira, por exemplo, o PDM em vigor propõe o desenvolvimento de Planos de Pormenor para todas as zonas centrais das trinta e uma freguesias. Se, numa primeira análise, percebemos a tentativa de unificação do desenho destes espaços, cuja presença e uso manifestam relações comuns entre os habitantes das diferentes freguesias, conseguimos também compreender que este método de planeamento e intervenção sobre o território tem por

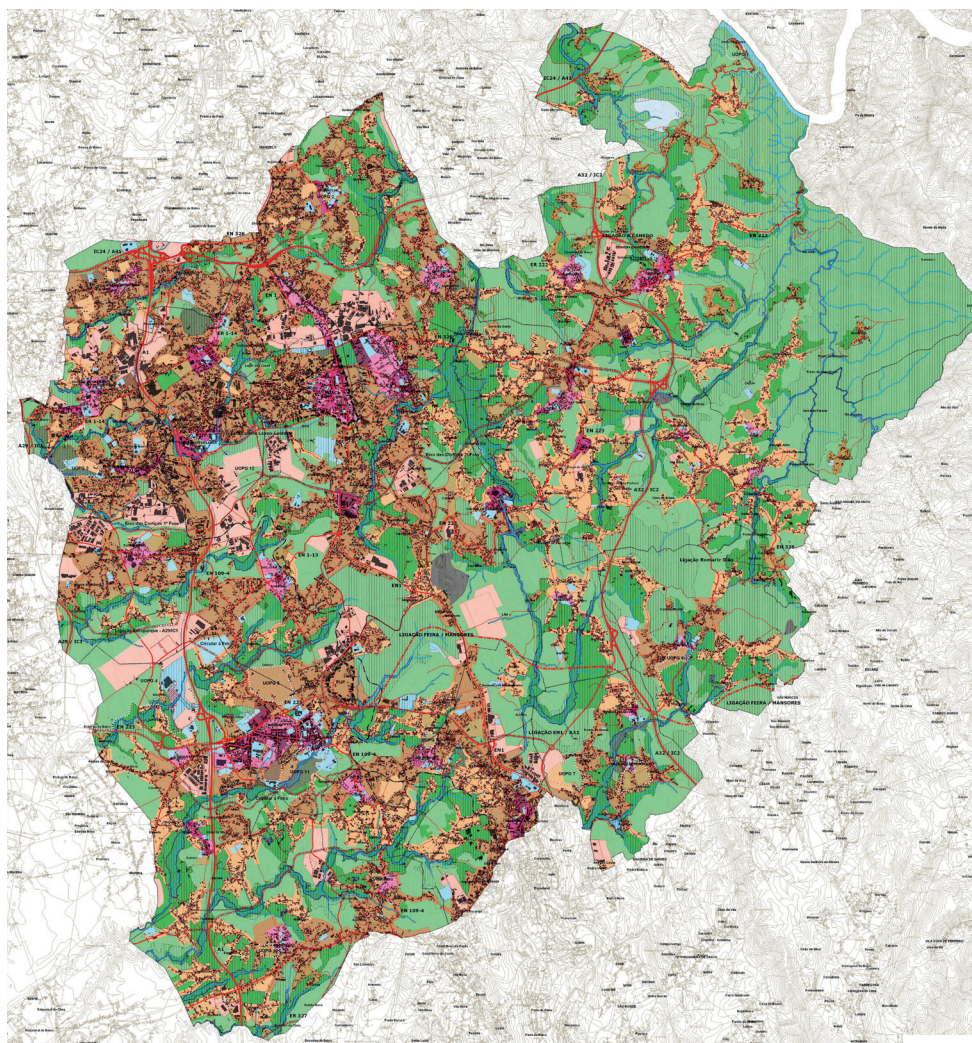
8. Compreendendo este conceito a partir dos significados atribuídos à palavra *comum*: de "uso ou domínio de todos os de um lugar ou de uma colectividade" ; "que acontece ou se encontra com frequência ou com facilidade"

9. Os Planos Directores Municipais definem os tipos de usos adequados a cada parcela de solo. A qualificação, sustentabilidade e valor ambiental destas parcelas são discriminadas nos PEOT. A legislação que controla a edificação estende-se por uma extensa sucessão de regulamentos: Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Regime de Acessibilidade, Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios, Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios, Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, etc.

base uma visão delimitada do espaço urbano (OLIVEIRA, 2015 :135). São intervenções que se destacam dentro do espaço da freguesia mas que, no conjunto do município, não se fazem notar, nem actuam como partes integrantes de um sistema gerador de espaços colectivos. O *controlo* do desenho destes lugares, através da definição dos tipos de usos, das volumetrias e dos alinhamentos, permitindo ou proibindo o veículo motorizado, (re)desenhando os passeios pedonais, resultou, então, na redução da diversidade tipológica do edificado, na unificação (acrítica) da materialidade dos edifícios, objectos urbanos, dos muros e dos pavimentos. Fora do perímetro delimitado pelo Plano de Pormenor, assiste-se ao contínuo desenvolvimento dos espaços de residência e de trabalho, mas também dos equipamentos e espaços de lazer (OLIVEIRA, 2015 :135). De maneira análoga ao modo de intervenção sobre as zonas centrais, também a intervenção sobre as parcelas exteriores aos Planos de Pormenor acontece *no interior* das mesmas, não propondo a sua continuidade espacial ou programática, em relação com o território envolvente.



img. 19 - Largo do Morado, Zona Central de Mozelos | img. 20 - Rua da Igreja, Zona Central de Mozelos - fotografias de 2015, Ivo Oliveira
img. 21 - Rua Central de Fiães, fotografias de 2017



Processos de Urbanização | **img22** - PDM Santa Maria da Feira (desenho completo e legenda em anexos) | **img23** - Empreendimento - *lotes para venda e construção*

Gestão

Perante o carácter imensurável dos processos de urbanização sobre o território, também a gestão dos espaços acontece com base num modelo sectorial, onde a iniciativa privada controla os processos da organização dos mesmos¹⁰. A aparente eficácia na sua produção aliada à possível rentabilidade dos espaços, resultou, então, num modelo de gestão onde o Estado actua através de programas pontuais, onde o investimento disponível, financiado tanto pelo poder central, como pelo poder local e por outras iniciativas privadas, rege-se por normas ou interesses estratégicos (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 169). As parcelas onde se constrói, logo se investe, precisam de ser rentabilizadas atenuando-se, gradualmente, o investimento inicial. Os equipamentos e os serviços situam-se de maneira dispersa no território ao longo da infraestrutura viárias (também planeada de acordo com a sua eficácia funcional) sendo que, muitas vezes, o principal critério de localização é o preço do solo. Investe-se na revitalização dos centros históricos da cidade consolidada, *homenageando-se* o espaço público e, nestes territórios, o público não tem passeios nas estradas, praças e outros lugares de paragem. Também as políticas de habitação no campo de acção do Estado social são frágeis e dependem da visibilidade e legitimação dos temas, preocupações e oportunidades locais (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2010; 169). Por isso, ao contrário do que se observa na organização e na gestão da cidade consolidada, a definição de regras genéricas como alinhamentos ou cêrceas máximas, não garante a coerência na organização destes territórios. O investimento de iniciativa privada num mundo onde se constrói onde é possível, barato ou onde apetece, não pode ser previsto num plano urbanístico, onde as áreas se dividem num código de cores que sugere, ou impõe, um tipo de uso que pretende responder a problemas não só à escala do edifício mas também da organização do território urbano.

Se o território passou a ser gerido por uma estrutura empresarial que desenha, constrói, compra e vende fragmentos urbanos fechados em si e que não se relacionam com o exterior que a *suporta*, também, o *habitar* foi transformado num produto para consumo. Os empreendimentos imobiliários publicitados querem mostrar-se como representações de imagens abstractas: a segurança, o conforto, o sucesso. O condomínio privado serve como exemplo construído dessas mesmas imagens. O consumidor que vive nesse condomínio, voltado para dentro, provavelmente para um manto verde artificial que transmite calma e tranquilidade (para que ele se abstraia do ruído que domina na cidade) conecta-se a partir do seu interior, com o mundo exterior: tem acesso à televisão por cabo, à internet e, a elevador, situado à porta do seu apartamento, que desce para a garagem onde o automóvel o leva, rapidamente, aos locais onde pretende ir. Os que não vivem no condomínio fazem, também, da sua casa e do terreno onde

10. “a impossibilidade do estado tomar a seu cargo a totalidade da urbanização levou, em 1965, à regulamentação dos loteamentos, entendidos como um mecanismo de substituição da Administração dos particulares no exercício de funções de planeamento e gestão urbanística. (in Preâmbulo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro. Diário da República. I Série-A. n.º 291, 16 de Dezembro de 1999, p. 8913)

a mesma se situa o seu *oásis*. Árvores exóticas, fontes, palheiros transformados em monumentos competem com os outros que os vizinhos têm no seu jardim. Uma secção transversal pela rua mostra o anexo construído nas traseiras, o manto verde, a casa, o jardim ornamentado e o muro. Depois, o asfalto que vai servir, os carros, as pessoas e os animais até ao próximo *muro-jardim- casa-jardim-anexo*. O empreendimento actua, então, como uma técnica de defesa num território onde o espaço envolvente perde importância, desde que ligue o indivíduo, física ou virtualmente, de um ponto ao outro. Se não é possível regulamentar um todo, então, promove-se a vida de sonho dentro das parcelas auto-suficientes.

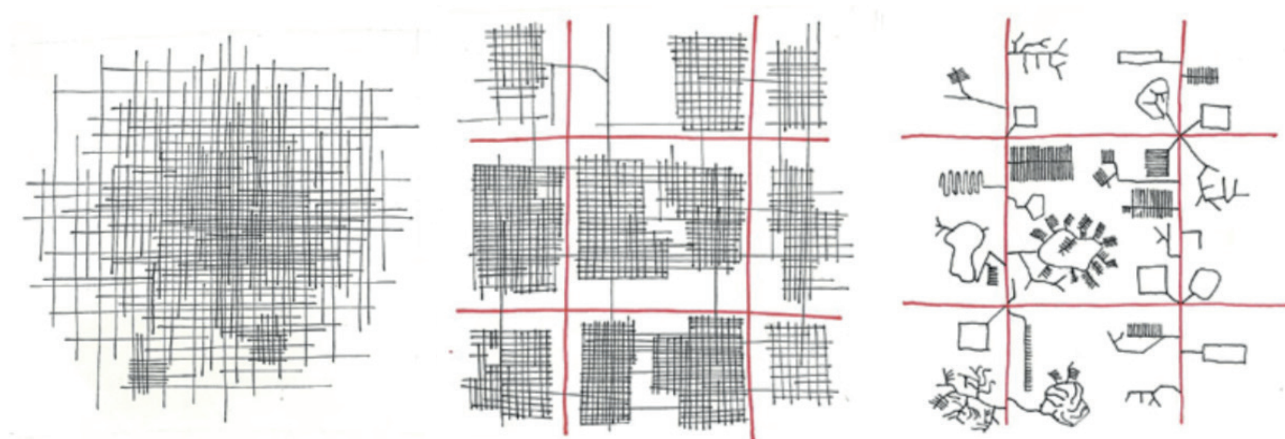


Percebendo que os processos de produção do território difuso, através do planeamento e legislação actuais parecem promover a *desordem*, devemos procurar outras práticas, linhas de pensamento e de desenho capazes de construir uma estrutura urbana acessível e percorrível, capaz de unir os fragmentos num conjunto que crie vida colectiva. Percebemos, então, que repensar os métodos de ordenamento e de gestão do *território difuso* requer a procura da idealização de uma proposta flexível que sirva de base, capaz de integrar as distintas intervenções particulares na globalidade do conjunto e que, para isso, a acção do Estado (através das várias entidades reguladoras) tem de ser ponderada também com base na acção das iniciativas privadas, dos projectistas e dos construtores (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 186). Citando Melvin Webber, “não podemos esperar que a procura de soluções locais resolva problemas que não são de origem local, nem esperar que os governos definidos territorialmente conseguirão resolver eficazmente problemas cujas causas não mantêm nenhuma relação com o território ou com a geografia” (WEBBER, 2004 :13).

Nuno Portas salienta três aspectos importantes na procura de um novo entendimento dos processos de organização e gestão do território urbano. Recusando a intervenção sectorial, que torna cada parcela numa unidade autónoma dentro de um conjunto territorial abstracto, devemos: perceber como é que se desenha uma rede de traçados (que abranja todo o município) fléxivel, capaz de ligar cada fragmento para criar um conjunto; aceitar a mutabilidade dos modos de habitar contemporâneos, procurando identificar guias e previsões futuras que garantam a continuidade do plano apesar das mudanças sócio-culturais, “dinamizarndo o investimento” e “diminuindo incertezas”, através de imagens virtuais que definam distribuições, implantações, volumetrias e morfologias possíveis e defensáveis; e também procurar o diálogo entre as iniciativas públicas e privadas, encarregando-se a entidade gestora da procura da coerência entre cada proposta e a visão de conjunto previamente definida”, acompanhando os projectos do início ao fim do processo (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 178).

Compreender estes territórios como um conjunto exige perceber que a urbanização difusa não define um somatório de *não-lugares*. Exige perceber que a distância é habitável, reforçando a necessidade do estudo e da idealização dos esquemas abstractos que tentam representar a organização do *espaço relacional*¹¹, a macrocidade, em interacção com o território onde se desenha e se constrói. É importante dar *sentido ao território* e trabalhar os lugares, qualificando os espaços de uso colectivo, (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2010) porque trabalhar as lógicas de proximidade permite compreender os espaços, também, como lugares de conexão, encontrando a “posição de cada elemento ou fragmento no conjunto em que faz parte” (DOMINGUES, 2000: 39).

11.“Traduzido pelo traçado das redes estruturantes, pela localização de pontos de acessibilidade, representação de fluxos, das interconexões, dos locais de oportunidade, conflito ou congestão” (DOMINGUES, 2000: 39) .



Traçados | img.26; 27; 28 - Representação do processo de erosão da malha de Albert Pope: malha; superquarteirão; cult-de-sac; Nuno portas

2.2. Traçados

Escrevemos anteriormente que o *ser urbano* contemporâneo não só depende dos meios de mobilidade como também valoriza esta última. Os hábitos de mobilidade actuais exigem, por isso, um tecido urbano capaz de suportar diferentes tipos de locomoção e de diferentes velocidades. Um sistema único, definido por uma malha única que, não só servia a necessidade de deslocação, mas que era também espaço de relações sociais, multiplicou-se, hoje, num extenso conjunto de redes que se sobrepõem umas às outras. Contudo, o aparecimento de novos tipos de redes viárias, destinadas a um único meio de transporte ou destinadas a velocidades distintas, provocou o esquecimento do *valor social* do percurso (na sua percepção, na sua vivência e também no seu desenho), reduzindo-se a sua importância ao seu fim: a conexão eficaz entre pontos cada vez mais distantes entre si (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 199).

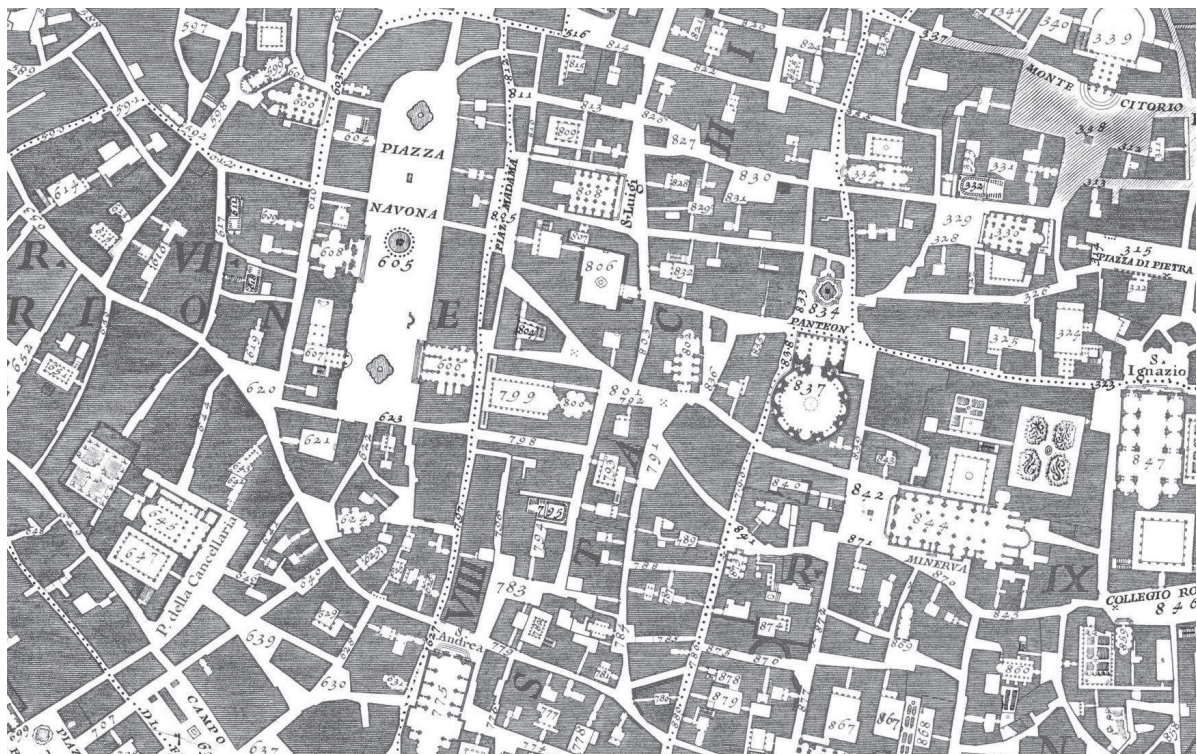
O processo de erosão da malha descrito por Alberto Pope (POPE, 2008: 16–21), aponta três fases nas transformações dos traçados: malha (gridion), superquarteirão (superblock) e o *cul-de-sac*. Nesta descrição, o arquitecto salienta a hierarquização dos tipos de vias que vão sendo construídas, sobrepondo-se umas às outras, sem se relacionarem entre si, reforçando a imagem fragmentada da urbanização, associada, consequentemente, a um modelo de sociedade, também, fragmentada devido à valorização do *individual* face ao *colectivo*. Neste modelo urbano fechado, percorrem-se “espirais egocêntricas de exclusão”, onde o percurso vai atravessando diferentes fragmentos a diferentes velocidades, sendo cada um dos fragmentos mais exclusivo que o anterior. Assim, como escreve o autor, o indivíduo move-se da auto-estrada para o nó, para a via de ligação, até à rua residencial “sem saída” que lhe dá acesso a casa.¹²

Mangin propõe uma ideia diferente de modelo: a “cidade passante” (MANGIN, 2004). Neste modelo, a malha não se reduz a um sistema “em espiral” que se organiza numa hierarquia segundo a sua exclusividade. Este modelo apoia-se em “malhas contínuas que tornam acessíveis os espaços públicos estruturantes de uma sociedade, território ou de uma paisagem”(MANGIN, 2004: 330). Assim, o desenho do espaço viário deve ser entendido além da sua função enquanto meio de ligação entre pontos, mas essencialmente como estrutura capaz de relacionar os diferentes fragmentos da estrutura urbana entre si e também suportar a evolução dessa mesma estrutura ao longo do tempo. Desenha-se um traçado de redes diferentes, com níveis hierárquicos diferentes, que se sobrepõe. Esta malha deve adequar-se não só a diferentes velocidades, “mas também diferentes meios de transporte, diferentes modos de percorrer e diferentes funções” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 198).

12. “Este percurso centrípeto em espiral – da auto-estrada para o nó, para a via de ligação, para o loteamento em espinha, para a rua residencial – forma a trajectória de um sistema urbano fechado. Virando para o interior de si mesmo, o percurso surge como uma série de segmentos diferenciados, cada um mais exclusivo que o anterior. Todos vivem, não numa anónima coordenada de uma grelha mas no final de um percurso específico, na última rua, no último cul-de-sac, no último condomínio de uma cidade cuja forma global é desconhecida.” (POPE, 2008: 20)

2.3. Espaço/s colectivo

No modelo ideal da cidade lê-se facilmente a capacidade ordenadora dos espaços públicos como um sistema contínuo de espaços abertos, intuitivamente percorrível. Veja-se a planta de Roma de Nolli de 1748 onde, espaço público e espaço privado, desenhados numa relação de positivo e negativo, mostram-nos claramente a forma da cidade. Desenha-se a cidade tendo em conta a descontinuidade do edificado, reforçando o espaço público como um sistema fluido de lugares, cujo vazio é um contínuo no cenário apresentado. Hoje, “se entrarmos no interior do centro de qualquer cidade e tentarmos reconhecê-lo, procurando esse direito à igualdade que se construiu ao longo da história, é-nos difícil reconhecer esses espaços de fomento à cidadania, já que os negócios privados ocuparam esse âmbito que deveria estar dirigido ao desenvolvimento do cidadão” (BLANCH, 2012: 34). Tendo-nos afastado já do modelo de espaço público descrito acima e, focando o pensamento no urbano extensivo, encontramos dificuldades em perceber o espaço público como sistema, rompendo-se com a continuidade anteriormente legível. “O que encontramos são fragmentos: fragmentos porque se tratam de espaços isolados que não surgem como parte de um sistema contínuo e que não estabelecem qualquer relação directa com o edificado, ou que não são sequer claramente conformados com limites definidos; fragmentos também porque não reúnem as múltiplas características que nos habituámos a associar aos espaços públicos (...)” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011: 187).



Espaço público | img. 29 - Planta de Roma (1748), Nolli | img.30 - frame do filme *Roma*, de Fellini (dir.)

Os espaços públicos, ou pelo menos aqueles da cidade canónica, reúnem na sua definição, um conjunto de valores, de características e de símbolos: cumprem uma função, reconhece-se a sua forma, atribuiu-se-lhes significado. Uma rua serve para ser percorrida (por veículos, por pessoas, por animais). As fachadas dão-lhe forma e, entre alargamentos e estreitamentos, pontos de acesso ou pontos de paragem, devem aceitar múltiplos tipos de uso. Assim como uma praça que, sendo idealmente o símbolo do poder, centro de reunião onde se (con)vive em colectividade, onde se realizam as feiras, festas populares e outros ajuntamentos de pessoas, no conjunto da cidade regula ritmos e alinhamentos, cria vazios, um local de paragem e, também, motiva percursos. Afastando-nos da cidade consolidada, estes espaços tendem a ser cada vez mais especializados. A urbanização extensiva, por ser estruturada através dos elementos de circulação ou de mobilidade traçados, introduziu uma multiplicidade de novos tipos de espaços colectivos: a estrada, a rotunda a via-rápida, o nó e também, uma enorme variedade de terrenos *sobrantes*, desocupados e sem função aparente. (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2010; 187). Sem pretender colocar o *peso da culpa* nos hábitos da sociedade contemporânea, salienta-se que, de facto, hoje *vive-se em cidadania* de outras maneiras. A clara distinção entre o que é público e privado nem sempre é perceptível, se pensarmos na apropriação dos espaços pelo colectivo. No parque há um café com esplanada. A rua é, às vezes, um mercado. Ao Domingo as pessoas vão de carro até ao shopping. Saem de suas casas, usufruem das infra-estruturas de mobilidade rápidas e funcionais, chegam ao centro comercial, local onde o comércio se associa ao lazer e à cultura - “e isso trouxe consigo práticas de sociabilização. Tornaram-se lugares de encontro, referências urbanas e até polos geradores de novas centralidades” (WALL, 2008: 27). Talvez a rua não seja mais um lugar para jogar à bola. Contudo, deveriam ter passeios, modos de atravessar distintos e diferentes perfis de acordo com a sua função.

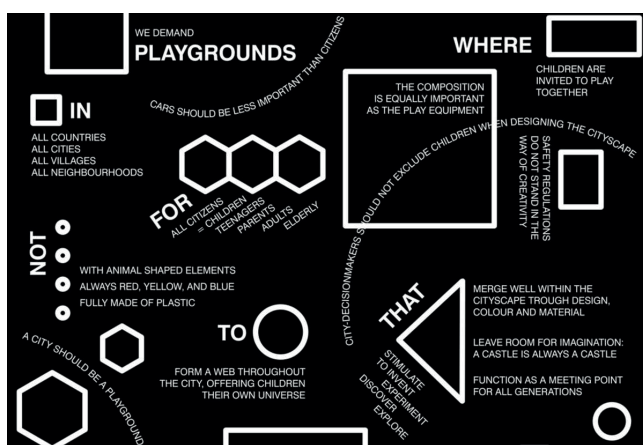




Espaços Colectivos | Amsterdão - Playgrounds, A. Van Eyck | **img. 31; 32; 33; 34; 35** - fotografias ; **img. 36; 37** - *manifesto*; planta de distribuição (dir.)

Para encontrar uma estrutura para o território urbano, capaz de *tecer* e unir os fragmentos, é, então, necessário pensar num *sistema de espaços colectivos*: um sistema capaz de “conectar conectar os vários elementos da aglomeração, relacionando-os entre si” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 187). Por isso, tentamos, agora, apontar alguns objectivos inerentes à idealização do projecto do sistema de espaços colectivos, percebendo a rede infra-estrutural, o sistema ecológico, a influência da distribuição dos serviços e o papel da gestão destes espaços, como possíveis elementos catalisadores no desenho deste sistema, reflectindo sobre a sua função e sobre a maneira como têm sido desenhados.

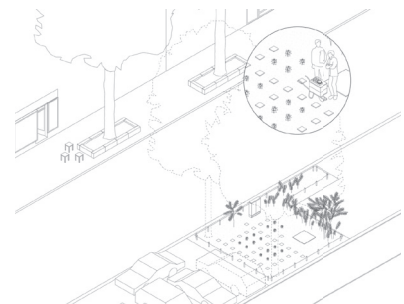
Através da democratização do acesso a um espaço comum qualificado, devemos promover, nesse espaço, a oportunidade à cidadania (BORJA; MUXI, 2000: 17). O seu desenho deverá propôr usos reais, capazes de estabelecer relações concretas entre o projecto e entre a envolvente sócio-cultural do lugar onde se insere.¹³ O espaço público deverá permitir a prática de actividades comuns, mas também articular e integrar divergências. Promovendo a experiência social através da proposta do espaço público, este deverá ser, também, o lugar de consciencialização onde se produz uma realidade comum que contém as diferentes interações dos indivíduos. Deverá este espaço ser regido por princípios de “igualdade, reciprocidade, abertura e discursividade.”¹⁴



13. Manuel Solà-Morales destaca a imprescindibilidade de contrariar a “arbitrariedade de projectos, muitas vezes em tempo e espaço, copiar modelos, tópicos, figuras e tendências”, uma vez que tal atitude distorce por completo a natureza original do espaço público (SOLÀ-MORALES, M; 2010)

14. Entende-se por tais interesses as iniciativas privadas levadas a cabo por entidades competitivas que privatizam o espaço urbano congenitamente público. A obsessão pelo poder financeiro desequilibra facilmente o domínio e acções públicas, sendo o direito à cidade retraído e deteriorado. Segundo Daniel Innerarity, existe uma “dinâmica correlativa de privatização do mundo comum e de empobrecimento do espaço público. O público é simplesmente o cenário da tramitação das reclamações privadas.” (INNERARITY, 2006: 19).

O conjunto de redes infra-estruturais constituiu a maior parte do espaço público urbano. Incluiu toda a rede viária mas também os caminhos de ferro, as condutas de abastecimento de água ou de fibra óptica, etc. Atravessa todo o território criando eixos. Cumprindo a sua função, conectar e garantir acessos, servem diferentes propósitos. Assim sendo, uma rua para atravessar a pé, terá um perfil diferente do da auto-estrada. Ao percorrê-las, devemos, também, conseguir fixar imagens, parar. Se este é o conjunto de espaço público da urbanidade, o investimento feito deve garantir um planeamento que responda não só às funções básicas mas que seja entendido como um sistema capaz de estruturar o território. “O desafio passará assim por transformar as infra-estruturas em estruturas. Ou seja, utilizar aqueles que são os únicos elementos construídos à escala territorial e que representam a maioria da área de espaço público e do investimento estatal no território, não apenas para servir a urbanização mas sobretudo para a ordenar, regular e dar legibilidade” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011; 193).



A distribuição dos serviços deve, também, completar o Sistema de Espaços Colectivos. As escolas, hospitais, os parques públicos, os centros comerciais, entre outros, são espaços que suportam as práticas da sociedade contemporânea.¹⁵ No entanto, a sua distribuição não segue uma lógica capaz de organizar a urbanização difusa. Inserem-se no território como *contentores*, espaços interiores delimitados onde se acede de carro. Mas, o desenho do interior das parcelas que contêm estes serviços deveria propôr, também, o desenho colectivo do espaço exterior à mesma. Desenhando a rua, o acesso à parcela e o momento de transição ou paragem, pensamos num sistema contínuo de espaços qualificados, que engloba os diferentes constituintes do espaço *público* contemporâneo no desenho rentável, contínuo e organizado destes territórios.

Relacionando a rede de percursos e a distribuição dos serviços com a estrutura ecológica do território (os espaços verdes que apoiam práticas de lazer e que garantem a sua sustentabilidade), o projecto para o Sistema de Espaços Colectivos deve assegurar uma estrutura sustentável contínua. Transformar matas, rios e ribeiras em espaços de fruição abertos ao público não deve ser encarado como uma intervenção sectorial mas sim como uma intervenção que faz parte de um sistema estruturador.¹⁶ Aceitando que, actualmente, a diferença entre espaço público e espaço colectivo não pode ser interpretada além dos meios através dos quais os espaços são geridos, espacial e financeiramente, e que a *urbanidade contemporânea* produziu nesta ambiguidade espaços colectivos diferentes das praças da *cidade tradicional*, a proposta de um Sistema de Espaços Colectivos deve funcionar como meio organizador mas também potenciar o retrato sócio-cultural dos territórios da urbanização difusa.



15. Manuel de Solá-Morales escrevia em 1992 que o espaço urbano, “verdadeiro centro, paradoxalmente, da vida futura das cidades, estará cheio de espaços que, sem a retórica da representatividade, serão os lugares de interesse comum”: [os centros comerciais, as discotecas suburbanas, os hotéis, os parques periféricos ...] espaços privados que se julgam “públicos”. A tarefa do desenhador público que projecta a cidade será fazer destes espaços intermédios - nem públicos nem privados - espaços estimulantes e capazes de organizar o tecido urbano multiforme. “A boa cidade é aquela em que os edifícios privados são elementos públicos que transportam significados e valores sociais além de si mesmos” (SOLÀ-MORALES, 2008: 189).

16. “Tal como o traçado de uma via, a definição da Estrutura Ecológica é, antes de mais, uma decisão sobre a estrutura urbana, pelo que, para além de assegurar o desejado equilíbrio dos sistemas biofísicos, deve procurar a articulação com o Sistema de Espaços Colectivos existente, regular ou redesenhar as frentes edificadas, avivar eventuais elementos patrimoniais que carregam a memória de outros usos daqueles espaços, abrir e desenhar novas áreas de usufruto público com carácter multifuncional quer seja à escala do concelho, ou mesmo inter-municipal, que dirija a urbanização, ordene o território e lhe dê legibilidade” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2011: 193).



Espaço / Lugar / Vazio | **img. 45; 46; 47** - *Asphalt Rundown*, Robert Smithson

3. ESPAÇO / LUGAR VAZIO/s

Espaço / Lugar

O pensamento moderno veio introduzir a noção de espaço como uma categoria própria da arquitectura. A partir da teoria da relatividade de Einstein, o espaço deixa de ser considerado uma categoria à priori da organização perceptiva (tal como Kant defendia na “Crítica da Razão Pura”), ultrapassando as três coordenadas, altura, largura e profundidade, e passa a associar-se a quarta dimensão, o tempo, à noção de espaço (SOLÀ-MORALES. I, 2009: 37). A partir dessa altura, o espaço deixou de ser percebido como o dado inicial a partir do qual, e onde, o arquitecto desenhava o objecto arquitectónico e passou a ser, também, o resultado da acção do arquitecto. Após a Segunda Guerra Mundial, a mudança do pensamento social e cultural, vem questionar novamente estas noções, pensando-se *o espaço* como uma entidade produzida com base nos estímulos psicológicos do indivíduo (SOLÀ-MORALES. I, 2009: 37), acrescentando à visão tridimensional do espaço a percepção sensorial humana. Propõe-se a substituição da noção de espaço, pela noção de lugar. O *lugar* aparece, também, ligado à noção de tempo: dos monumentos aos rituais ou aos mitos, à cultura do acontecimento (acontecimento enquanto resultado da ação do sujeito). A noção de lugar não designa simples determinações geométricas ou fotográficas, mas também “o *meio-ambiente* em que se produz no encontro com um mundo habitado por sentidos, por memórias (...)” (SOLÀ-MORALES. M, 2008: 208). Um lugar, ao contrário de um espaço, subentende centros de atenção, a apropriação física e emocional do seu usuário, sendo-lhe atribuído um valor especial reconhecido por um indivíduo ou por um grupo de pessoas.

Hoje, “perante a experiência da cultura mediática onde as distâncias diminuíram ao ponto de se converterem em distâncias instantâneas e onde a reprodução de imagens faz com que estas não se relacionem com um lugar em concreto” (SOLÀ-MORALES. I, 2009: 45), criam-se novos estímulos perceptivos. O lugar contemporâneo não tem que ser material, edificável ou palpável. A constante mutação do território e, conseqüentemente dos seus lugares, é uma realidade actual. Afastamo-nos da beleza clássica baseada na *proporção e na permanência*. Os lugares da arquitectura actual não podem ser “*permanências produzidas*” (SOLÀ-MORALES. I, 2009: 47) e, o desenho que procura a *ordem* tem que prevêr a ambiguidade e/ou a mutabilidade dos espaços (espacial e culturalmente), responder ao seu princípio (o motivo que leva ao desenho desse lugar) mas também aceitar a sua transformação, substituição ou *desaparecimento*.

Os territórios da urbanização extensiva põe, então, em causa a noção de *lugar*¹⁷. A ausência da *história* ou de pré-existências locais marcantes provocam a estranheza e incentivam alguma falta de interesse no estudo e caracterização destes espaços. A homogeneidade promovida na inexistência de limites ou leis diluiu-se

17. “Diz-se que as periferias urbanas são espaços onde o “sentido de lugar” não existe, onde a ausência da história e a falta de determinações locais pré-existent anulam a identificação do “locus” no seu sentido clássico. Porém, a análise oposta também existe. Afirmando que, efectivamente, o sentido clássico de lugar desapareceu naquelas áreas urbanas onde prevalece a descontinuidade das formas construídas mas onde os espaços vazios são predominantes, há outro sentimento do lugar característico - o da sensação expectante dos vazios e o da indiferença das construções.” (SOLÀ-MORALES. M, 2008: 208)

numa atmosfera geral que *reclamou* um mundo sem forma, caracterizado pela fluidez, ausência de fronteiras, constantes mudanças, onde o acontecimento é mais importante que outra qualquer qualidade. (SOLÁ-MORALES. M, 2008: 208) Nestes territórios a distribuição descontínua do edificado realça os espaços vazios. Atribuindo-lhes um *valor emocional*, o da sensação expectante, propõe-se o entendimento dos mesmos como lugares catalisadores na organização e na gestão destes territórios.



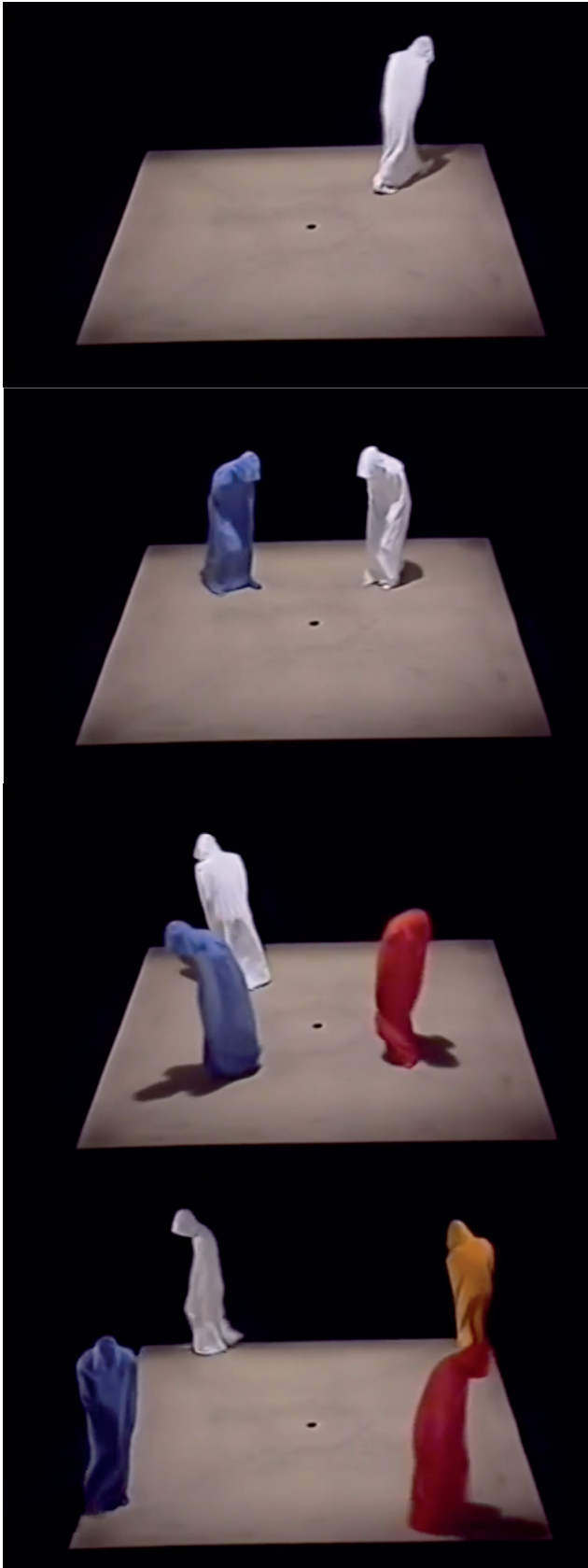
Espaço / Lugar / Vazio | **img. 48** - *Partially Buried Wood Shed*, Robert Smithson | **img. 49; 50** - *Collage City*, Rowe e Koetter

Vazio

O vazio e a matéria construída formam a "*polaridade básica* da arquitectura" (ESPUELAS, 1999: 7). Nesta dissertação, procuramos evitar a noção de vazio enquanto abstração, tomando atenção à definição da palavra, conseguindo perceber os dois fundamentos que Fernando Espuelas lhe atribuiu. O primeiro é objectivo: os vazios resultam do "contraste por redução frente a um modelo, a uma experiência ou, simplesmente, da densidade sensorial de percepções anteriores" (ESPUELAS, 1999: 7). Os vazios criam na consciência do indivíduo determinada expectativa, sendo que, esta expectativa cria o segundo fundamento (subjectivo) de caracterização do vazio: o sentimento em relação ao mesmo (de perda, falta de fundamento ou a carência) que, no entendimento a seguir nesta dissertação, não deve ser vista com conotação negativa.

Rowe y Koetter mostram-nos, no seu livro "Collage City", desenhos de plantas em contraste (positivo-negativo) onde, através da descomposição do construído, é possível realçar a presença dos espaços vazios, transformando-os no sujeito do desenho. O desenho dos vazios prescinde da forma ou de *rótulo* - não são ruas, praças, matas ou descampados. Mais do que a simples distinção entre os espaços, estes desenhos evidenciam as relações que se estabelecem entre a matéria construída e os vazios. No decorrer da dissertação, pretendemos estudar os *vazios* como *peças* de um *jogo interessante de distâncias*, desligando-se da sua capacidade figurativa de submissão a imagens pré-estabelecidas, assim como Manuel de Solà-Morales chamava a atenção (SOLÀ-MORALES.M, 2008, 208). O arquitecto não considera estes vazios pela sua imagem nem os vê como espaços para ocupar; defende a procura "das relações mais ou menos abstractas" que estes vazios provocam: na ausência ou presença de edificado. (SOLÀ-MORALES.M, 2008, 208). Assim, não entendemos a impossibilidade de *classificar tipos de espaços* como algo negativo mas, pelo contrário, como uma indeterminação própria que é, também, expectância, disponibilidade para o que pode vir a acontecer. Disponibilidade *quase contrária* ao pensamento associado à disciplina da arquitectura, pela sua própria natureza ordenadora e reguladora, que, ao adequar cada espaço a um sistema de signos e de funções, anula simultaneamente a sua *estranheza* (SOLÀ-MORALES, I 1996).

Ao percorrer estes territórios observamos, na paisagem envolvente, a presença marcante de espaços verdes, vazios, entre os edifícios e os muros que, mesmo que não se traduzam numa leitura contínua do espaço, transmitem alguma homogeneidade ao território difuso. Embora estes espaços possam hoje não ter qualquer tipo de uso, o verde é lido como o elemento característico e unificador. No conjunto desses espaços reconhecem-se aqueles mais extensos dedicados à produção agrícola industrial, aqueles fechados entre muros, como hortas particulares, galinheiros ou outros espaços dedicados à produção pessoal de gado e também jardins (planos de relva mais ou menos ornamentados com bancos ou pequenos chafarizes e estatuetas). Entre estes espaços que cumprem determinado uso ou função existem também aqueles que se identificam como abandonados ou em transição.



Distância | img.51 - *Quad*, Samuel Beckett

Ultrapassando *o vazio* como um adjetivo e, associando o seu entendimento à noção de *intervalo*, no confronto entre o espaço e entre a matéria construída, percebemos que os *espaços vazios* são, também, medidas (SOLÀ-MORALES, 2008, 208). Manuel de Solà-Morales apresentou-nos a *distância [interessante]*, como a lei que dita um sistema que organiza o espaço, estando este sistema por detrás da lógica (que se diz não existir) dos critérios de ocupação e distribuição de território: distância ao campo vizinho, ao mar, à cidade, ao aeroporto, à rua ou à auto-estrada (SOLÀ-MORALES, 2008: 171-173). Compreendendo os espaços vazios como sujeito no jogo de distâncias que Solà-Morales descreve, reconhecemos neles a possibilidade de actuarem como elementos determinantes na procura da matriz dispositiva dos objectos no território (LABASTIDA, 2013: 87).

A distância interessante

Na organização do *modelo* do território em estudo, percebemos a *distância* como um meio mediador na distribuição dos objectos construídos no território. A implantação dos edifícios segue certos critérios de localização (de proximidade ou afastamento a determinadas actividades ou serviços), segue as preferências de acesso, procura lugares calmos e com uma boa vista. As distâncias máximas, entre a casa e a escola, de casa aos pontos de comércio, ao acesso aos transportes públicos, entre o solo permeável e impermeável, público ou privado, associam-se à idealização do desenho urbanístico do bem estar. Reparamos, contudo, que os processos da urbanização difusa concentraram-se sobretudo nas distâncias mínimas, por isso, existe um conjunto de medidas obrigatórias que rege a organização dos objectos no território: mínima distância entre a casa e a rua, entre a vedação, o jardim e a fachada, entre veículos e peões. Quando aplicadas em planos de zonificação, estas distâncias tendem a dividir o território em parcelas isoladas (serviços, habitação, lazer, indústria ...), fragmentando-o em circuitos autónomos que não relacionam o espaço construído com a ideia de um tecido urbano conjunto.

Propomos, então que, através do estudo das distâncias, se procurem identificar sistemas capazes de *sugerir ordem* nestes lugares, onde a organização difusa mostra continuidade visual através dessas *distâncias*: os espaços vazios e o intervalo associado aos mesmos. Entre a matéria construída e entre o solo impermeabilizado, o solo cultivado ou as incertezas do solo expectante, devemos aceitar *o vazio*¹⁸, aceitando, *o insignificante ou o óbvio*¹⁹, a ausência da regra, da repetição e da diferença²⁰ nos modos de apropriação do território, reconhecendo o valor subjectivo, também, da sua disponibilidade e pela capacidade de, através de pequenos gestos, propôr (ou dar lugar) *ao acontecimento*.

18. "(...) quando vemos a riqueza de situações que produz e as possibilidades de interpretação estética, arquitectónica e paisagística (...), O projecto pode conjugar a autonomia e a eficiência, com o entendimento dos vazios como distancias interessantes, eleitos pela sua capacidade figurativa e pela sua racionalidade paisagista." (SOLÀ-MORALES, 2008: 172)

19. Relembrando a atitude minimalista, na história da artes plásticas: retroceder o significado ao limite, "levando a experiência estética até à fronteira do insignificante e do óbvio (...) baseando-se sobretudo na abstracção", propondo o acontecimento como principal significado, através de "leves gestos ou movimentos" (SOLÀ-MORALES, 1995: 126).

20. Segundo o pensamento de Gilles Deleuze (DELEUZE, 1968)

II. Compreender os Espaços Vazios

1.1 Introdução

Na primeira parte tentámos esclarecer alguns conceitos e também a negação desses mesmos conceitos²¹, ao perceber que os processos da urbanização extensiva e consequente aparecimento dos territórios ditos difusos não seguem uma regra ou modelo pré-estabelecido. Procurámos identificar alguns problemas (gerais), desde a insistência no desenho de planos de zonificação acríticos, passando pela falta de atenção no desenho dos limites (entre o solo permeável e o solo impermeável, entre o solo destinado ao peão e o solo destinado ao automóvel...), à inexistência de espaços de uso colectivo (espaços que apresentem qualidades de interação social), que se traduzem na desordem e caos aparentes, na paisagem (sub)urbana. Tentámos perceber alguns factores comuns nos modos de construir (mudanças nas vivências, nas relações de vizinhança e necessidades da sociedade contemporânea ou a influência da iniciativa pública/ privada na construção do território). Apresentaram-se estímulos, elementos catalisadores para um exercício hipotético de projecto no contexto apresentado: a procura de um sistema de espaços colectivos agregador e ordenador; a interpretação dos espaços vazios como elementos que atribuem coerência paisagística e vantagens ecológicas na malha irregular onde estes lugares se constroem; e a identificação da distância enquanto método de distribuição do edificado no território, através do sistema de intervalos integrador que esta distância identifica.

Nesta segunda parte pretendemos analisar um território concreto - Fiães, Santa Maria da Feira (através dos temas apresentados nas páginas anteriores), começando pelo enquadramento do Concelho, seguindo-se a localização e caracterização da freguesia, até à realização de um inventário dos espaços vazios existentes. Assim, de modo a facilitar uma aproximação ao particular, concentramo-nos numa parte seleccionada, um fragmento²², possibilitando um estudo capaz de reconhecer as particularidades do lugar, recorrendo, também, à própria experiência sensorial e subjectiva²³. O estudo dos espaços vazios (a sua identificação e caracterização) não pretende estabelecer rótulos mas sim, procurar relações entre eles próprios e a matéria construída. Aceita-se a imprevisibilidade (na construção e nos modos de apropriação) do lugar, a acumulação e a sobreposição de relações e de processos. Aceita-se a sua "ambiguidade e a *provisionalidade*" (LABASTIDA, 2013). Desenha-se um território onde relações de vizinhança criam semelhanças, desde a imagem da casa aos modos de apropriação dos espaços.

21. Salientando-se que os conceitos de *cidade* e *campo*, *rural* e *urbano*, *centro* e *periferia*, já não devem ser entendidos com base na sua representação canónica ou pictórica e que, o território urbano que resulta da expansão da cidade apresenta problemas que não podem ser resolvidos com base nesses mesmos conceitos canónicos

22. "A proximidade permite perceber diferenças, implica a acção do observador, revela o comum, o invisível e o quotidiano, hábitos e particularidades das formas de habitar. A proximidade expõe o lugar a partir de fragmentos." (LABASTIDA, 2013: 11)

23. Recorrendo ao olhar consciente (corporal, racional e *emocional*) como acto capaz de associar, além da visão enquanto sentido, também a memória ou a intuição na descodificação dos espaços que nos propomos a analisar.

Estas características são, também, apontadas por Álvaro Domingues, na descrição do território do Vale do Ave, território que "se configura sobretudo pelas relações entre partes e diferenças, mais do que por qualquer forma *global* ou pela homogeneidade" (PORTAS, 2010: 16). Procuramos uma interpretação capaz de, sistematicamente, integrar a complexidade e a diversidade dos diferentes espaços e, também, dos diferentes processos de construção ou de apropriação dos mesmos.

Sobre o método

Após o entendimento dos conceitos-gerais descritos na primeira parte, começamos o estudo de aproximação ao caso em estudo específico, Fiães, Santa Maria da Feira, descrevendo, resumidamente, a formação e o desenvolvimento do lugar Fiães, com base no enquadramento histórico-social do Concelho de Santa Maria da Feira. Fundamentamos este estudo através da recolha e da compreensão da informação disponível, específica do caso de estudo, a saber, desenhos, esquemas, estatísticas e documentos escritos citados. Através do estudo comparativo entre a informação recolhida e a informação reconhecida a partir da experiência empírica do lugar, que acompanhou a construção deste trabalho, traça-se um perfil sócio-cultural de Fiães, com base no entendimento dos três sistemas explicados por Jean Remy e Liliane Voyé²⁴, adaptados ao caso de estudo. Este perfil pretende informar o retrato sócio-espacial que se representa através dos desenhos e das fotografias apresentados. Reconhecemos que o território urbano coexiste com um conjunto de espaços com características muito variadas - espaços dedicados à produção agrícola, espaços dedicados à produção industrial, espaços de floresta, outros que se encontram em processo de abandono e que não apresentam nenhum tipo de exploração, áreas verdes de lazer, entre outros. Na tentativa de justificar o aparecimento dos espaços vazios, compreendem-se as palavras de Mangin²⁵, adaptáveis à situação analisada. Os espaços vazios são resultado dos espaços da mobilidade, do cadastro agrícola pré-existente e de projectos urbanísticos ineficazes. Sobrepõem-se malhas com formas diferentes que se conjugam desordenadamente. São vazios formados por sobras não construídas ou sem qualquer função associada aos mesmos e, por isso, raramente são reconhecidos como elementos positivos, sendo impossíveis de nomear ou de se relacionar com determinada utilidade. Nuno Portas explica que os vazios podem ser estudados com base na ideia de tipologia, associando-se

24. o sistema social - onde são consideradas as interdependências que se estabelecem em função das actividades colectivas e que remetem para questões como a definição de prioridades, o estabelecimento de relações e a sujeição ao controlo social; o sistema cultural - que diz respeito à difusão dos códigos de conduta socialmente valorizados; o sistema de personalidade - o espaço em que o indivíduo manifesta a sua subjectividade, elaborando projectos com maior ou menor autonomia relativamente às condições objectivas impostas pelos dois sistemas anteriores. (REMY, VOYÉ, 1992)

25. "Boa parte dos vazios patentes resulta da sedimentação de três estruturas geometricamente distintas: a via rápida, o cadastro agrícola, o projecto urbanístico. O traçado das vias rápidas é desenhado pelos grandes raios de curvatura, sobrepõe-se ao cadastro agrícola normalmente ortogonal e as formas dos projectos contemporâneos são frequentemente aureolares. Desta confrontação resultam numerosos espaços sobranceiros. O desfazamento entre a geometria viária e a geografia urbana, o interface entre a rede e o território, entre loteamentos e enclaves, criam tantos in-between como edificações. Este fenómeno pode ligar-se à definição de *mónade* dada por Gilles Deleuze: a autonomia do interior, um interior sem exterior." (MANGIN, 2004:102)

(ou não) ao edifício implantado nesse espaço (e consequentemente à tipologia do mesmo).²⁶ Tomando por referência o contexto de Fiães e delimitando uma área de 2,5km² que incluiu o centro e a área envolvente, procedemos a um trabalho de levantamento funcional dos vários espaços, classificando-os e agrupando-os por categorias, de acordo com os tipos de uso que lhes estão associados, segundo um código de cores.

Sobre os desenhos

Os desenhos realizados resultaram da interpretação e da representação de um território marcado pelo vazio, com um aspecto fragmentado e muitas vezes abandonado, onde não se percebe, à primeira vista, qualquer estrutura ou sentido. Escolhe-se, em primeiro lugar, o desenvolvimento de plantas esquemáticas. Mostra-se: o esquema de impermeabilização do solo [esquema1]; o esquema de distribuição dos espaços públicos [esquema2]; o esquema de distribuição dos serviços, equipamentos, zonas de comércio e das tipologias de habitação [esquema3]. Depois, apresenta-se o inventário de espaços vazios. Seleccionámos alguns sectores e desenhámos a sua vista em corte e alçados, na tentativa de mostrar as relações entre as altimetrias e a apropriação do espaço. Constrói-se o *corte genérico* através da junção dos mesmos, entendendo a ligação destes como um percurso hipotético que atravessa os diferentes tipos de espaços vazios apresentados no inventário.

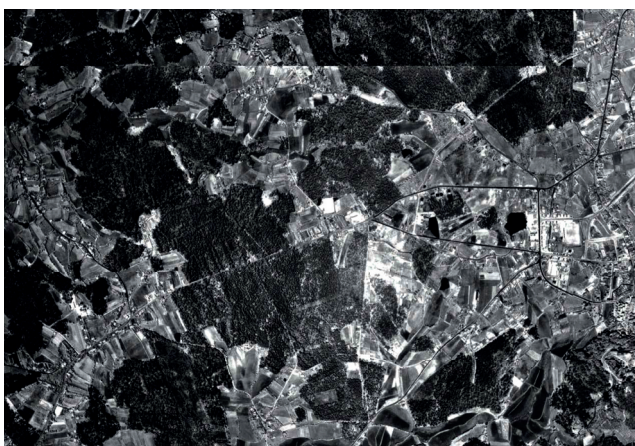
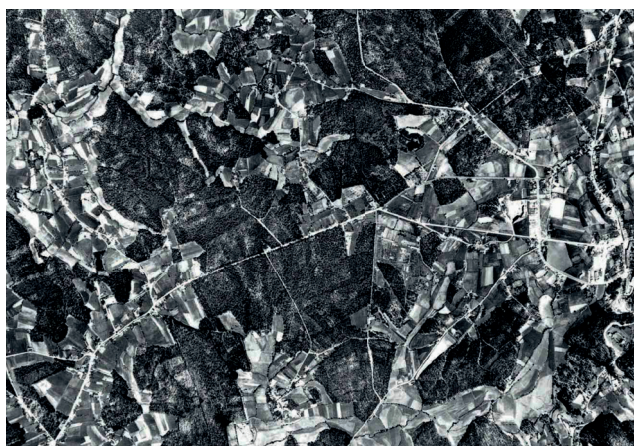
O conjunto de imagens apresentado - desenhos, esquemas e fotografias - não deve ser entendido como ilustração da realidade, nem como a realidade propriamente dita, mas como um meio de aproximação à realidade observada, entendendo que o olhar do observador é, também ele, um método de estudo e aproximação ao território. Assim, este conjunto de imagens “não actua semiologicamente como um ícone, mas como um índice”, ou seja, não se pretendem ilustrar as formas deste lugar, mas “receber indícios, impulsos físicos que dirigem, numa determinada direção, a construção de um imaginário (...)” (SOLÀ-MORALES I, 1995), imaginário que pretende complementar o conhecimento científico apontado na primeira parte da dissertação e o perfil sócio-espacial de Fiães.

26. “o referir determinadas tipologias, como por exemplo moradias geminadas, certos espaçamentos associados (jardim frontal que separa a construção da via pública, logradouro traseiro, etc) estão, de um modo geral, implícitos” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL 2011:206)





Enquadramento | img. 52 - Santa Maria da Feira, 2018



Enquadramento | **img. 53; 54; 55** - Santa Maria da Feira, ortofotomapas: 1958; 1974; 1995

2. Enquadramento

Fiães, Santa Maria da Feira

Segundo José Mattoso²⁷, as terras que correspondem hoje ao município de Santa Maria da Feira apresentavam características favoráveis ao assentamento e evolução de povoamentos. Estes terrenos férteis e pouco acidentados, comparativamente com outras regiões próximas (que correspondem hoje a Castelo de Paiva, Arouca, Penafiel, Baião), beneficiavam, também, da corrente de trocas entre as dioceses do Porto e de Coimbra, estabilizadas desde 1120 (MATTOSO, 1993: 38). Assim, a localização geográfica privilegiada entre os principais centros administrativos e religiosos “atraiu agricultores, mercadores e cavaleiros, e fez da Terra uma zona de grande concentração humana na época medieval” (MATTOSO, 1993: 44).

No século XVIII, devido à forte capacidade de produção agrícola e à, já referida, proximidade com os núcleos do Porto, de Coimbra, e de Aveiro (já no séc. XIX), desenvolve-se uma rede de estradas, transversal²⁸ aos eixos Norte-Sul, que veio garantir acessibilidade, possibilitando a formação de um povoamento disperso no território. Também a linha ferroviária o Vouga, cujo primeiro troço (inaugurado em 1908) ao atravessar o município, veio promover a actividade comercial e industrial. Em Santa Maria da Feira, foi só no final da década de 40 do século XX que a industrialização, iniciada no final do século XIX, ganhou força²⁹.



27. “ O território situado entre o Douro, a norte, o vale do Vouga, a sul, e a serra da Arada, a leste, constitui, portanto, uma certa unidade geográfica, apesar da sua diversidade (...) formou-se ao longo de uma estrada traçada já desde a época romana entre dois grandes pólos urbanos, o Porto e Coimbra. Este troço da estrada era, por sua vez, um segmento da maior via de comunicação do ocidente da Península Ibérica, aquela que punha em contacto os povos da área densamente habitada da Galécia com as cidades com funções administrativas e comerciais do sul.” (MATTOSO, 1993: 37)

28. Surge um novo eixo viário (a atual Estrada Nacional no 109) localizado a poente do até então principal eixo viário do município, a estrada que ligava o Porto a Lisboa (atual Estrada Nacional nº 1). Dos eixos que se desenvolvem horizontalmente, fazem parte as antigas estradas romanas e medievais que ligavam ao rio Douro, a Castelo de Paiva, a Arouca e a Vale de Cambra. (OLIVEIRA, 2015: 99)

29. Destaca-se o desenvolvimento da indústria corticeira (que, embora estando longe da matéria-prima, está perto do mercado consumidor e distribuidor do produto transformado: as caves de Vila Nova de Gaia e o Porto de Leixões)

O aparecimento de um elevado número de indústrias³⁰ não impôs grandes mudanças nos modos de ocupação do território e as intervenções urbanas promovidas pelo capital da indústria foram muito pontuais (OLIVEIRA, 20015: 100). Reconhecemos que, em Santa Maria da Feira, as características da urbanização decorreram da abundância de solo fértil, da boa acessibilidade que se desenvolveu ao longo dos anos e, posteriormente, também devido à dispersão da localização e dimensão das indústrias ao longo do território. Estas unidades industriais estavam, frequentemente, associadas aos espaços habitacionais e agrícolas, de grande rudimentaridade e baixo nível tecnológico e na dependência, quase exclusiva, de força humana (extremamente mal remunerada) (MATOS, 2003: 305). Inicialmente, a atividade industrial e comercial acontecia à escala familiar, servindo-se do espaço da habitação, sobretudo do rés-do-chão, e dos espaços contíguos à casa, como anexos e eiras. “A fábrica tinha uma arquitectura próxima à da casa, marcada pela sua estrutura simples, com paredes caiadas e janelas pequenas, constituindo o portão o único elemento desviante” (MATOS, 2003: 331).

O desenvolvimento da economia em Portugal, ocorrido na segunda metade do século XX, principalmente após o 25 de Abril de 1974, a par do crescimento demográfico acentuado, registado na mesma altura³¹, resultou na intensificação do processo de urbanização. “Edificação isolada, divisão da propriedade, localização independente da existência de redes básicas e suportada no mais rudimentar dos caminhos, resumem as características da transformação que ocorreram nas três décadas seguintes” (OLIVEIRA, 2015: 100). O aumento das necessidades de habitação individual exigiu a construção de novas habitações, introduzindo-se no território novas tipologias e modos de ocupação. A falta de um método global ordenador para o território e o aumento das operações urbanísticas de loteamento³², promovidas por iniciativas privadas, que tentaram responder à falta de habitação, resultou num modelo de organização fechado, contribuindo para que, de pouco a pouco, se perdesse a relação estreita entre o território, a casa, a agricultura e a indústria, até então existente (OLIVEIRA, 2015: 100). A urgência de construção, a interpretação e os custos previstos na legislação não impediram o processo de crescimento urbano não controlado, dificultando a implementação de qualquer estratégia que o estruturasse (OLIVEIRA, 2015: 100).

Assim, na segunda metade do século XX as transformações no território aconteceram com elevada liberdade. As novas escalas, tipologias ou formas da indústria, da habitação e do comércio pontuavam o território de maneira dispersa, maioritariamente apoiadas na infraestrutura viária existente (OLIVEIRA, 2015: 100).

30. Nas décadas de 50 e 60, existem no município um total de 251 unidades fabris distribuídas de forma bastante dispersa, mais predominantes nas freguesias de Santa Maria de Lamas, Lourosa e Paços de Brandão. Segundo a listagem da Associação Portuguesa de Cortiça (MATOS, 2003: 305)

31. De 1970 a 2001: 42%, em Santa Maria da Feira; 21% a nível nacional, segundo o *Atlas de Santa Maria da Feira*.

32. Entende-se por loteamento urbano, para os efeitos deste diploma, a operação ou o resultado da operação que tenha por objecto ou tenha tido por efeito a divisão em lotes de um ou vários prédios fundiários, situados em zonas urbanas ou rurais, para venda ou locação simultânea ou sucessiva, e destinados à construção de habitações ou de estabelecimentos comerciais ou industriais. (Art. 1º do Decreto-Lei nº 46 673 de 29 de Novembro de 1965)

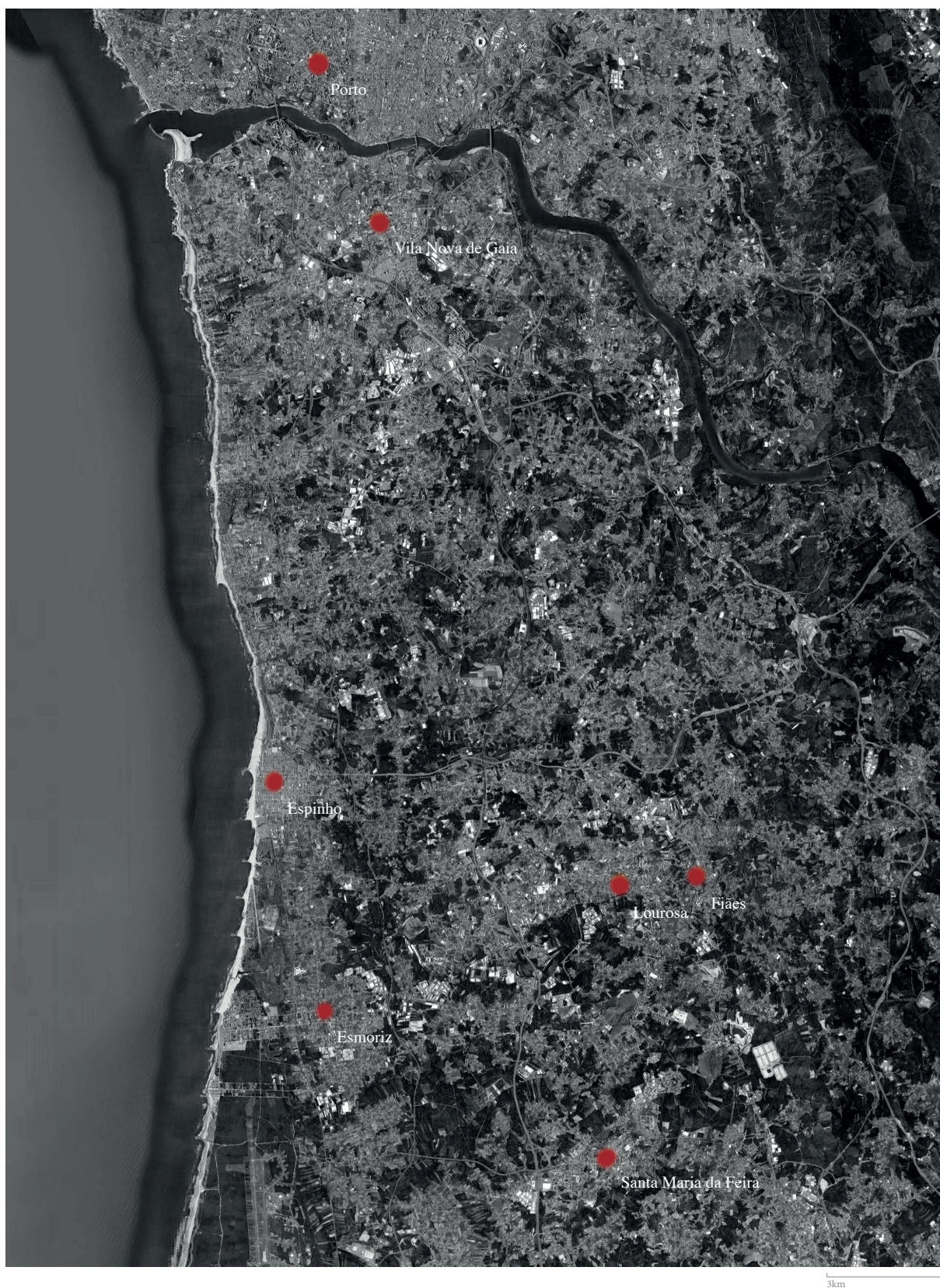
Em 1993 foi elaborado o primeiro Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira, a cargo do arquiteto Manuel Fernandes de Sá³³. No final do século XX, com a aplicação das primeiras verbas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), assistiu-se à implantação, na infraestrutura viária, dos sistemas de infraestruturação básica de água, saneamento, abastecimento eléctrico, iluminação pública e telecomunicações. Esta implantação, aos poucos, foi-se estendendo a grande parte da infraestrutura viária do município. Actualmente, está em vigor o Plano publicado em 2015, cujas estratégias e opções foram discutidas a partir do mês de Dezembro do ano anterior após terem sido publicados documentos provisórios em 2005, 2008 e 2010.

Hoje, a economia local assenta, sobretudo, na actividade industrial (que representa 62% do total da actividade económica local). A indústria da cortiça destaca-se, entre outras actividades relacionadas com a metalomecânica, ferragens, madeiras, papel e a puericultura. Representa 11% da actividade industrial nacional, formando o maior pólo a nível mundial dentro desse sector (albergando cerca de 60% da indústria corticeira a nível mundial). A proliferação e delimitação de Zonas Industriais espalhou-se ao longo das freguesias do concelho. O município é servido pelas auto-estradas do Norte A1 e A29. Para além destas, o IC2 atravessa as freguesias de Arrifana, Argoncilhe, Lourosa, Sanfins, São João de Vêr Mozelos e Escapães.



Santa Maria da Feira | **img. 56** - Zona Industrial de Escapães; **img. 57** - Vista aérea, A1

33. Até esta data, os planos existentes focavam-se em pontos específicos do território. Em 1950 realizou-se o Plano de Urbanização da Feira, pelo arquitecto Rodrigues de Lima (limitado ao núcleo da freguesia sede do concelho). Em 1976 foi elaborado o Plano Geral de Urbanização do Concelho da Feira, pelos arquitectos Duarte Castel-Branco e Alfredo Viana de Lima. Em 1982, o Plano de Estruturação Urbanística do Concelho da Feira. Em 1983, com a construção do primeiro troço da autoestrada A1, é elaborado o Plano de Expansão da Feira vocacionado para a caracterização urbanística do espaço envolvente ao nó de acesso. (OLIVEIRA, 2015)

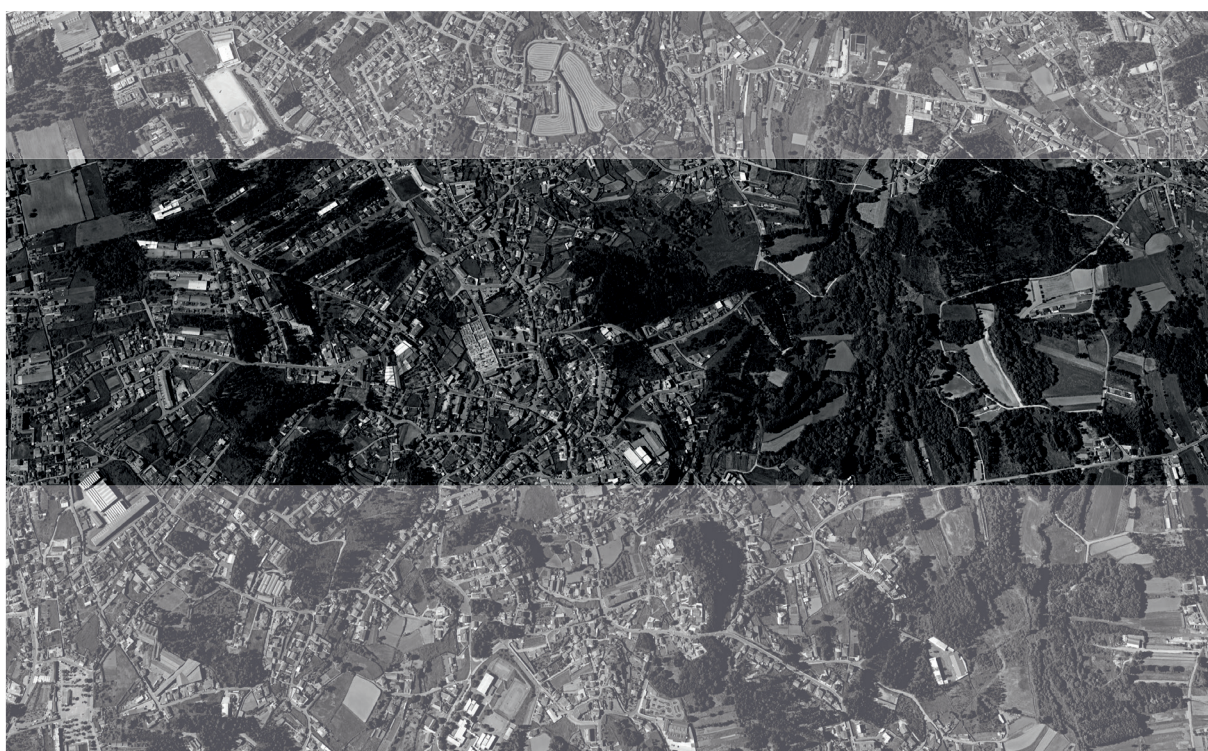
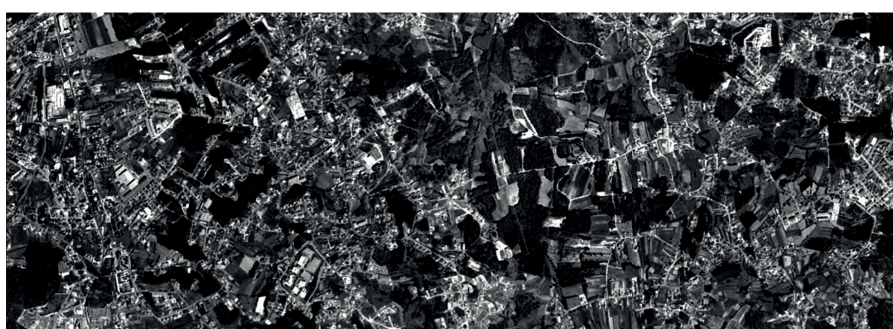
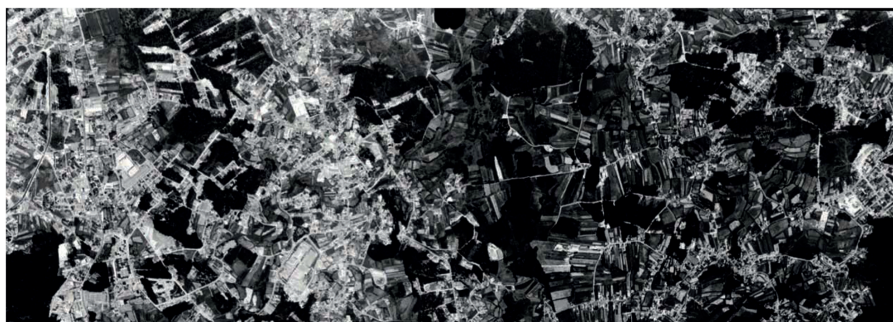


img. 58 - Fiães, Santa Maria da Feira - enquadramento

Nas páginas anteriores, tentámos apontar, resumidamente, alguns pontos importantes para a compreensão da formação e desenvolvimento do Concelho de Santa Maria da Feira. Percebemos que a consolidação e a densificação deste território se associaram, desde sempre, à rede de estradas e caminhos que existia e que, ao longo do tempo, se foi alargando. Conseguimos ler, numa escala alargada, que essa mesma rede viária potenciou estratégias de ocupação comuns ao longo do concelho, entendendo-se uma certa homogeneidade caracterizadora do território. Ao contrário de outros territórios resultantes dos processos da urbanização extensiva, em Santa Maria da Feira, não se destacam um, ou vários centros, altamente densificados (OLIVEIRA, 2015). Sobre uma base verde, a crescente densificação das freguesias mostra-se numa mancha que se vai alastrando por toda a área, seguindo a rede de estradas que serve o concelho, e, embora existam diferenças quantitativas dentro de cada freguesia (densidade populacional, percentagem de espaço construído, solo permeável ou solo impermeável, entre outras), vão aparecendo de maneira dispersa e em qualquer ponto do concelho novos edifícios, serviços, indústrias e equipamentos, visto que a boa acessibilidade existente não exige uma proximidade contígua. A boa rede de acessos que serve as freguesias de Santa Maria da Feira permite níveis de acessibilidade bastante equivalentes entre os diferentes espaços. Esta característica, pouco comum, contribuiu para que, apesar da densificação, “não se perca a elevada homogeneidade da mancha urbana” (OLIVEIRA, 2015).

Escolhemos Fiães como objecto de estudo próximo. Focando o estudo num caso específico, percorrido e desenhado, pretendem-se (re)conhecer os modos e os meios de apropriação do espaço urbano e a relação sócio-espacial destes com a apropriação dos espaços vazios existentes. De maneira análoga àquela descrita sobre assentamento e desenvolvimento do Concelho de Santa Maria da Feira, Fiães é, também, exemplo do resultado da progressiva urbanização que se sustentou numa malha irregular de estradas e caminhos, sobre uma base rural. A consolidação e densificação da freguesia, acontece, à medida que o Concelho se desenvolve, sendo que, também o solo fértil, a morfologia e a topografia do território e a boa acessibilidade existente, impulsionaram o seu crescimento. Actualmente, Fiães, abrange uma área de 6,38 km², dista cerca de 10 km da sede de concelho, possui, aproximadamente, 7.991 habitantes³⁴.

34. Segundo os Censos de 2011, Instituto Nacional de Estatística



Enquadramento | img. 59; 60; 61 - Fiães - ortofotomapas: 1958; 1974; 2018

Diz-se que o topónimo *Fiães* remete para o lugar onde, no século IV, existiu uma quinta ou uma vila, pertencente a Úlfilas, um bispo germânico, ficando este lugar conhecido como a *villa de Ulfilanis* (SÁ, 1939). Em 1925 foram encontrados no monte de Santa Maria vestígios de uma ocupação romana e alguns historiadores acreditam que estes podem estar relacionados com uma ocupação romana denominada *Laconbriga*³⁵, cuja localização ainda não foi determinada com precisão. Tendo em conta os objectos encontrados e o percurso traçado pela *via romana* que ligava Lisboa a Braga³⁶, “não é despropósito supor no entanto, que o rústico povoado de indígenas, ou vila de colonos cultivadores, que receberam (...) a influência do cristianismo, tivesse sido antecedido por um velho castro que, na topografia, encontrou condições favoráveis” (CORRÊA, 1925: 97).

O cadastro agrícola, hoje diluído na malha urbana, acompanhou a evolução da *construção* deste lugar. Após a ocupação do Monte de Santa Maria, seguiu-se a ocupação do *Lugar do Vilar* (SÁ, 1925 ; SANTOS, 1971), cuja topografia estável, à cota baixa, e os solos férteis e irrigados pelo rio Uíma e pelo rio Às-Avessas (afluente do rio Uíma), permitiam a exploração agrícola destes *espaços*. Associadas às diversas parcelas, eram construídos, em função das necessidades daquele que as possuía e dos que nelas trabalhavam, espaços de habitação, de trabalho ou de apoio à exploração agrícola. No século XVI contavam-se apenas 16 fogos, no século XIX 310, no início do século XX, 670. Em 1930, 3.037 habitantes (SÁ, 1925: 87).

Se, há algumas décadas atrás, a agricultura foi a principal fonte de rendimento da população residente³⁷, no século XX, a par do desenvolvimento da actividade industrial que acontecia no Concelho, a implantação das unidades industriais na, já consolidada, freguesia de Fiães, tornou esta actividade como a principal fonte de emprego da população fianense³⁸. As primeiras indústrias, rudimentares e de pequena escala, apareciam, maioritariamente, ligadas aos espaços agrícolas, espaços de habitação e anexos contíguos. A instalação das infra-estruturas básicas de água e saneamento e de electricidade,³⁹ apoiadas na infra-estrutura viária que se foi desenvolvendo, permitiu a dispersão destas unidades ao longo do território, promovendo novos assentamentos e, consequentemente, novas construções.

Sobre a malha rural que outrora serviu a população, a percentagem de solo impermeável vai crescendo. Associando-se a crescente ocupação do solo à possibilidade de dispersão, *restam* entre a malha urbana, um conjunto de lugares *vazios*.

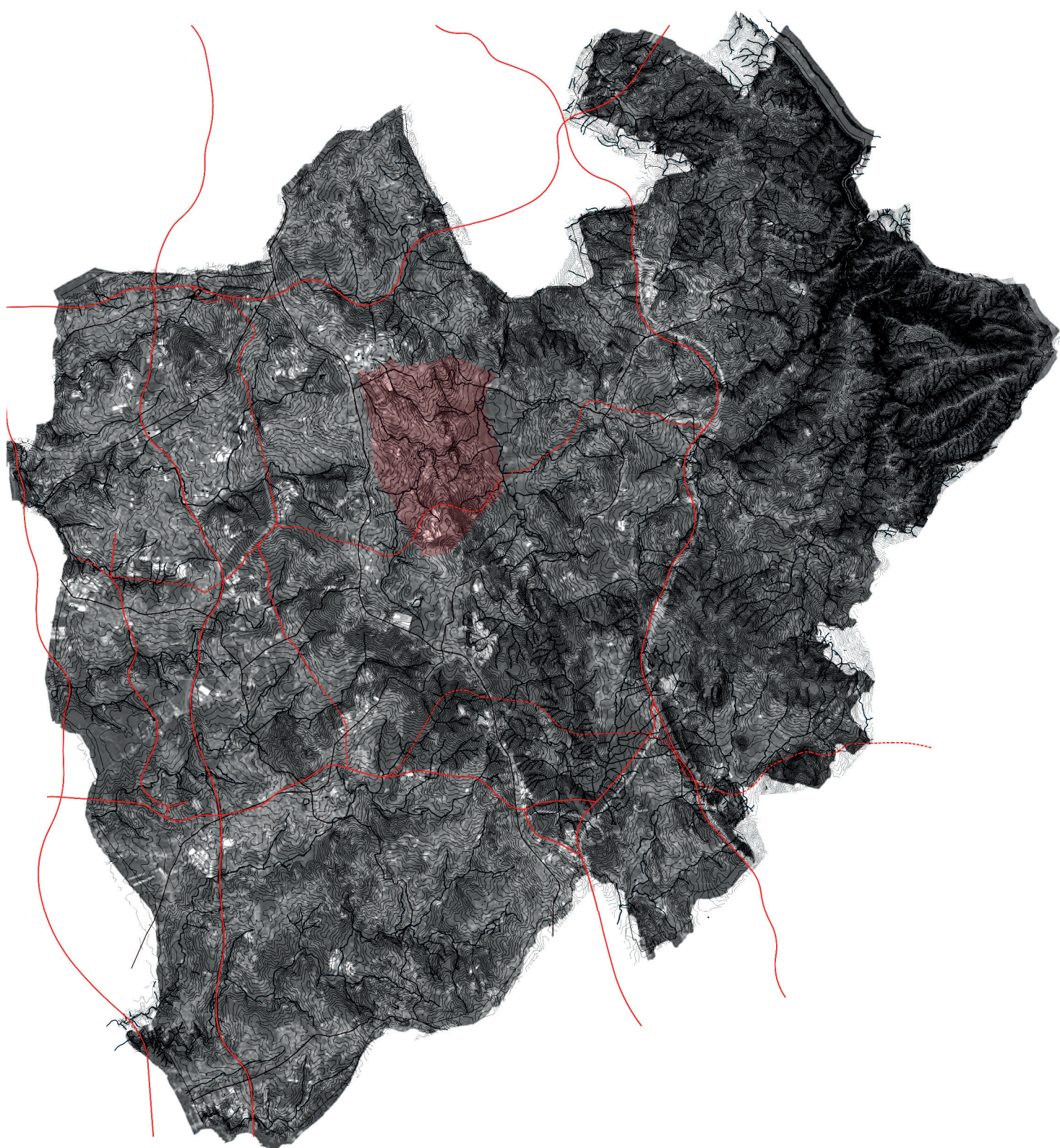
35. Referenciada no Itenerario Antonium – que ligava Aeminiun (Coimbra) a Cale (Porto) - Lancobriga, dista 13 milhas de Cale (Porto) e 28 milhas de Talabriga; O povoado estaria 1000m a nascente no Castro do Monte de Sta. Maria no Monte Redondo, sítio hoje praticamente destruído, onde se encontraram vestígios da ocupação romana (CORRÊA, 1925) nomeadamente uma ara a Júpiter, hoje em exposição no Museu Convento dos Lóios, na Feira, e o epitáfio de Bou-tius; O acesso desde a estrada romana até ao castro poderia situar-se no lugar da Ferrada (Fiães), acedendo-se ao cimo do monte do lado Sul. (SANTOS, 1971)

36. “A via romana continua para sul sempre pela rua da Estrada Real até ao lugar da Ferrada, topónimo viário onde se *venceria a milha 13 a Cale*” (SANTOS, 1971)

37. Escreveu, em 1939, o Padre Manuel Francisco de Sá (SÁ, 1939).

38. População empregada: 1991 | 2001; FIÃES; sector primário: 40 | 18 ; sector secundário: 2910 | 2545; sector terciário: 1252 | 1720 (SMF 1257 | 892 ; 40418 | 41529 ; 15456 | 24703), segundo os Censos de 2011, Instituto Nacional de Estatística

39. Segundo o Padre Manuel Francisco de Sá, a rede eléctrica que serve Fiães data 1 de Julho de 1931 (SÁ, 1939).



Planta: Santa Maria da Feira; Escala 1:100.000; Fiães ■ Autoestradas e variantes — Estradas Nacionais —

Enquadramento | **img. 62** - Fiães, Santa Maria da Feira

3. Levantamento

3.1. Do perfil sócio-cultural ao desenho sócio-espacial

Considerando o carácter imensurável do processo de urbanização e, reconhecendo que a cidade, enquanto *lugar central do poder*, já não existe nos dias de hoje, Jean Remy e Liliane Voyé explicam que os limites da *cidade urbanizada* passaram a ser designados tendo como base uma definição sócio-económica e não uma definição espacial, ou seja, classificam-se territórios enquanto cidades a partir do “conjunto de populações que se podem encontrar, dos equipamentos e serviços que podem utilizar-se e das actividades que se podem exercer no quadro de um dia” (REMY, VOYÉ, 1992: 70).

O território *desruralizado* de Fiães é, desde 2001, considerado *cidade*. Contudo, a proximidade com Lourosa (freguesia contígua e segunda cidade do concelho), Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Espinho ou Porto⁴⁰ é *essencial no cumprimento de um estilo de vida urbano*, percebendo-se que Fiães e Lourosa partilham serviços entre si (a Escola Secundária de Fiães ou os Bombeiros Voluntários de Lourosa, por exemplo) e que, outro tipo de ofertas - de emprego, de equipamentos, de actividades de lazer - são procurados noutras cidades. Fiães não é um *centro* e não funciona como tal. É dependente das grandes cidades próximas, mas essas cidades também dependem, de certo modo, deste lugar (onde habitam aproximadamente 7.991 pessoas, onde se situam indústrias, serviços e equipamentos).

A urbanização e a consequente desvalorização do centro são, então, resultado de um processo, que se apropria da mobilidade espacial como um método e um meio estruturador(es) da vida quotidiana (REMY, VOYÉ, 1992). No caso em estudo, a *dispersão* resultava, até ao século passado, da exploração agrícola enquanto actividade dominante, onde as construções, associadas à mesma prática, pontuavam as parcelas exploradas. Desenvolveu-se, transversamente aos eixos já existentes, uma densa rede de estradas e caminhos que permitia o acesso às mesmas. A necessidade construtiva relacionada com o crescimento demográfico registado nas décadas pós 25 de Abril, a par do desenvolvimento tecnológico que ocorria a nível nacional, resultou na densificação destes territórios, produtivos e acessíveis, transformando-se a rede viária num meio capaz de, não só permitir a deslocação e os acessos, às novas construções, de habitação ou de trabalho, como, também, suportar a rede das infra-estruturas básicas (tais como a electricidade ou o saneamento). A mobilidade espacial passou a associar-se, também, à possibilidade de dispersão, tornando-se não só, tecnicamente possível, mas também socialmente valorizada (REMY, VOYÉ, 1992).

40. img. 58 - p. 70

O *modelo urbano* percebido em Fiães distancia-se, claramente, do modelo das *grandes cidades* e afasta-se, também, dos *grandes aglomerados industriais*⁴¹ que, no século passado, surgiram em vários pontos da Europa. Percebemos Fiães como um *agregado urbano (semi)proletariado* onde persiste, ainda, um modelo caracterizado pelo *familismo*, modelo este legível na (inter)dependência do indivíduo em relação ao meio sócio-cultural envolvente, nas vontades que manifesta, na respectiva concretização, e também nas lógicas de organização e apropriação dos espaços, como se tentará explicar nos parágrafos seguintes.

Fiães é a quinta freguesia mais populosa do Concelho de Santa Maria da Feira e também a quinta freguesia com a população mais jovem.⁴² É um lugar onde a homogeneidade cultural é, ainda, bastante visível, e onde se percebe que o contínuo processo de urbanização não provocou uma rotura abrupta nos códigos culturais aceites socialmente. Não sendo um *lugar isolado da realidade global actual*, é no entanto, resultado de uma *estrutura social* organizada em *grupos afectivos*, provocados pelas estreitas ligações de parentesco e pelos os laços de vizinhança criados.



41. Onde o controlo ecológico poderia mais facilmente exercer-se: entre vizinhos, por exemplo, mas também entre colegas de trabalho. A “redução do controlo ecológico não significa, contudo, mesmo quando bem sucedida, que se possa eliminar o controlo social (a ilusão da autonomia pessoal absoluta não impediu o “seguir das modas, as comparações entre vizinhos)”. (REMY, VOYÉ, 1992: 81)

42. (25-64; 15-24; >65; 0-14); segundo os Censos de 2011, Instituto Nacional de Estatística

Assim, a habitação unifamiliar é privilegiada e, não é estranho perceber que a(s) parcela(s) que passam entre as gerações vão sendo partilhadas e/ou divididas entre os membros das famílias. As famílias numerosas (nucleares ou agregadas) correspondem a modalidades de reprodução social onde a complementarização de salários ou outros rendimentos (pensões, reformas, transferências de emigrantes, rendimentos agrícolas...) se torna necessária para assegurar patamares de consumo conformes.”⁴³ A formação tardia do novo núcleo familiar, devido às dificuldades financeiras relacionadas com as dificuldades encontradas na procura do primeiro emprego, à inflação, ao aumento das rendas, e à inacessibilidade de acesso a créditos bancários, entre outras condicionantes transversais à realidade nacional, resultam na co-habitação de diferentes gerações no mesmo *espaço-residência*. Em Fiães, o número de famílias institucionais existente é o mais elevado do concelho⁴⁴.

Ligações estreitas de parentesco e de entre-ajuda, também se manifestam na procura de emprego. Álvaro Domingues refere, também, esta evidência nas freguesias do Vale do Ave, observando que, nesses lugares “muitas empresas *surgiam* de investimentos por parte de ex-operários qualificados ou ex-quadros de empresas que, logo que atingem um capital cultural e monetário suficiente, *arrancavam* com a sua própria empresa”⁴⁵. Inicialmente, a atividade industrial e comercial acontecia, à escala familiar, servindo-se, muitas vezes, do espaço da habitação, sobretudo do rés-do-chão. Hoje, o local de residência e o local de trabalho já não se misturam obrigatoriamente num mesmo espaço. Embora os negócios possam já ter pertencido ao dono da casa, com o passar do tempo, tal premissa já não é a única hipótese possível, podendo o negócio ser autónomo (em termos de pertença) em relação à casa onde se situa.

Contudo, o sistema de personalidade lido em Fiães não se distingue de outros modelos contemporâneos dos territórios da urbanização extensiva, onde a realização de um projecto individual idealizado mostra-se como a vontade maior do percurso de vida do indivíduo (REMY, VOYÉ, 1992). A distância e o tempo virtuais, associados à velocidade e transmissão (de informação ou de imagens) imensurável, incentivam o consumo ditado pela publicidade. A escolha do objecto consumido já não se justifica, unicamente pela sua utilidade material mas, também, pela sua utilidade social. Entre as imagens globais genéricas, a vontade quotidiana na “luta pela igualdade de posses”⁴⁶ e a, consequente comparação próxima existente entre habitantes vizinhos, cruzam-se as formas e as ideias de um *mundo globalizado* com as do território *desruralizado*. Neste *confronto de realidades*, percebem-se alguns dos temas que se pretendem salientar na análise dos desenhos realizados e fotografias apresentadas nas páginas seguintes.

43. Descrição de Álvaro Domingues acerca do Vale do Ave, também, reconhecida no caso em estudo, Fiães

44. Segundo os Censos de 2011, Instituto Nacional de Estatística.

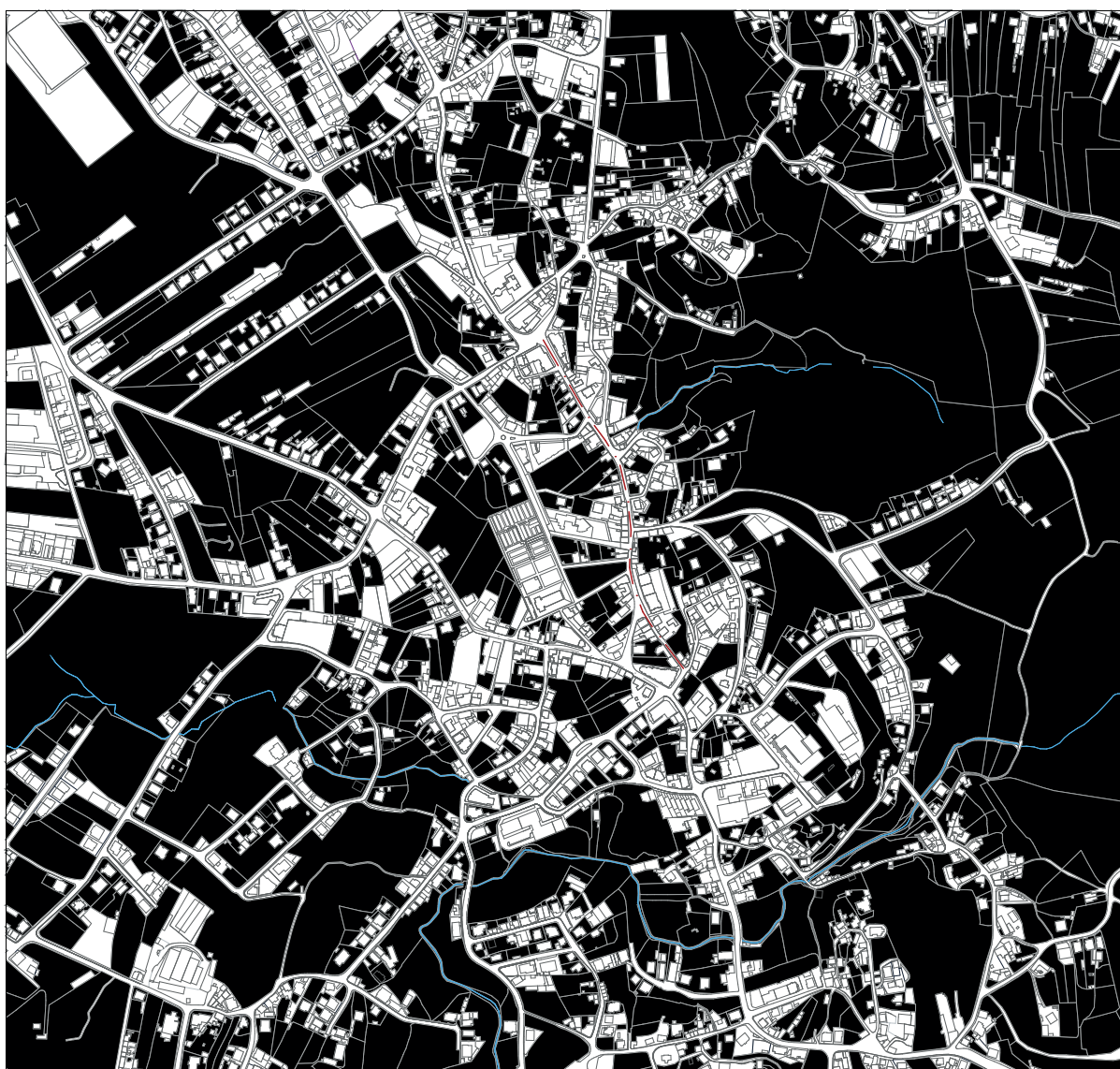
45. Se no médio ave o autor se refere principalmente à indústria têxtil, em Fiães lemos características semelhantes a partir da indústria da cortiça, do calçado e também das tintas.

46. Como explicam os autores no capítulo II, a respeito do sistema de personalidade dos territórios urbanizados (REMY, VOYÉ, 1992).

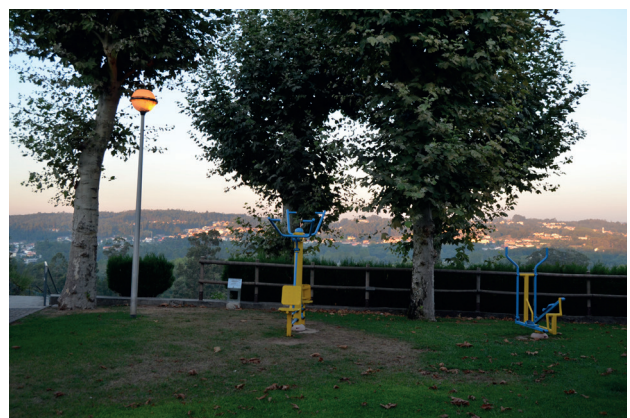


img. 65 - Vista da rua Central de Fíães; **img. 64** - Vista para a rua Central de Fíães; **Esquema 1** - Solo Permeável / Impermeável (dir)

Fiães apresenta uma topografia irregular com declives não muito acentuados (variações entre a cota 160 e a cota 215) onde cerca de 70% do solo é permeável. Dentro dos 30% correspondentes ao solo impermeável, aproximadamente 7% do mesmo é ocupado por ruas, estradas e outros percursos pavimentados. O território vai sendo ocupado a partir dessas mesmas vias. É fácil reconhecer um núcleo central mais construído (compreendido entre a Rua Central - o principal eixo de distribuição, a Rua Padre Manuel Francisco de Sá e a Rua da Cerejeira) que se vai dispersando, ao longo do território. Indústrias, equipamentos e serviços (centro de saúde, escolas, correios, bombas de gasolina...) distribuem-se de forma dispersa. Estamos num lugar onde a habitação unifamiliar prevalece sobre a de habitação plurifamiliar (que também existe, maioritariamente, ao longo da Rua Central) e assim, coexistem na mesma parcela, espaços de habitação e espaços de trabalho que pontuam, ocasionalmente, o nível do rés-do-chão das ruas de Fiães.



Rua Central — . — . — Rua Padre Manuel Francisco de Sá — . — Escala: 1/10.000 △



Espaço Público | **img.66** - Parque Natural das Ribeiras | **img.67; 68** Miradouro do Monte das Pedreiras | **Esquema 2** - Espaço Público, Fiães (dir.)

Entre os *espaços públicos* representados, mostramos aqueles que advêm do sistema cultural marcado pelas práticas religiosas cristãs - a igreja e o adro, o cemitério e o cruzeiro; os que resultam das atuais práticas de planeamento (que se baseiam na identificação e delimitação de sistemas espaciais através de regulamentos específicos e que resultam da consolidação de reservas ambientais, agrícolas, florestas mas também de grandes zonas industriais ou residenciais) o Parque Natural das Ribeiras ou o Miradouro do Monte das Pedreiras; o campo de futebol, os bares e os cafés (que, embora geridos pela iniciativa privada, são espaços de reunião priverligiados), e também os as ruas, os passeios, as estradas e os *novos objectos urbanos* (as rotundas, os nós de acesso e as saídas dos mesmos) resultantes da construção da estrutura viária nacional, cuja escala, lógica de concepção, modelo de gestão e monofuncionalidade “dão corpo a espaços (fortemente) desconectados do sistema territorial” (OLIVEIRA, 2015 :121).



1 - Complexo Desportivo 2 - Cemitério 3 - Igreja; adro e jardim 4 - Junta de Freguesia 5 - Centro Paroquial 6 - Miradouro do M. das Pedreiras
7 - Estacionamento 8 - Parque Natural das Ribeiras

Escala: 1/10.000 



img. 69 - Rua Padre Manuel Francisco de Sá | img. 70 - Rua Central de Fiaes Esquema 3 - Distribuição

A urbanização, a consequente desvalorização do centro e a *vontade de escolha individual* que este processo desenvolve, induz por sua vez uma multiplicação e uma autonomização dos serviços, dos equipamentos ou das entidades de poder que pontuam vários pontos do Concelho. A mobilidade é, em Fiães, condicionante da organização espacial e também da quotidiana deste lugar. As distâncias percorrem-se de carro, reduzindo-se assim o tempo de percurso e conseqente tempo de observação. Retirada a importância ao mesmo percurso, desenham-se ruas com perfis quase auto-estradais. Assim, se a localização de equipamentos e serviços não é forçada por imposições técnicas e não exige contiguidade, sendo rapidamente acessível devido à vulgarização do automóvel, percebe-se que, a implantação destas entidades depende ou está associada ao tipo de clientela, distribuindo-se de maneira dispersa no território.



Edifício Público Edifício Religioso Edifício Escolar Serviços/ Equipamentos/ Comércio Edifício Industrial Complexo Desportivo
 Habitação Unifamiliar Habitação Plurifamiliar Escala: 1/10.000 ▲



img.71 - Horta e Galinheiro

A matriz rural pré-existente lê-se na paisagem destes territórios. Embora a agricultura já não seja a principal fonte de rendimento das famílias, percebendo que as indústrias (da cortiça e da fabricação de calçado) são as principais fontes de emprego, os habitantes continuam a cultivar pequenas hortas contidas dentro do seu espaço de residência - quer por passatempo, para auto-consumo ou mesmo para venda a outros habitantes vizinhos. As parcelas apresentam tamanhos e morfologias diferentes, de acordo com a sua funcionalidade (casa com horta, habitação plurifamiliar, parcelas destinadas à produção agrícola, parcelas completamente impermeabilizadas). Espaços deixados ao abandono, misturam-se entre as vias, o edificado e os terrenos agrícolas cultivados. Dentro das parcelas agrícolas aproveitadas, percebe-se a dominância do minifúndio, cultivado em muitos casos em tempo parcial.



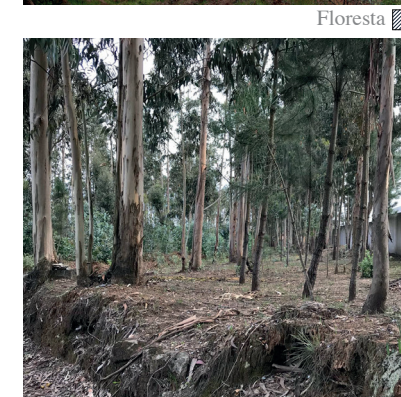
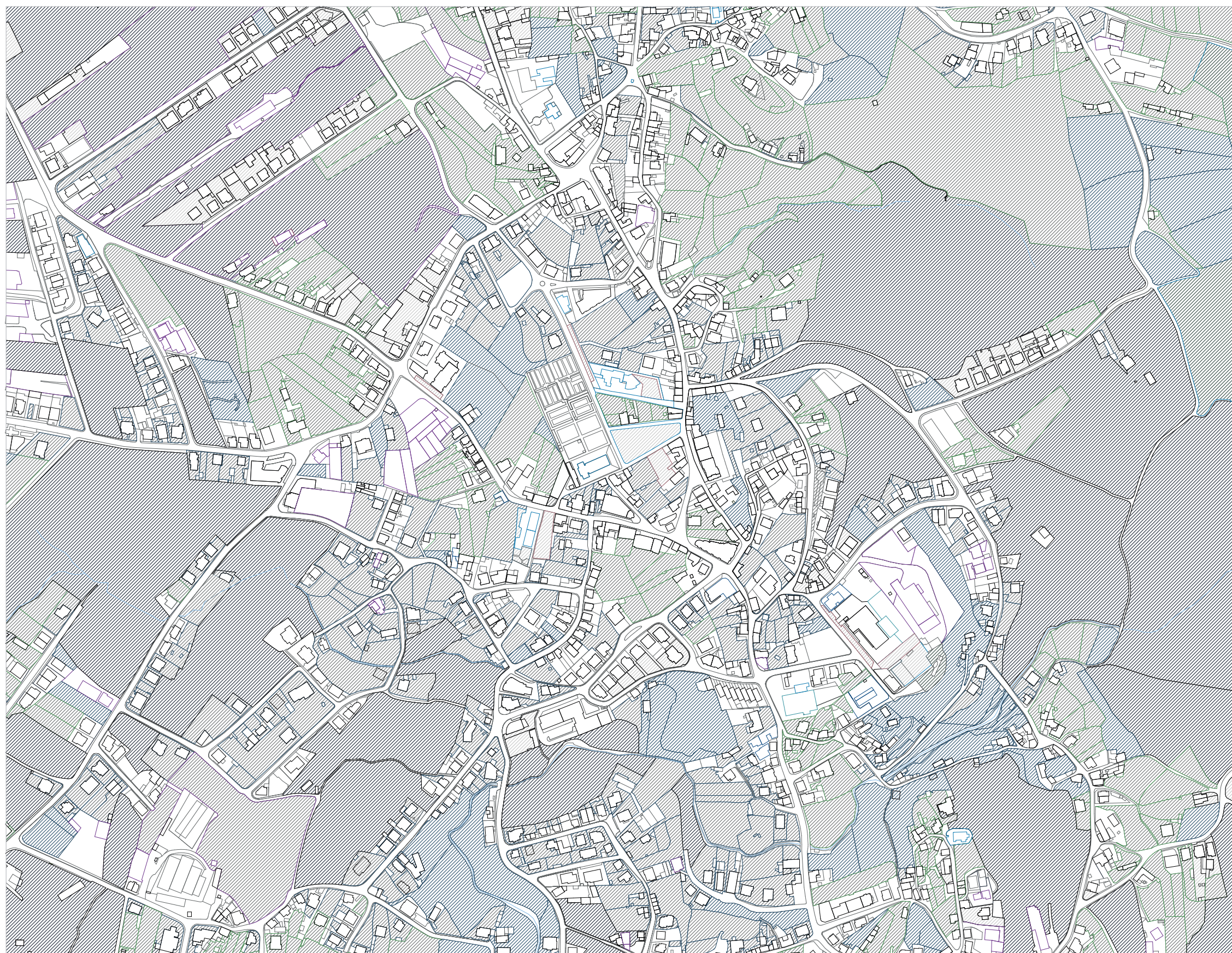
img.72 - Zona Central de Fiães, ortofotomapa

3.2. Inventário técnico-funcional dos espaços vazios

O inventário técnico-funcional dos espaços vazios desenha-se através de um esquema que pretende apontar os diferentes *tipos de espaços vazios*, agrupando os mesmos segundo um código de cores de acordo com o uso que lhes está associado. Associando este esquema ao retrato sócio-cultural apresentado anteriormente, tentamos compreender estes *vazios* observando o desenho dos seus limites, dos modos de apropriação e dos modos de ocupação associados aos mesmos, nesta área de estudo específica (correspondente à zona central de Fiães e área envolvente) tentando, numa primeira fase, apontar a informação recolhida para que, na terceira parte da dissertação, se associe este inventário à idealização de um *sistema de espaços colectivos* que irá integrar um projecto hipotético para a zona central de Fiães.

Olhando para o esquema apresentado, apercebemo-nos da existência de uma grande percentagem de *espaços vazios* verdes. São espaços de floresta, espaços destinados à produção agrícola (industrial ou para auto-consumo) e, também, espaços abandonados onde a vegetação cresce livremente. Percebemos que, entre estas diferentes *tipologias*, é difícil perceber um padrão para a sua caracterização formal. São espaços cujos limites são ambíguos e cuja forma não sugere determinado tipo de apropriação e que, à excepção dos espaços públicos apresentados anteriormente, praticamente todos os outros espaços seleccionados são parcelas privadas. Quando encontramos espaços vazios pavimentados percebemos que estes são, maioritariamente, parcelas destinadas a estacionamento ou espaços públicos como o adro da Igreja ou o cruzeiro, fruto das intervenções realizadas segundo no PDM desta freguesia. Contudo, este *verde* não resulta de uma paisagem rural mas, pelo contrário, é resultado do constante processo de urbanização desta freguesia. Corresponde a espaços *sobrantes* entre a malha viária e o edificado, espaços de floresta *descuidados*, parcelas agrícolas abandonadas, jardins privados e hortas, cuja dimensão pode ser reduzida mas que existem em grande quantidade dentro das parcelas destinadas à habitação. Se, nos séculos passados, as (poucas) tipologias de habitação pontuavam os grandes espaços agrícolas (os espaços vazios *por excelência*) que eram trabalhados pela população contratada pelos donos desses espaços, hoje estes espaços agrícolas são cada vez mais pequenos mas, em muitos casos, o dono destes espaços não é a pessoa que os que cultiva, mostrando-se, também, uma certa ambiguidade entre o sentido de pertença e a apropriação dos mesmos.

Actualmente percebemos que os espaços vazios onde a construção é permitida, ou seja, os espaços classificados no PDM como áreas urbanizáveis (de onde se excluem os espaços de floresta protegidos ou aqueles que se situam perto dos dois rios existentes em Fiães, cujas características do solo não permitem a construção de edifícios) têm dado lugar ao aparecimento de loteamentos urbanos que acolhem tipologias de comércio e de habitação e os percursos de acesso às mesmas. A constante divisão das parcelas (e a consequente transformação dos espaços não construídos em espaços ajardinados,



Edifício Público Edifício Industrial Edifício Escolar Complexo Desportivo 200m 100m 0m

Esquema 4 - Inventário dos Espaços Vazios de Fiães | **img.**: 73; 74; 75; 76; 77; 78 - fotografias, Fiães 2018/19

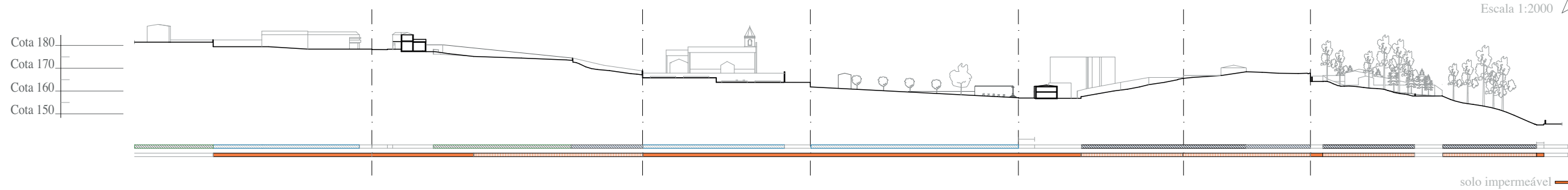
hortas, ou espaços totalmente impermeabilizados, cada vez menores), cercadas ao longo do seu perímetro, reforça o entendimento do quarteirão enquanto unidade autónoma e evidencia a relação ambígua (explicada, também, por Rémy e Voyè (1992) que a sociedade actual mantém entre o interior e o exterior mas também entre o espaço individual e o espaço colectivo. O espaço interior, protegido e cada vez mais especializado, reduz a relação que estabelece com a rua, ao nível de opacidade das vedações e ao portão que lhe permite o acesso. Assim, nestes territórios onde o modo de ocupação dos espaços é motivado pela infra-estrutura viária e, cuja estratégia de implantação dos edifícios segue esses mesmos percursos, dividindo e limitando o perímetro dos espaços associados aos edifícios e, fechando as margens das ruas ao interior do quarteirão, além de reforçar a leitura da *rua-canal*, pode ser, também, compreendido como uma das maiores barreiras ao entendimento dos espaços vazios (OLIVEIRA, 2015: 205). Constatamos que, nos últimos anos, se tem assistido ao progressivo encerramento dos quarteirões, limitando-se, através da construção de muros e vedações quase opacas, a relação que estes mantêm com a rua que os serve e, também, com aqueles que a percorrem. Assim como escreveu Ivo Oliveira, durante a realização do inventário percebemos que, a continuidade sugerida pela proximidade entre os diferentes espaços não edificadas, percebida nas imagens aéreas, são impossíveis de estabelecer quando se percorrem as ruas de Fíães.

3.2. O corte genérico

Traçamos, então, um percurso hipotético que pretende relacionar os diferentes tipos de espaços vazios apontados no inventário, desenhando-se o *corte genérico*. Este corte propõe o *atravessamento* pelo interior dos quarteirões seleccionados (públicos e privados) procurando apontar relações entre esses mesmos espaços e as ruas contíguas e os modos de apropriação em diferentes altimetrias. Desenhámos, então, o espaço público adjacente ao edifício da Junta de Freguesia (espaço pavimentado de estacionamento), o interior de um quarteirão com horta e um galinheiro, o espaço público da Igreja e espaços de floresta (pinhal ou eucaliptal), associando cada espaço ao mesmo código de cores utilizado no inventário, salientando-se, também, o solo como permeável ou impermeável. Este percurso, também apresentado através de fotografias tenta, também, *retratar a ambiguidade* legível num percurso genérico pelos espaços de Fíães. Ambiguidade esta que se traduz na apropriação dos espaços públicos (no caso do espaço da Junta de Freguesia, ocupado por carros, por exemplo), nos limites que se mostram entre terrenos permeáveis abandonados que *caem por cima das ruas* ou nos *espaços públicos ajardinados* ou espaços verdes em miniatura cuja geometrias, "fortemente dependentes das lógicas da mobilidade motorizada, que lhes conferem um desenho característico". Estes espaços, incapazes de afirmar um sistema contínuo de espaços públicos verdes, viabilizam, então, um sistema contínuo e fluido de espaços para o automóvel (OLIVEIRA, 2015 :210). Nos espaços intersticiais com hortas ou galinheiros, interessa-nos retratar os modos de construção e de delimitação dos mesmos.



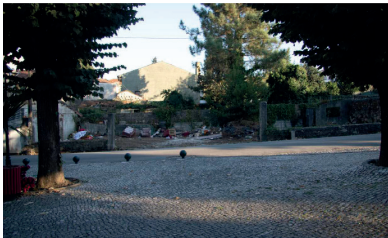
Escala 1:2000



des.1 - Planta - Zona Central de Fiães | des.2 - Corte genérico

Terminámos o percurso num local onde a topografia irregular, com declives mais acentuados, foi ocupada com pinheiros e eucaliptos, abruptamente separado da rua que circunda este mesmo espaço.

Continuando um estudo motivado pelo inventário e pelo desenho do corte genérico, pretendemos, na terceira parte da dissertação, repensar os métodos de integração dos espaços vazios na malha urbana de Fiães. Será que num futuro modelo de ocupação se podem relacionar as parcelas de produção agrícola com as parcelas urbanas (sejam estas parcelas domésticas, industriais ou de uso terciário)? Será possível estruturar e complementar um sistema organizador capaz de relacionar diferentes percursos e acessibilidades, relacionando espaços intersticiais dentro das várias parcelas, confrontando a vida doméstica e a vida comunitária, privilegiando um sistema de espaços colectivos organizador que aproxime a esfera individual e o ser colectivo, de acordo com os modos de viver contemporâneos? Poderá este sistema contagiar intervenções futuras, organizando o território ao longo do tempo?



III. Intervir sobre os espaços vazios em contexto (sub)urbano

1. Intervir sobre os espaços vazios

1.1. Introdução

A primeira parte da dissertação propõe uma aproximação à realidade (sub) urbana. Na segunda parte, a escolha de um caso de estudo específico, Fiães, Santa Maria da Feira, permitiu, através do estudo comparativo entre a informação recolhida na primeira parte em confronto com o conhecimento empírico deste território específico, reconhecer modos de apropriação dos diferentes espaços. Propôs-se um método de análise do território *próximo* do lugar, focando, progressivamente, o estudo num fragmento do território⁴⁷ percorrável a pé. Kevin Lynch, entre outros autores⁴⁸, escreveu que para conhecer o espaço urbano é necessário conseguir desenhar um mapa mental e orientador, no mesmo (LYNCH, 1960). Um mapa que perceba a relação entre o indivíduo que o percorre com o meio sócio-cultural existente e que o guie num lugar que ofereça determinados *estímulos sensoriais*. Reconhecendo os *espaços vazios* como elementos que se realçam no mapa mental da paisagem urbana em estudo e, usando o inventário realizado como método de aproximação ao tecido urbano existente, na terceira parte da dissertação propomos a reflexão sobre os modos de intervenção neste mesmo contexto, repensando os espaços vazios e o possível modo de integração dos mesmos na malha urbana existente. Afastámo-nos da conotação negativa associada ao abandono e propomos um olhar sobre os mesmos como espaços catalisadores na evolução destes territórios.

Procuramos levantar algumas perguntas para perceber de que maneira devemos guiar o pensamento sobre o contexto (sub)urbano, procurando, nas características comuns aos territórios da urbanização extensiva e nas particularidades observadas em Fiães, modos de repensar a organização e gestão destes lugares. Olhando para os espaços vazios como o estímulo por excelência e, apontando os percursos, os limites e as iniciativas (e a relação ambígua que estes manifestam entre o seu desenho, a sua função e a sua gestão), reforçar-se-á a importância do Sistema de Espaços Colectivos, através da compreensão da definição de sistema e do (re)desenho do corte genérico, apresentado na segunda parte da dissertação. Poderão estes espaços vazios constituir parte integrante, enquanto elementos autónomos, de um sistema gerador de espaços exteriores comunitários que, por sua vez, tenda a dinamizar a experiência e percepção do espaço urbano, redesenhando percursos, criando pontos de paragem ou pontos de orientação e referência ao público?

47. Correspondente à área central de Fiães e envolvente próxima (Parte II; Esquemas 1; 2; 3;4)

48. Salientando-se, também, a análise *fenomológica do lugar* de Norberg-Schulz “(...) o lugar é evidentemente uma parte integral da existência (...). Entendemos um conjunto feito de coisas concretas com a sua substância material, forma, textura, cor. Todas essas coisas juntas definem um carácter ambiental, que são a essência do lugar.” (NORBERG-SCHULZ, 1979)

Aceitando a ambiguidade, a indefinição e a complexidade da organização do território difuso (na distribuição dos objectos no mesmo, nos diferentes tipos de uso dos espaços e na sua vivência), concluímos a dissertação através do desenho de um projecto hipotético que procura, a partir dos estímulos apontados nesta terceira parte, sugerir respostas às perguntas que motivaram a escrita da dissertação. A partir da identificação dos espaços públicos (equipamentos e espaços ao ar livre) existentes em Fiães, apresentamos, inicialmente, um esquema que pretende integrar a área seleccionada para a proposta, num *Sistema de Espaços Colectivos* que se idealiza para a área apresentada na segunda parte da dissertação. Seleccionando um conjunto de espaços vazios contíguos situados na área central de Fiães (seguindo a classificação do PDM de Santa Maria da Feira), interrogamos a sua integração na malha urbana, permitindo, em primeiro lugar, o seu atravessamento. O conteúdo programático da proposta pretende ser sugestivo e não, *dogmático*, tentando propôr possíveis modos de apropriação, num novo espaço colectivo que se pretende apontar em Fiães.

1.2. Dos problemas aos estímulos do lugar

Após a leitura da primeira e segunda partes da dissertação, entendemos que a intervenção em contexto (sub)urbano deve afastar-se do pensamento *sectorial* que, à escala alargada, delimita regras genéricas e, aproximando a escala, identifica problemas pontuais e aponta respostas aos mesmos, olhando isoladamente para esses fragmentos, sem (re)pensar o modo como essas respostas interagem no território envolvente. Contudo, compreendendo o urbano como uma mancha que se alastra pelo território, sem forma ou limite característicos, a aproximação ao estudo do território através da selecção e análise de fragmentos pode tornar-se vantajosa, pois permite entender as características, os modos de ocupação ou os códigos sócio-culturais (e respectivas semelhanças ou particularidades) do *lugar*, complementando e clarificando o estudo do *todo* (o processo de criação e consequente desenvolvimento) .

Pretendemos, então, (re)pensar o território, *reconhecendo-o* além dos objectos construídos e, salientando o estudo das distâncias como um método de aproximação possível ao território (sub)urbano, procurar entender as diferentes relações que se podem constituir entre os percursos, entre os edifícios, entre os objectos urbanos e entre o perfil sócio-cultural de determinado lugar. Perante um vasto território cuja geometria é difícil de precisar e cujos modos de ocupação são ambíguos, pretendemos afastar o estudo do pensamento que valoriza a parte sem perceber um todo, contentor dos modos de habitar, dos modos de consumir, das distâncias e do espaço-tempo contemporâneo, dentro de um quotidiano com características próprias mas também elas mutáveis ao longo do tempo. Identificamos, então, a ambiguidade como estímulos ao pensamento urbano; os percursos, os limites e os espaços vazios como estímulos na organização do território; as diferentes iniciativas e a compreensão do sistema de espaços colectivos como estímulos na gestão do território.



img. 89 - Fiães, vista do miradouro do monte das pedreiras; **img.90** - acesso inferior ao miradouro do monte das pedreiras



Percursos | img.91; 92 - Fiães, fotografias 2018/2019

1.2.3. Estímulos na organização do território difuso

Percursos

Relacionando a noção de percurso com a explicação dada por Norberg-Schulz, percebemos o mesmo segundo a ideia de uma sucessão linear, supondo a existência de uma direcção, um ponto de partida e uma meta. Os elementos que constituem o caminho oferecem-lhe um carácter próprio que se vai construindo desde o ponto inicial até à chegada, sendo que, por vezes, esta tensão linear ou direccionada não tem como finalidade essa meta mas sim, servir como um eixo distribuidor ou organizador desses vários elementos, retirando protagonismo ao ponto de chegada (NORBERG-SCHULZ, 1975: 27).

No primeiro capítulo descreveram-se sinteticamente dois modelos de cidades, caracterizados a partir dos seus percursos: o modelo resultante do "processo de erosão da malha" de Albert Pope e a cidade "passante" de Mangin⁴⁹. Mantendo Fiães como imagem de fundo e, recorrendo aos desenhos apresentados na segunda parte da dissertação, percebemos que, a partir dos principais eixos rodoviários, a Estrada Nacional nº1, a Estrada Nacional 326 (que promovem ligações à escala territorial) e a Rua Central (a principal via de atravessamento no interior da freguesia), se decompõe uma rede capilar de ruas e caminhos que se alastra no território. Em Fiães, a rede de percursos existente, impulsionadora da urbanização e da estratégia de implantação de edifícios, reforça a leitura da rua-canal, com perfil quase *auto-estradal*, onde o peão é desvalorizado face ao veículo motorizado. O crescimento desorganizado desta rede, pensada unicamente para cumprir o objectivo de permitir o acesso entre os edifícios, tem criado um circuito fechado de circulação descontínuo. Através do desenho da continuidade dos percursos, torna-se possível a transformação do circuito fechado existente num sistema unificador que permitirá multiplicar as possibilidades de ligação entre espaços, promovendo novas maneiras de atravessar, distintas e apropriadas aos diferentes meios de locomoção, acrescentando uma continuidade linear também capaz de albergar novos espaços dedicados à vida colectiva, podendo dar sentido aos *vazios* e às relações entre as pessoas, os mesmos e o território.

Repensando o percurso enquanto estímulo, percebemos, no mesmo, a possibilidade de criar novas conexões e cruzamentos entre destinos, espaços e formas. Pergunta-se, em primeiro lugar, se as vias existentes não deveriam ter passeios. Mas, entendendo o urbano além dos processos da mobilidade e, reforçando a necessidade da promoção da vida colectiva quotidiana, deveriam os percursos permitir (além da proximidade espacial) estabelecer, também, conexões sociais? Estabelecer um acordo entre a *esfera privada* e a vida colectiva, onde o edifício também desenha a rua além do limite do muro que as separa?

49. Parte I - pp.47- 49



Percursos / Limites | **img. 93; 94** - Fiães, fotografias 2018/19

Limites

Um limite estabelece sempre a fronteira entre duas partes distintas, entre uma forma encerrada e o espaço envolvente. Entendemos o limite como o espaço de relação entre duas condições distintas, entre diferentes lógicas de ocupação e entre vivências diferentes. Por isso, não deve ser lido como o elemento que interrompe a fluidez dos acontecimentos no espaço, impossibilitando percursos, acessos e transições, mas, sim, como elemento capaz de promover novos diálogos.

Observa-se e aceita-se a ambiguidade dos limites no desenho urbano em Fiães como um estímulo possível na organização do território. O espaço para produção agrícola abandonado que cai por cima da rua, sobrepondo-se a terra ao alcatrão numa linha indefinida, poderá, através da clarificação do seu limite, proporcionar novas apropriações desse mesmo espaço, adaptadas às necessidades sociais da sociedade, atribuindo-lhe um novo uso através do convite ao seu atravessamento? Poderão os espaços intersticiais, existentes dentro das parcelas, dialogar com as ruas que as compõe, se o limite entre o privado e o colectivo for clarificado? Como se desenhavam os limites tendo em conta a imprevisibilidade da construção do território difuso ao longo do tempo?

Propõe-se, então, uma aproximação aos limites através do seu entendimento enquanto elementos capazes clarificar a estrutura urbana. Importa, por isso, ponderar de que maneira a penetrabilidade espacial que um limite permite ou bloqueia, propiciando ou inibindo usos, possibilita diferentes apropriações e atravessamentos. Assim, o limite não deverá ser entendido como uma barreira intransponível, mas antes como uma oportunidade para se propor, ou clarificar, lógicas de apropriação do espaço.





Espaços públicos | Fiães, espaço onde se realiza a festa popular e religiosa em honra a N^a S^a das Neves; **img.98** - durante o ano; **img.99** - durante a festa

1.2.4. Estímulos na gestão do território difuso

Público/ Privado/ Colectivo

Na primeira e segunda partes da dissertação, questionamos o entendimento de espaço público⁵⁰, a partir da distinção observada entre aqueles que encontramos na *cidade tradicional* em confronto com os espaços públicos do território urbano. Percebemos que, no século XXI, os espaços comuns, espaços usados e apropriados em colectivo, não são obrigatoriamente espaços geridos pelo Estado. Apontamos o sistema viário (ruas, estradas, auto-estradas, rotundas e outros espaços relacionados com o mesmo) como o espaço *colectivo, por excelência*, do território urbano, território este, que se construiu e desenvolveu segundo as lógicas impostas nesse mesmo sistema. Mantendo Fiães como o caso de estudo específico, mostramos num esquema os restantes espaços públicos (aqueles que se relacionam com o espaço da igreja, o miradouro do monte das pedreiras, o parque natural das ribeiras), lugares que promovem a reunião e o convívio entre diferentes habitantes, geridos pela câmara municipal e/ ou pela junta de freguesia, e que se localizam de maneira dispersa pelo território. Mas, também os bares e os cafés, os quiosques, as escolas, e outros equipamentos ou serviços, aos quais os "habitantes têm direito, deviam ser percebidos como espaços que, geridos por iniciativas públicas ou privadas, são, também, *espaços colectivos*"⁵¹ (SOLÁ-MORALES, M. 1992; 186). Tentamos, também, anotar de que modo estes espaços são usados e/ ou apropriados pelos habitantes. Percebemos que, devido à raiz cultural religiosa cristã, ainda importante nas práticas quotidianas da população, o espaço público relacionado com a igreja é, ainda, lugar de encontro, lugar que possibilita a interacção e o cruzamento dos habitantes de diferentes gerações. Sazonalmente, eventos temporários ocupam *espaços vazios*⁵² e realizam-se, nos mesmos, feiras, procissões, concertos ou outros espetáculos.

Percebendo a importância da idealização de um sistema de espaços colectivos que complemente a vivência dos espaços existentes e que contigue outros espaços (criando novas relações e ligações entre os mesmos, momentos de paragem, ou pontos de referência a quem percorre as ruas de Fiães), tentamos apropriar espaços vazios, através da reinterpretação dos *tipos de uso* associados aos mesmos (sejam públicos, privados ou abandonados), reinterpretando esses mesmos usos e redesenhando esses mesmos espaços, como espaços capazes de promover a vida colectiva, proporcionando o aparecimento de novos lugares onde a iniciativa privada e a iniciativa pública dialoguem, que aceitem a vontade do indivíduo mas que promovam, em comunidade, o encontro, o convívio e até a própria gestão desses espaços.

50. Desde o seu desenho, à sua função na organização do território (parte I, p. 46-51 / parte II, p.80).

51. Relembrando, por exemplo, a descrição de Manuel de Solà-Morales sobre o Mercado de la Boqueria, em Barcelona, "um lugar que traduz a ambiguidade do público e do privado na sua gestão: o lugar onde a propriedade e a gestão pública combinam com a iniciativa e actividade particular dos cidadãos: sejam vendedores, compradores, curiosos, turistas ou trabalhadores das múltiplas tarefas complementares que a vida do mercado gera no dia-a-dia." (SOLÁ-MORALES, M. 1992; 186)

52. Servindo de exemplo o espaço que mostramos na fotografia à esquerda, onde no mês de Agosto se realiza a festa popular e religiosa em honra de Nossa Senhora das Neves, entre outros descampados e até parques de estacionamento.



Espaços Coletivos | **img. 100; 101; 102** - Passage 56, Paris; **img. 103** - Ecobox with mobile modules, Paris | Atelier d'Architecture Autogérée

2. Do sistema de espaços vazios ao sistema de espaços colectivos

Nas páginas anteriores tentámos questionar modos de intervenção em contexto (sub)urbano. Aceitando o carácter ambíguo da urbanização e percebendo o vazio como um espaço expectante, percebemos a necessidade de procurar soluções capazes de criar flexibilidade e diversidade, que compreendam o espaço colectivo como elemento integrante de um sistema capaz de criar estabilidade ou pontos de paragem na malha urbana, presentes no mapa mental do lugar, compensando os custos sociais da mobilidade em benefício da sociedade (LYNCH, 1990: 97).

Através da reflexão sobre os temas abordados ao longo da dissertação, não tencionamos enunciar receitas para o exercício de projecto procurando o *ordenamento* do lugar de maneira impositiva. Procuramos, pelo contrário, uma abordagem que, através do entendimento e da sobreposição dos fragmentos recolhidos na análise do lugar, compreenda o *sentido deste lugar* (associado ao seu retrato sócio-espacial) como o pano de fundo sobre o qual se projecta, “porque a reivindicação da ordem contra a desordem como reivindicação social da periferia é só meia verdade” (SOLÁ-MORALES, 2008 :193). Se, nestes territórios não existem continuidade, repetição ou sistemas (SOLÁ-MORALES, 2008 :193), talvez seja porque o olhar sobre os mesmos recuse a sua identificação. Recusamos, por isso, um método de pensar o urbano que observa os fragmentos do território, procurando reconhecer ou estabelecer *homogeneidade* entre os mesmos. Pretende-se, pelo contrário, trabalhar o carácter heterógeno dos lugares, imaginando, através da reinterpretação da sua presença sócio-espacial, novos modos de apropriação.

Deste modo, a idealização da proposta que se apresentará nas páginas seguintes, não propõe a mudança radical ou a concepção de um novo objecto, desligado do retrato sócio-espacial que se identificou anteriormente. Seguindo as lições de Bernardo Secchi⁵³ (SECCHI, 1986; 2005; 2006), a reflexão sobre a proposta começa por apontar uma aproximação ao *projecto do solo*, relacionando o inventário dos espaços vazios e o levantamento dos espaços públicos (e/ ou de uso colectivo) existentes na área em estudo.⁵⁴ Imagina-se um projecto que procura (re)estabelecer distâncias (entre os espaços e as pessoas, no seu quotidiano) através de uma proposta pontual que, compreendida dentro de um sistema de espaços colectivos, *contagie* outros pontos do território, reinterpretando e *reutilizando* espaços abandonados. Partindo da análise do corte genérico apresentado na segunda parte da dissertação, questionam-se novas relações na apropriação dos espaços, repensando diálogos diferentes entre os lugares, a sua gestão, o domínio público, o domínio privado e o seu (potencial) valor colectivo.

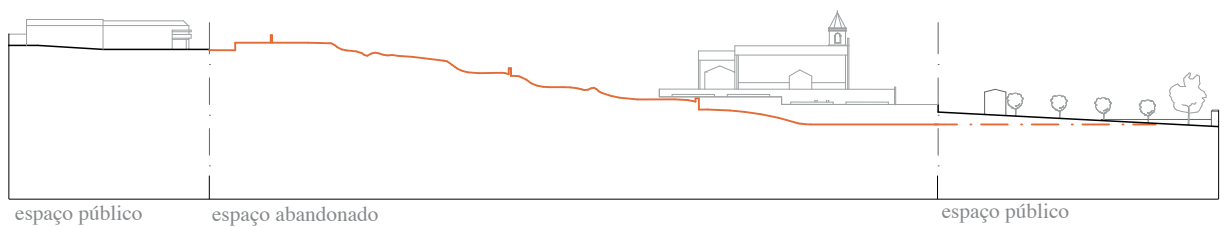
53. O projecto do solo (SECCHI, 1986); Renovatio urbis (SECCHI, 2006); Porosidade do Território (SECCHI, 2009)

54. “e passará certamente pelo constante desenvolvimento de novas propostas de espaço de uso colectivo, mas que terá antes de mais de partir da análise dos espaços públicos e privados existentes no urbano extensivo e das práticas que lhes estão associadas” (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL, 2003)



■ Espaço público ▨ Espaços abandonados ▩ Floresta ■ Área proposta para intervenção

Escala 1:10.000 A



Escala 1:2000

des.3 -Planta - Zona Central de Fiães | **des.4** - Secção - sobreposição da secção da área proposta para intervenção *no corte genérico*

2.1. A mutação⁵⁵ do corte genérico

O desenho do corte genérico, apresentado anteriorente⁵⁶, resultou da integração dos espaços vazios num sistema⁵⁷, segundo um percurso que atravessa os vários tipos de espaços vazios categorizados no inventário. Se, no capítulo anterior, o corte serviu principalmente como o suporte sobre o qual se apresentaram *fragmentos* do território, servindo como apoio à reflexão dos problemas e dos estímulos do lugar em estudo, pretendemos, agora, adaptar este percurso numa narrativa capaz de apontar modos de intervir nos espaços vazios, salientando o valor colectivo que se pretende definir como a identidade do desenho desse *sistema*. Entendemos o território difuso como resultado do crescimento, da adaptação e da transformação dos órgãos da cidade (modos de organização, as morfologias e as tipologias) em constante interacção com um ambiente natural ou social que evolui ao longo do tempo (SOLÀ-MORALES, I 1996: 10). A mutação do corte genérico resultou, também, da transformação do entendimento do sistema de *espaços vazios* apontado, com base no seu potencial gerador e, também, organizador de espaços de uso colectivo. Assim, começamos por identificar os espaços vazios abandonados (anteriormente apontados no inventário dos espaços vazios), reconhecendo nos mesmos potenciais estímulos no (re)desenho destes lugares.

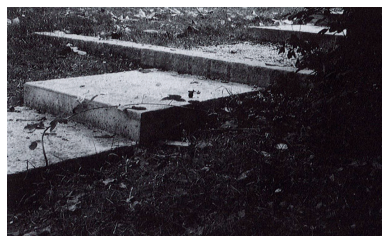
A proposta desenhada, que se apresentará nas páginas seguintes, pretende, então, associar os modos de apropriação e de vivência dos espaços vazios à hipótese de transpor a identidade e a utilidade dos mesmos num sistema que promova o uso colectivo dos espaços. Propomos uma narrativa onde os espaços baldios ou os campos e os galinheiros que, maioritariamente, se encerram dentro de parcelas privadas, se transformem em espaços colectivos, capazes de relacionar a gestão privada e a gestão pública na sua manutenção. Interpretam-se os percursos, também, como parte deste sistema e, através do apontamento dos mesmos, propõem-se diferentes tipos de atravessamento, salientando-se a importância da incrementação de percursos pedonais na malha viária existente.⁵⁸

55 . O conceito mutação percebido do ponto de vista da biologia, é comparado, por Ignasi Solà-Morales, com as transformações que ocorrem cidade (ou, neste caso, com os processos de urbanização). A alteração aleatória no material genético de uma célula produz alterações numa ou em várias características hereditárias, causa uma ruptura nos mecanismos de herança: provoca uma mutação (SOLÀ-MORALES, I 1996: 10).

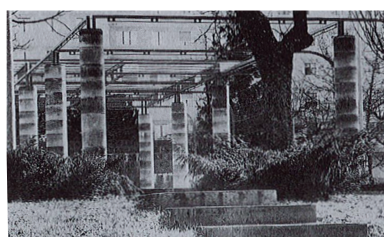
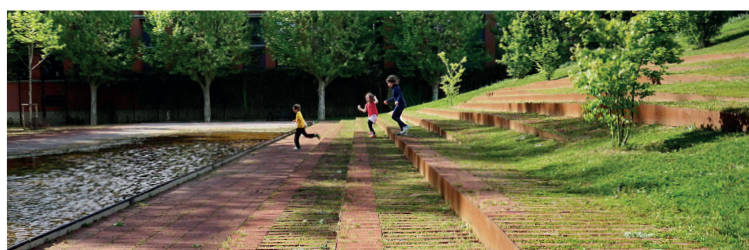
56. Parte II, p.89

57. Tendo como base para o entendimento deste conceito, a explicação dada por Christopher Alexander , para definir um sistema devemos conseguir perceber claramente: o comportamento holístico sobre o qual se concentra; as partes do objecto e as interações entre as partes; se o resultado da interação entre as partes se traduz no comportamento holístico que foi definido no primeiro ponto.

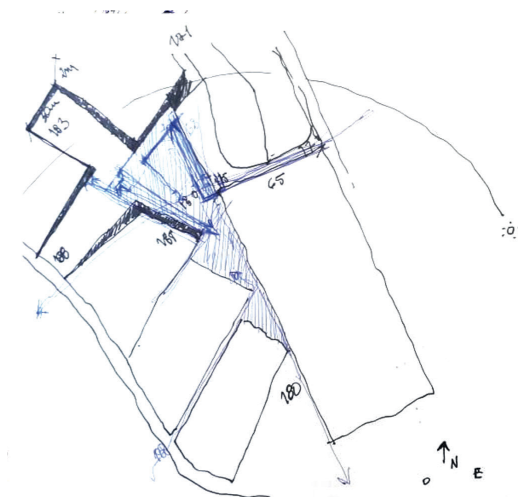
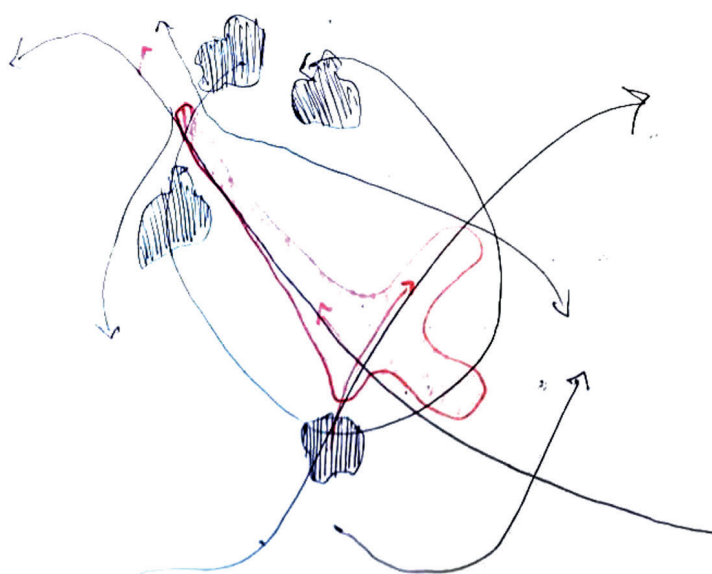
58. Nos percursos pré-existentes, relembramos a importância do desenho dos passeios e sugere-se que, se através dessa adição as ruas se tornarem demasiado estreitas, se proponha um sistema viário eficaz com ruas de sentidos únicos.



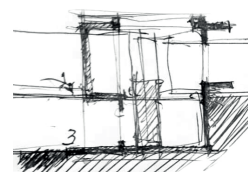
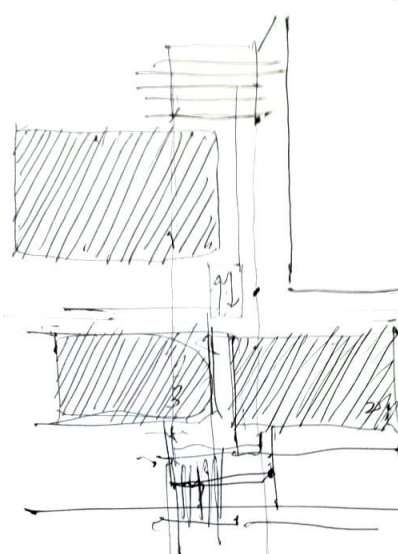
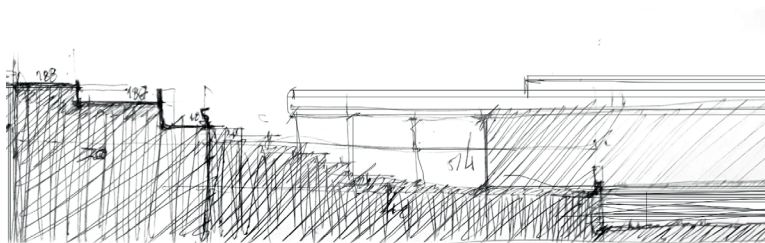
img. 104; 105; 106 - Vista para os terrenos escolhidos para intervenção, a partir da Rua P. Manuel Francisco de Sá | **img. 107; 108** - Atelier Fanelsa, Garage, Alemanha | **img. 109; 110** - Parc de Lancy, Lancy, George Descombes



img 111; 112; 113 - Vista para o terreno a partir da Travessa da Cerejeira | **img. 114** - Jardin Niel, Toulouse, Michèle e Miquel; | **img. 115; 116** - Parc de Lancy, Lancy, George Descombes | **img. 117** - Parque de San Domingos de Bonaval, Santiago de Compostela, Álvaro Siza e Isabel Aguirre;



Esquemas | des. 5 - Sistema de espaços colectivos | des. 6 - Estudo - implantação



Esquissos | des. 7; 8; 9 - Edifício - planta; corte longitudinal; corte transversal

2.3. Intervir nos espaços vazios

uma proposta para a zona central de Fiães

Esta proposta resume, então, a tentativa de *desenhar uma resposta* às perguntas que se levantaram no decorrer da dissertação e, por isso, deve ser lida como meio de conclusão da mesma. Através do desenho de um projecto hipotético para um conjunto de terrenos baldios e/ou abandonados, situados na zona central de Fiães, procuramos redesenhar os percursos e os limites, tentando estabelecer relações entre estes espaços vazios com o meio envolvente. O conteúdo programático da proposta pretende ser sugestivo e não *dogmático*, tentando propôr possíveis modos de apropriação dos espaços seleccionados.

Localização

A área seleccionada para intervenção reúne um conjunto de espaços vazios contíguos, identificados no inventário como espaços agrícolas abandonados, situados nas *traseiras* da igreja matriz e do cemitério de Fiães, entre os limites do mesmo e as várias parcelas residenciais privadas. A sua localização privilegiada no *centro* de Fiães, próxima destes lugares públicos de raiz religiosa, anteriormente identificados como espaços capazes de reunir pessoas e actividades no quotidiano deste lugar e, também, da biblioteca municipal, do centro social, de uma escola de música e de outros serviços e equipamentos como lojas, cafés e o centro social, não é reconhecível no percorrer das ruas que a delimitam, por estar cercada, nos diferentes pontos de acesso, com muros ou vedações que impedem o seu atravessamento. Por isso, entendemos que a reformulação dos acessos a estes espaços seria a primeira intenção da proposta, analisando-se quais as seriam as hipóteses possíveis e quais as relações criadas no desenho de um ou vários percursos nesta área, anteriormente, interdita à passagem.

Método

Assim, permitindo o atravessamento por dentro destes espaços intersticiais, abre-se uma ligação *transversal* à Rua Padre Manuel Francisco de Sá (à cota 188) ligando-a à rua Rufino Pinto Ferreira (cota 171). Estes *espaços vazios* passam a situar-se no *centro* dos restantes espaços *públicos* enunciados acima, complementando o sistema de acesso entre os mesmos. Reforçando, também, um eixo *horizontal* na área delimitada na proposta, abrimos um outro ponto de acesso, na Rua de Santo Amaro, sugerindo, assim, a apropriação da totalidade da área proposta para a intervenção.

Idealiza-se, então, no interior destas parcelas, um conjunto de percursos pedonais, dentro de um espaço verde colectivo que, à semelhança do princípio de construção utilizado no desenho do corte genérico⁵⁹, sugere, também, o atravessamento entre diferentes possibilidades e lógicas de apropriação.

⁵⁹. A ligação hipotética entre os vários *espaços vazios*, apontados no inventário, *atravessando* espaços com diferentes tipos de uso.

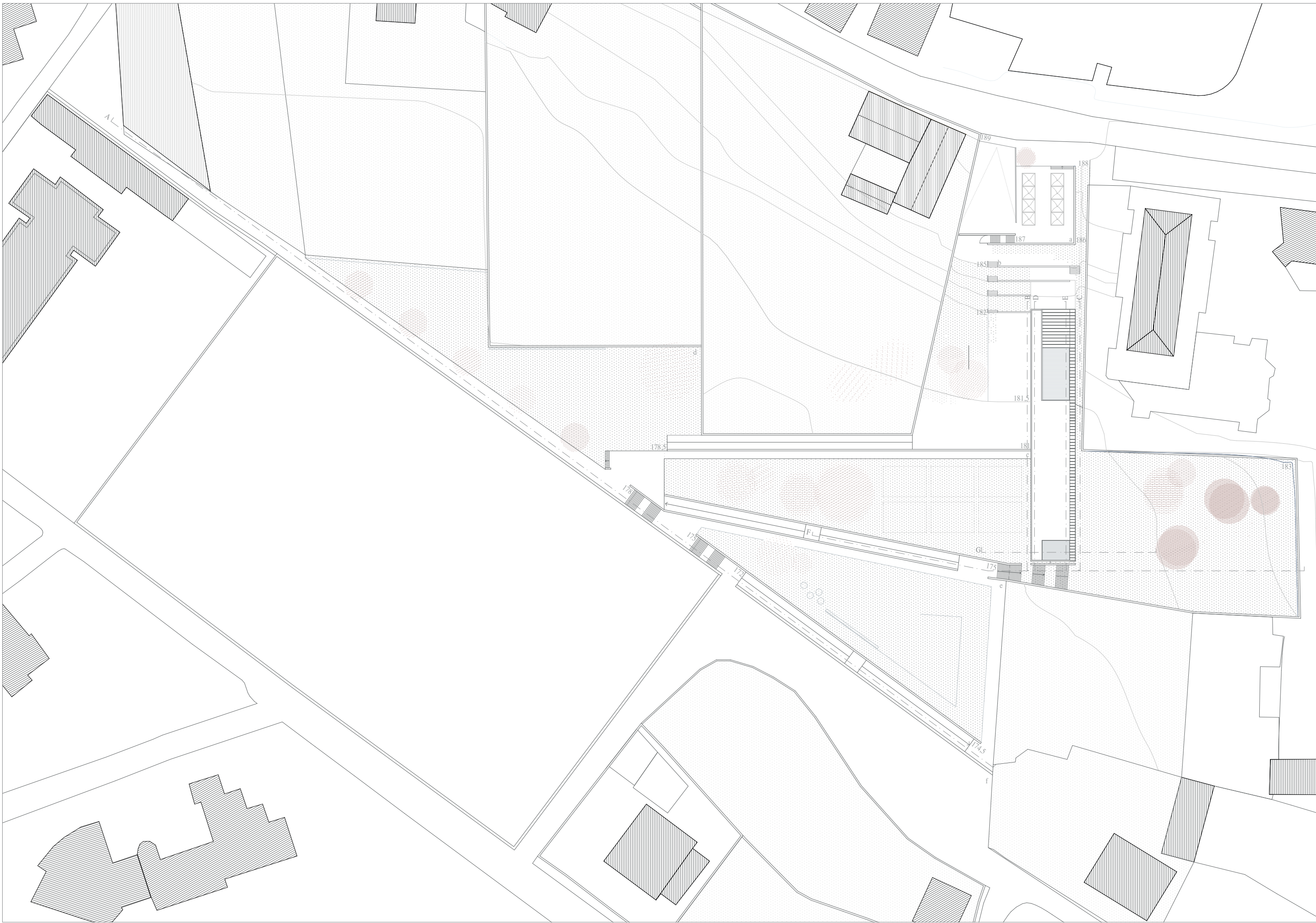


Atenuando a inclinação do terreno entre as cotas 188 e 171, através da estabilização de diferentes plataformas e respectivas rampas e escadas de acesso, sugerem-se diferentes pontos de paragem que se relacionam entre si. Através do programa sugerido pretendemos que estes espaços, agora percorríveis, se enquadrem no perfil *sócio-espacial* descrito na segunda parte da dissertação, promovendo modos de apropriação e de gestão colectivas.

Programa

Desenhámos, à cota 188 uma praça que estabiliza o *limite* entre a rua adjacente e o espaço da intervenção. Esta praça marca um ponto de paragem no percurso dessa mesma rua, sugerindo um lugar de convívio para grupos pequeno num *espaço miradouro*, ainda próximo da rede viária, onde se podem realizar actividades como feiras de pequena dimensão e que, também, permite o acesso às restantes plataformas desenhadas na intervenção. Imaginando um percurso que começa com o atravessamento desta praça, encontramos, depois, um anfiteatro exterior que acompanha a descida do terreno e que, para além de desenhar um acesso entre as diferentes cotas, promove a realização de eventos culturais, como por exemplo, concertos da escola de música situada na rua Padre Manuel Francisco de Sá. Desenha-se uma rampa que permite o acesso à plataforma estabilizada à cota 178 onde, na proposta se representa um espaço agrícola comunitário com hortas e um pomar. Propomos a implantação de um parque infantil na plataforma abaixo desta, à cota 175 e, à cota 172,5 uma outra praça ligeiramente inclinada que resolve, novamente, a ligação entre o espaço público proposto e as ruas adjacentes, neste caso, à cota 171 (a Rua Rufino Pinto Ferreira e a Travessa da Cerejeira).

Associámos o edifício apresentado (na sua função na sua *materialidade*) às estufas, aos galinheiros e aos *anexos* (pequenos abrigos cuja construção, rudimentar e na maior parte das vezes ilegal, serve de apoio aos espaços agrícolas, para armazenamento de colheitas ou utensílios) que pontuam os *espaços vazios* integrados nas parcelas residenciais com espaços de horta. É, também, um edifício *complementar* aos espaços exteriores e, por isso, a formalização do programa de cada espaço interior resultou da reinterpretação do espaço exterior *correspondente*. Percebendo o carácter sugestivo do programa exterior apresentado, propusemos, então, a construção de três salas polivalentes, sustentadas através de uma estrutura de pilares, vigas e lages de betão, revestidas com policarbonato, madeira e caixilhos de madeira. Imaginando o percurso desde a cota alta até à cota baixa, desenha-se, à cota 182, o acesso ao edifício, *filtrado* numa rampa que resolve a ligação entre o espaço exterior e o interior do do mesmo (estabilizado à cota 181, no piso de entrada). Esta rampa termina num espaço de recepção, situado no centro do edifício, que resolve também a distribuição para os restantes espaços. As três salas estão distribuídas nas extremidades do volume, relacionando-se, cada uma delas com uma plataforma exterior (visual e programáticamente).

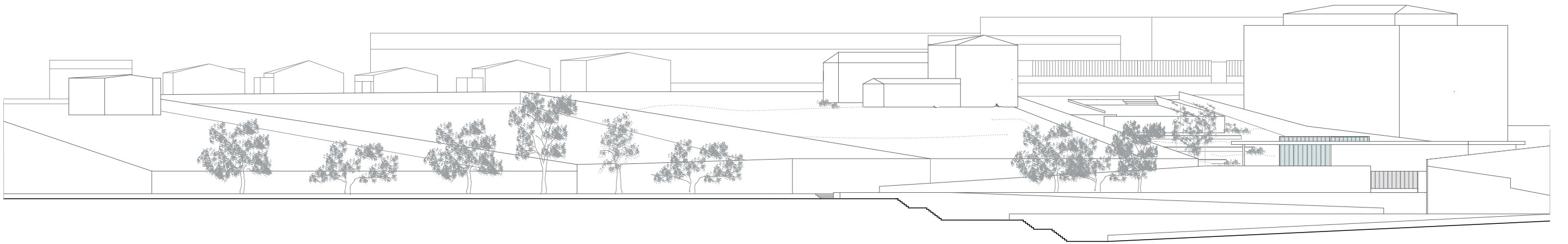


Dentro dos diversos usos possíveis, pensaram-se em espaços de concerto, de leitura, de estudo ou de exposição, nas duas salas polivalentes do piso à cota 181 e, no piso abaixo (cota 178) uma terceira sala polivalente relacionada com o espaço exterior das hortas e do pomar comunitário, imaginando neste espaço o desenho de uma oficina ou um armazém.

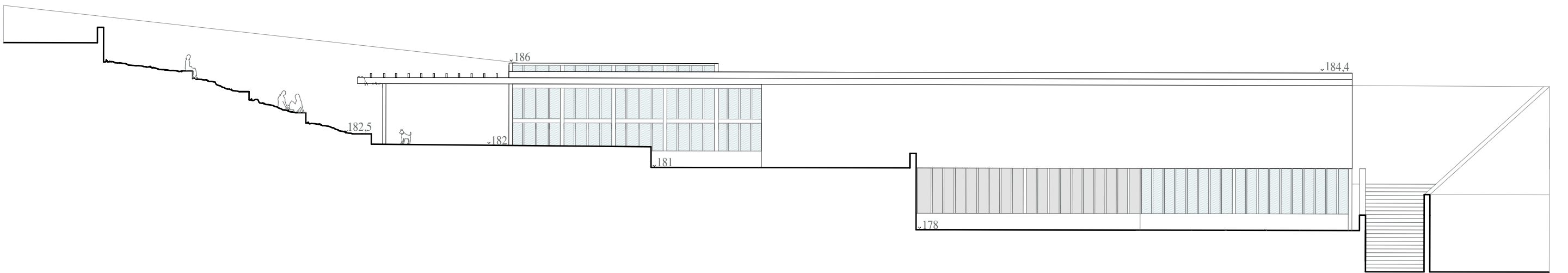
A definição do programa apresentado resultou, então, da análise do lugar apresentada na segunda parte da dissertação. Apontando os espaços de uso colectivo existentes nesta área, estudamos novas possibilidades de ligação entre os mesmos. Permitindo-se o atravessamento destes espaços *vazios*, abandonados, imaginam-se novos percursos que atravessam espaços com características distintas, estabilizados a diferentes cotas. Depois, a partir da (re)interpretação do perfil sócio-cultural de Fiães e do levantamento funcional dos *espaços vazios*, apresentamos o programa desenhado, percebendo este programa como uma *sugestão*. Independentemente do programa adoptado, a intervenção neste lugar pretende reforçar a importância do desenho de espaços de uso colectivo, através da integração destes *espaços vazios* na malha urbana. Assim, diferentes das hortas comunitárias que se idealizam para centros urbanos consolidados, onde não existem espaços adequados a este tipo de práticas, o espaço de horta e de pomar proposto não quer resolver um problema relacionado com a inexistência dos mesmos, mas sim, repensar diferentes modos de interação entre as actividades *privadas* comuns em Fiães, transformadas em práticas colectivas. Pretendemos reforçar a importância do desenho de espaços exteriores abertos e acessíveis que promovam novas relações entre os espaços vazios e os habitantes da freguesia.

Público/ Privado/ Colectivo

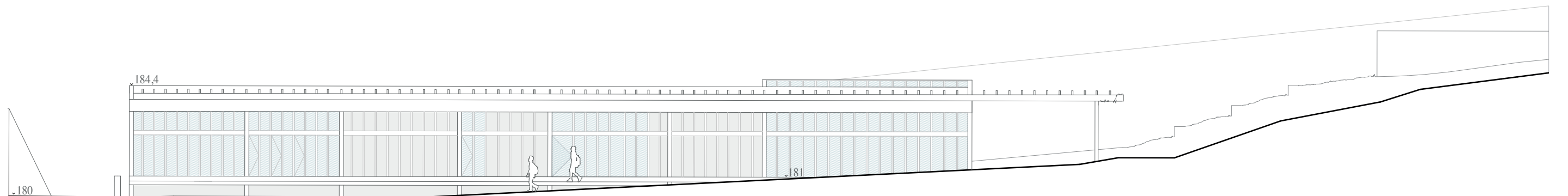
Compreendendo este projecto como uma área verde de lazer, financiada pelo orçamento da Câmara Municipal para a zona central de Fiães, tentamos imaginar um conjunto de espaços distintos, cujo programa deve complementar os restantes espaços públicos em Fiães. Assim, a gestão dos espaços propostos pode recorrer a iniciativas públicas ou privadas mas deve sempre responder às necessidades dos habitantes de Fiães, aceitando-se a *ambiguidade* na definição do programa e na gestão do mesmo. Contudo, a proposta pretende motivar a manutenção comunitária destes mesmos espaços, promovendo-se o encontro de pessoas diferentes, pertencentes a diferentes faixas etárias, com personalidades e gostos distintos, num espaço público comum.



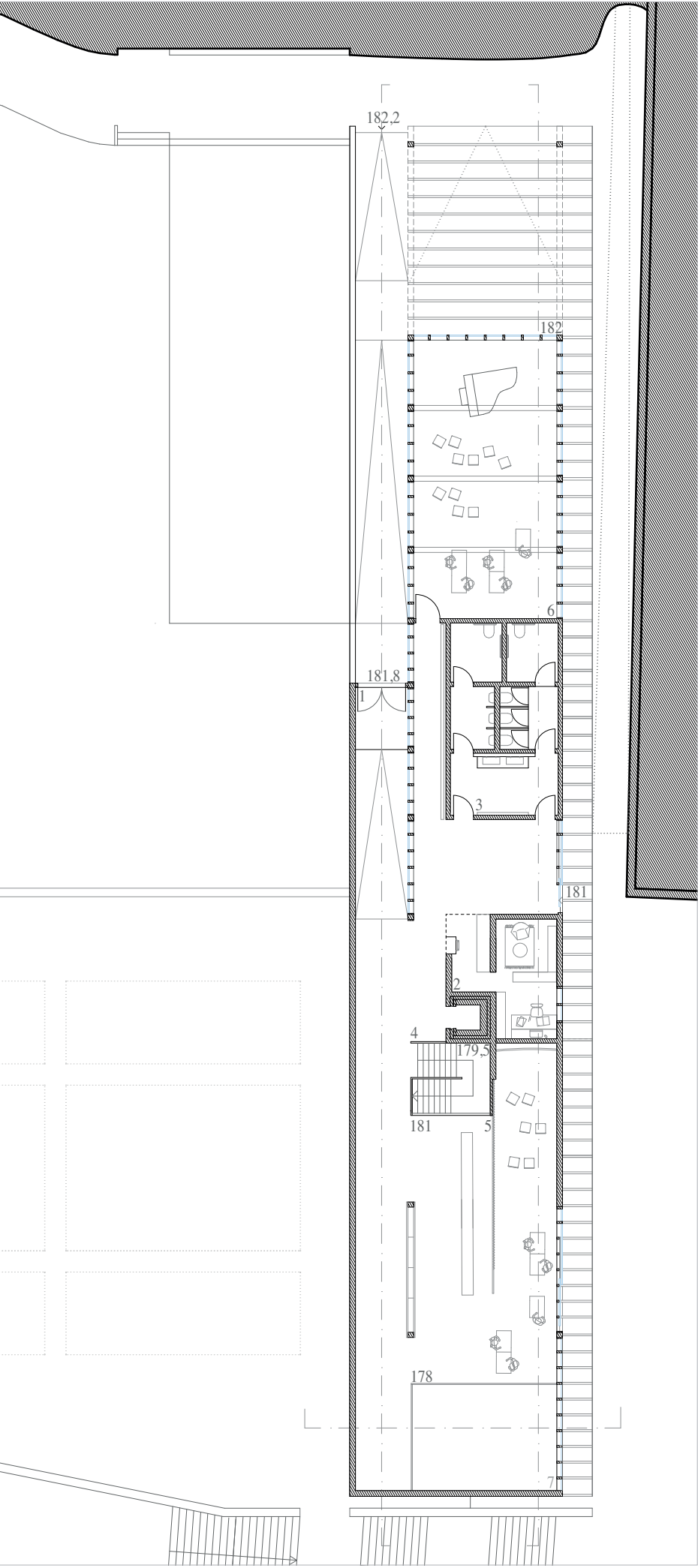
A | Escala 1:500



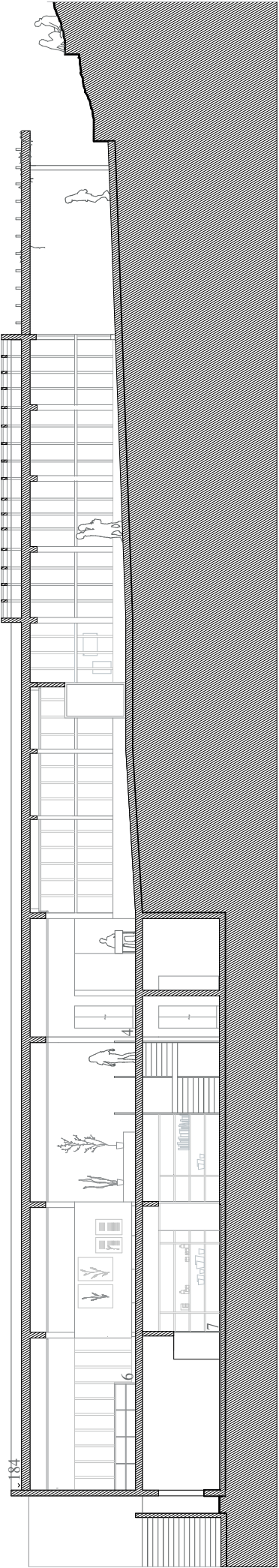
B | Escala 1:200



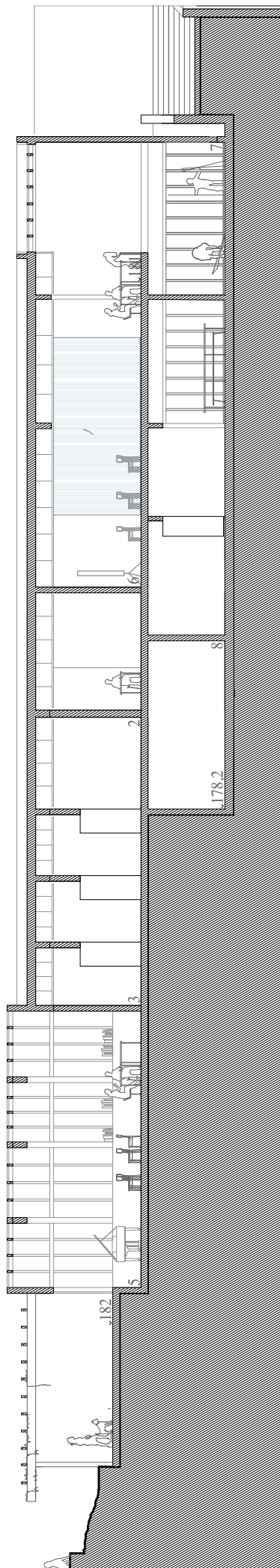
C | Escala 1:200



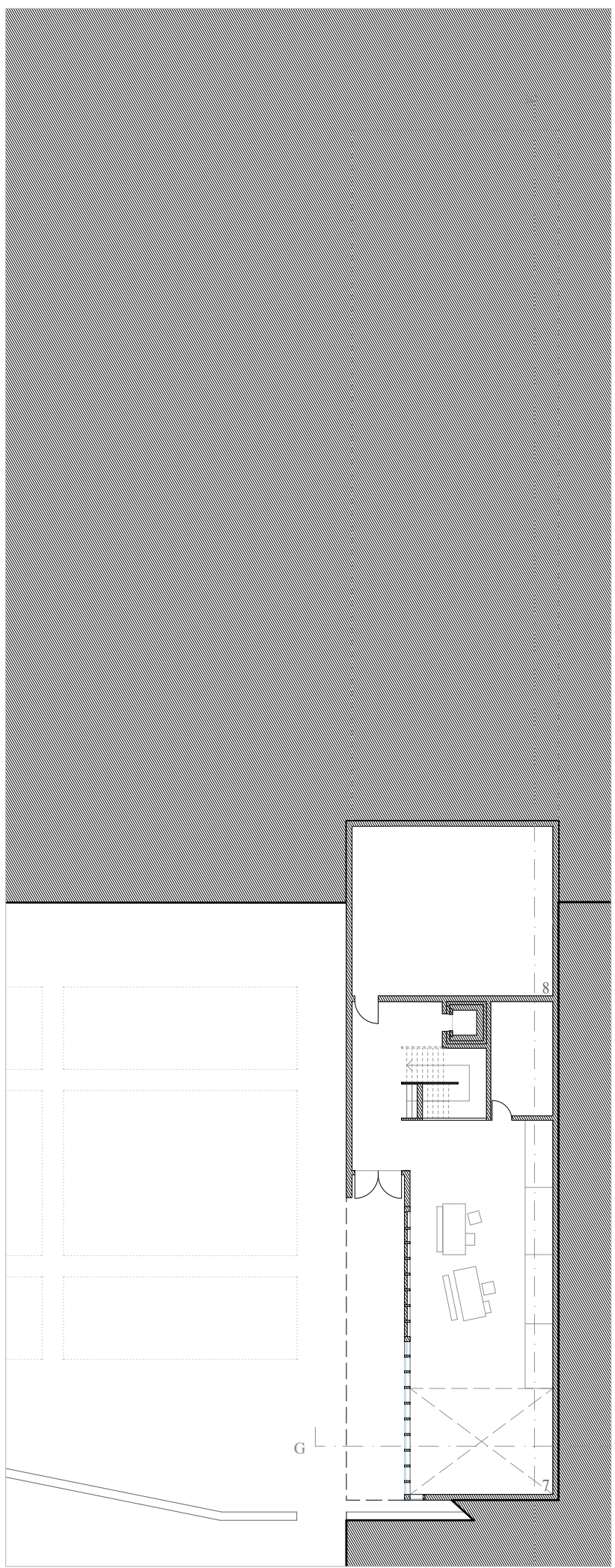
Planta - cota 179 | Escala 1:200



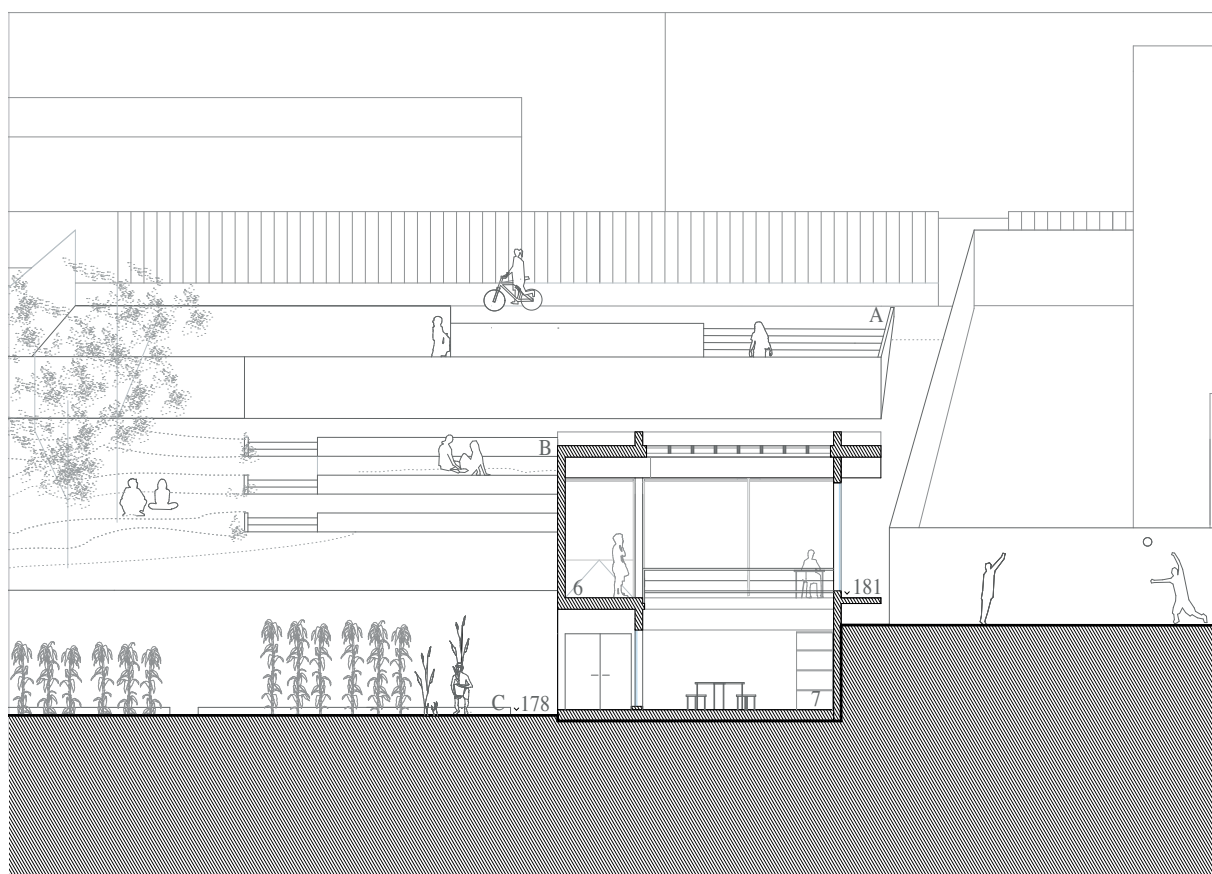
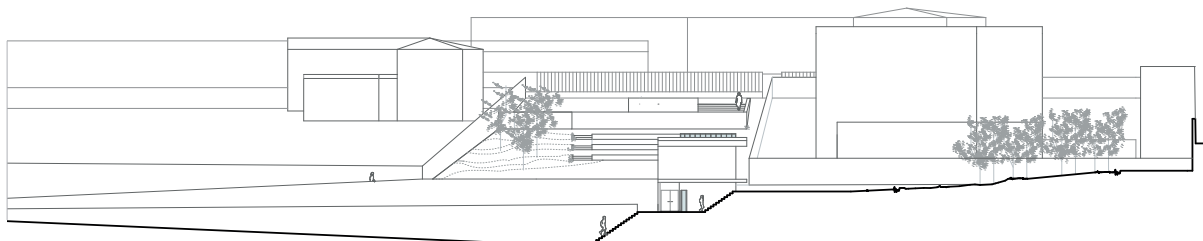
D | Escala 1:200



E | Escala 1:200



Planta - cota 182 | Escala 1:200



G | Escala 1:200

Legenda

Desenhos pp. 112-121

Espaços exteriores

Praça *superior* - A
Anfiteatro exterior - B
Hortas comunitárias - C
Pomar - D
Parque Infantil - E
Praça inferior - F

Espaços interiores

Entrada - 25m² - 1
Recepção/ Admin. - 15m² - 2
WC - 25m² - 3
Acessos verticais - 4
Sala Polivalente 1 - 50m² - 5
Sala Polivalente 2 - 85m² - 6
Sala Polivalente 3 - 80m² - 7
Área Técnica - 45m² - 8
Área total - 7.380m²
Solo Permeável - 3.980m²
Edifício - 365m²

Terrenos escolhidos para intervenção - 

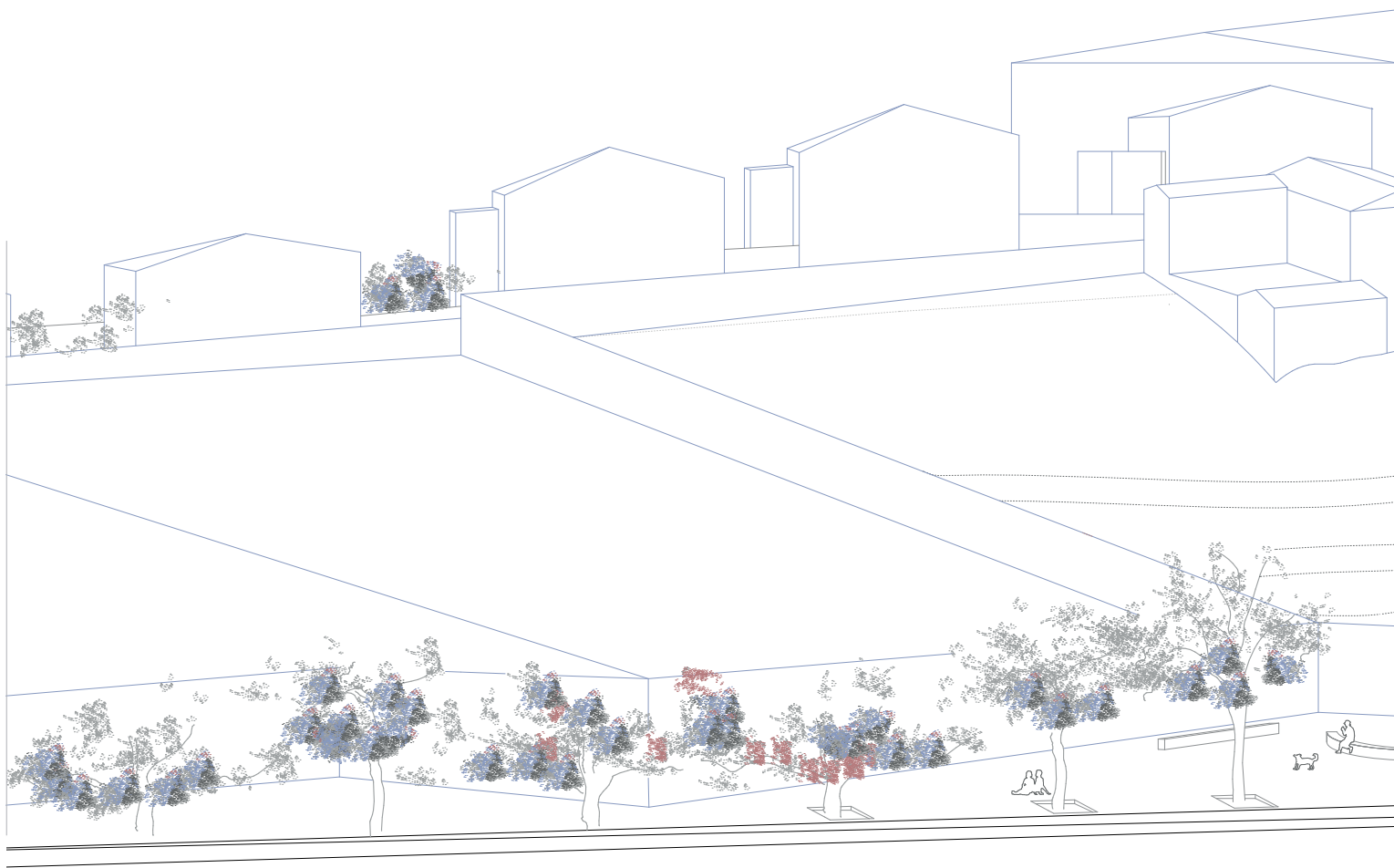
Edifício abandonado - 

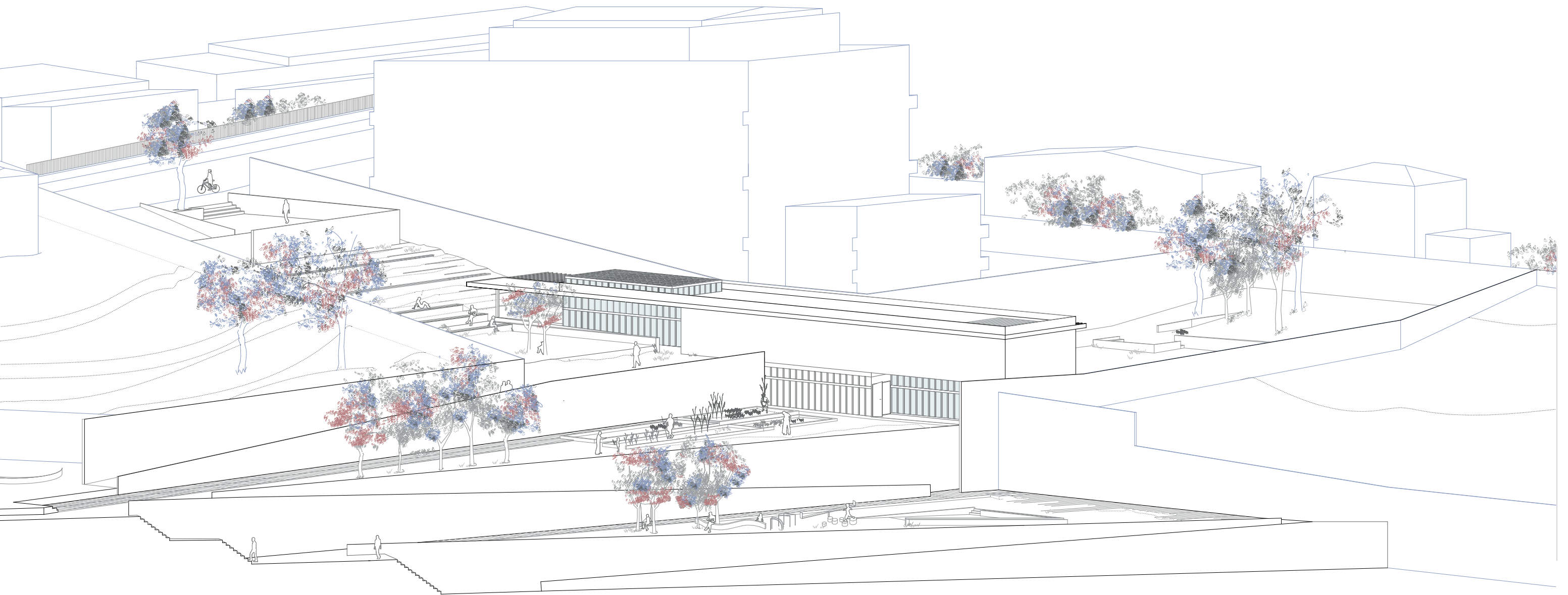
(re)Desenho dos passeios - 

Edifícios *notáveis* - 

Solo impermeável - 

Solo permeável - 





4. Compreender e intervir nos *espaços vazios* em contexto (sub)urbano

Considerações finais

O estudo sobre os espaços vazios construído ao longo da dissertação permitiu, através da *aproximação* progressiva ao lugar de estudo específico, questionar e/ou reconhecer em Fiães, estímulos à sua organização e gestão *sócio-espacial*, através da *estranheza*⁶⁰ *reconhecida*, em confronto com o estudo realizado sobre os actuais processos de urbanização e sobre os territórios resultantes desses mesmos processos, onde as freguesias do concelho de Santa Maria da Feira se inserem. Assim, apresentamos na primeira parte da dissertação uma reflexão sobre o contexto (sub)urbano actual e, na segunda parte, confrontamos esse estudo com as características observadas (apontadas e/ou desenhadas) em Fiães, traçando-se um perfil *sócio-espacial* deste lugar. Recorrendo ao mesmo perfil, ao olhar sobre os percursos, sobre os limites e sobre a gestão dos espaços existentes, tentamos questionar os modos de construção e de gestão dos territórios decorrentes dos processos de urbanização, salientando a necessidade de se (re)pensar o espaço *público* actual. Reconhecendo o vazio como um lugar expectante, mediador de distâncias e possível estímulo à organização destes território, procuramos refletir sobre modos de repensar o território urbano, capazes de promover a *continuidade*⁶¹ na construção do lugar, percebendo que, *projectar* em Fiães, nas restantes freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira, no território do Médio-Ave ou *noutros lugares da urbanização extensiva*, envolve, mais do que encontrar a *ordem*, reforçar a continuidade, aceitando-se a ambiguidade, "procurando a sinergia entre o lugar e os seus costumes" (LABASTIDA, 2013), percebendo e promovendo as necessidades da vida colectiva, mas também, permitindo a espontaneidade, assumindo-se sempre a condição *provisória* da apropriação do lugar.

O trabalho desenvolvido que partiu, então, do reconhecimento dos conceitos e dos *acontecimentos* que, temporal e espacialmente, se associa(ra)m à formação e ao desenvolvimento dos territórios resultantes do(s) processo(s) de urbanização, foca-se, gradualmente numa área de estudo específica, correspondente à zona central de Fiães e envolvente próxima.

60. Ignasi de Solà-Morales escreveu que temos vindo a entender a arquitectura como o meio para a *colonização*, para impôr limites, ordem e forma, introduzindo-se no espaço estranho, os elementos necessários para o seu reconhecimento e/ou aceitação. Desse modo, o resultado da idealização de um projecto (desde o planeamento urbano ao desenho do edifício) num espaço vazio provocaria transformações. Transformações que envolveriam a mudança do espaço que se estranha para um espaço que se identifica. Contudo, esta *estranheza* ultrapassa as formas de percepção ou qualificação formal dos objectos e dos lugares, manifestando-se também na percepção da essência do indivíduo e da sua própria posição no mundo, talvez, de localização ou do próprio reconhecimento dos limites, já que a realidade actual acontece de maneiras diferentes da que conhecemos dos séculos anteriores, através de meios diferentes e de velocidades diferentes: ambos imensuráveis (SOLÁ-MORALES, I 2002).

61. "Entendendo a noção de continuidade face à claridade e distinção com a que o mundo estranho se apresenta a nós, também o tratamento da cidade residual deveria ser produzido desde a contraditória cumplicidade de não romper os elementos perceptivos que mantêm a continuidade no tempo e no espaço." (SOLÁ-MORALES, I 2002).

Assim, aproximando-se, progressivamente, a escala de observação na análise deste território e, recorrendo ao *olhar* (percebido como o acto capaz de associar, além da visão enquanto *sentido*, a presença do corpo no espaço e, também a memória ou a intuição na descodificação deste lugar e dos espaços que o compõem), realizámos o levantamento apresentado através de um conjunto de *imagens* (desenhos, esquemas e fotografias). Tentando sintetizar a informação recolhida, o conjunto de esquemas desenhado, à escala 1:10.000, permitiu identificar, em Fiães, questões relacionadas com a sua topografia, com a organização e distribuição dos diferentes espaços (públicos, privados ou colectivos), dos equipamentos e dos serviços, procurando identificar elementos que, à escala alargada, através da sua presença *visual*, conseguissem ser compreendidos como estímulos na identificação de sistemas *ordenadores* no território. Compreendemos, então, a importância do sistema viário como principal sistema (público) impulsionador e ordenador da urbanização e, consequentemente, de territórios como Fiães e, também, a existência de um elevado conjunto de espaços verdes, *vazios*, como característica marcante na paisagem deste(s) lugar(es). Contudo, através do desenho do corte genérico, ao aproximar o estudo à escala 1:2000 (no desenho) e, à escala *humana* (apresentada através de fotografias, transformando este corte num percurso hipotético), torna-se possível compreender que, o crescimento desorganizado da rede viária, pensada unicamente para cumprir o objectivo de permitir o acesso entre os edifícios, tem criado um circuito fechado de circulação descontínuo, desvalorizando o acto de percorrer (e, consequentemente, o momento de *paragem*) e que, o conjunto de espaços verdes vazios não traduz continuidade, visualmente, no percurso pelas ruas de Fiães.

Procurando, por isso, repensar os modos de intervenção nestes territórios, face aos modos de construir observados, percebemos a necessidade de (re)adaptar o entendimento destes lugares vazios, evidenciando a sua presença, clarificando os limites destes espaços cuja presença, transversal ao eixo da rua, acrescenta profundidade (visual, espacial, e social⁶²) ao seu percurso (OLIVEIRA, 2015 :363). Assim, aceitando o sistema viário como uma estrutura *técnico-social* e, compreendendo a capacidade de, enquanto sistema, articular diversos fragmentos, mediando usos e modos de apropriação do espaço urbano, será, também necessário que, na revisão do seu desenho, se discuta, também, sobre o entendimento de espaço público (e dos *signos* que lhe são associados), reforçando a importância da reflexão sobre o contributo do espaço privado para a readaptação do conceito de espaço público na urbanização extensiva (OLIVEIRA, 2015 :364).

O desenho da *mutação do corte genérico*, pretende, então, apontar os temas descritos no parágrafo anterior. Percebemos que o espaço urbano está em permanente transformação e que a paisagem urbana é o resultado da transformação dos seus *órgãos* (dos quais pretendemos salientar os percursos e os espaços vazios) em constante interacção com um ambiente natural ou social que evolui ao longo do tempo (SOLÀ-MORALES, 1996).

62. Tal como referiu Ivo Oliveira (2015), através do levantamento técnico-funcional dos espaços vazios realizado, conseguimos identificar, nestes espaços, usos que, na cidade consolidada, se atribuem ao espaço público como, por exemplo, a possibilidade de estacionar, de estar ao ar livre, cultivar hortas, criar animais ou de realizar trocas comerciais entre vizinhos.

Entendendo o *sistema de espaços vazios*, com base no seu potencial gerador e, também, organizador de espaços de uso colectivo, apontamos, num novo esquema, os espaços abandonados existentes na área em estudo, reconhecendo-os como potenciais estímulos no (re) desenho do espaço urbano, reforçando a relação que estes podem estabelecer com os espaços públicos existentes e com o sistema viário. Seleccionámos um conjunto de terrenos abandonados contíguos, na zona central de Fiães, propondo um projecto que pretende *desenhar* alguns dos temas discutidos ao longo da dissertação. Ao repensar a relação entre o percurso e os espaços vazios transversais ao mesmo, tentámos apontar a possibilidade de, através do *olhar* sobre os *limites* entre a rua e vazio, enfatizar determinadas especificidades topográficas e relações visuais, sugerindo novos percursos e consequentemente novas actividades, produtivas ou de lazer. Questionando a gestão destes espaços, pretendemos apontar, também, a existência de espaços vazios que poderão ser propriedade do município, criando novos espaços colectivos.

Os desenhos apresentados, desde a escala 1:10.000, que pretende relacionar os espaços vazios e os espaços públicos, à escala 1:2000 e 1:1000, onde procuramos relações entre este terreno e o espaço envolvente próximo, até à escala 1:500 e 1:200, que apresentam o desenho do projecto hipotético pensado para os terrenos seleccionados, pretendem reforçar o estudo de diferentes distâncias⁶³. Defendemos a ideia de que a inclusão do pensamento capaz de reinterpretar a articulação entre os edifícios, as ruas e espaços vazios pode contribuir para a valorização sócio-espacial do espaço urbano, clarificando a sua organização, revitalizando espaços abandonados e, consequentemente, os espaços envolventes, contrariando a visão *negativa* associada aos espaços vazios, bem como o entendimento da *rua-canal*.

Aceitamos, então, a condição *inacabada* do território como mote para a intervenção. Superando tanto a imposição compositiva, como a imposição forçada da regra sem se atender às vivências do território, tentámos perceber de que maneira se podem relacionar as dinâmicas *sócio-espaciais* do território com a idealização de um projecto adequado ao mesmo. Questionando, também, a apropriação dos espaços vazios, através da participação colectiva, percebemos que a integração das manifestações das experiências e das expressões locais actuais deveria funcionar enquanto directriz no desenho de projecto, reconhecendo esta participação como um processo que não se encerra na aprovação de projectos terminados e inflexíveis. Será que ao promover a apropriação dos espaços vazios através dessa participação, o efeito catalisador dos mesmos sobre o território promoverá a sua utilidade ao longo do tempo, criando-se através destes lugares, um sistema de espaços colectivos potenciador da continuidade, evitando-se a perda da memória relacionada com o *sentido do lugar* nestes territórios? Continuidade, essa, que não resulta da procura da cidade *homogénea*, globalmente planeada a favor da eficácia mas, pelo contrário, do reconhecimento das particularidades do lugar, estudando o seu retrato *sócio-cultural*, observando os modos de construir e de apropriação dos espaços, num espaço temporal contínuo mas, também, mutável (SOLÁ-MORALES, 2002). Procurar, antes da imposição *estranha* da regra, promover o *acontecimento*, desenhando espaços que criem novas relações com os outros espaços, que aceitem o *tempo* do lugar sem anular ou limitar o seu desenvolvimento.

63. Percebendo que, imaginando a continuidade do trabalho, retrocederíamos na escala, procurando contagiar outros espaços vazios, segundo este sistema, antes de desenhar pormenores construtivos do projecto apresentado.



O sedentarismo deu forma ao lugar da cidade; o nomadismo criou o percurso como um lugar simbólico.⁶⁴ O território difuso, que do espaço sedentário herdou os muros, os recintos, as parcelas, esqueceu o percurso enquanto lugar, retirando-lhe, além da simbologia, o seu desenho enquanto sistema potenciador, atravessado, portanto vivido, reduzindo-se no conceito da eficácia, o conjunto das suas funções. Projectar (n)o território difuso exige a compreensão de um método diferente daquele em que se insiste posicionar o pensamento da arquitectura e do desenho urbano: o da imposição da ordem. Exige um método que seja capaz de, antes do ordenamento, aceitar a ambiguidade, dando espaço às mutações sociais e naturais que acontecem ao longo dos tempos.

Dos espaços vazios cuja presença é marcante nestes territórios, aceitamos a sua estranheza. Da *arte*, num olhar sobre os mesmos, a aceitação estética do desocupado, do inacabado ou do abandonado, compreendendo-os como espaços imprecisos, mas, sobretudo, expectantes. Lugares capazes de dar espaço a novas intervenções e modos de apropriação, que aceitem as vivências, os fluxos e as *tradições* da sociedade contemporânea que habita o urbano difuso. Sistemas geram sistemas: a partir do sistema de percursos que suporta o atravessamento e consequente apropriação dos espaços, até ao sistema de espaços vazios, que por sua vez se pode traduzir num sistema de espaços colectivos. Um sistema capaz de promover cooperações entre iniciativas privadas ou públicas, individuais ou colectivas no funcionamento *comum* do território, manifestando-se numa rede sustentável, catalisadora da qualidade de vida urbana.

64. “Deleuze e Guattari descrevem essas duas diferentes especialidades com uma imagem muito clara: o espaço sedentário é estriado por muros, recintos e percursos entre os recintos, ao passo que o espaço nómada é liso, marcado somente por traços que se apagam e se deslocam com o trajecto. Por outras palavras, o espaço sedentário é mais denso, mais sólido e, por isso, cheio, ao passo que o nómada é um infinito vazio desabitado e muitas vezes impraticável. (...) A cidade nómada é o próprio percurso, o sinal mais estável dentro do vazio, e a forma dessa cidade é a linha sinuosa desenhada pelo subseguir-se dos pontos em movimento. (...) os pontos de partida e chegada têm um interesse relativo, enquanto o espaço intermediário é o espaço do ir, a essência mesma do nomadismo.” (CARERI, 201 :40-41)

5. Referências Bibliográficas

- ASCHER**, François (2010). *Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BAGNASCO**, A. (1977). *Ter Italie: La problemática territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino
- BORJA**, Jordi; **MUXÍ**, Zaida (2000). *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona
- CARERI**, Francisco (2002). *Walkscapes. El andar como práctica estética*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili
- CHOAY**, Françoise (1970). *El Urbanismo. Utopías y Realidades*, Lumen, Barcelona
- CORRÊA**, A.A. Mendes (1925). *Nótulas Arqueológicas*. In *Revista de Estudos Arqueológicos*, vol. II, pp.89 e seguintes.
- DELEUZE**, Gilles (2000) *Diferença e Repetição*. Relógio de Água
- DOMINGUES**, Álvaro; **MARQUES**, T.; (1987) *Breve caracterização do “Médio Ave”*. in *Revista da Faculdade de Letras: Geografia 03*, Porto: Universidade do Porto, p.268-271
- DOMINGUES**, Álvaro (2000). *Os novos mapas da cidade*. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura. PP.35-40
- DOMINGUES**, ÁLVARO (2007). *Qualificação das Periferias*. In *Revista Inforgéo*, Porto: Universidade do Porto. pp.139-143
- DOMINGUES**, Álvaro (2009). *A rua da estrada*. Porto: Dafne
- ESPUELAS**, Fernando (1999). *El claro en el bosque. Reflexiones sobre el vacío en arquitectura*. Barcelona: Fundacion Caja de Arquitectos
- HEIDEGGER**, Martin (1971). *Building, Dwelling, Thinking* (translated by Albert Hofstadter). New York: Harper Colophon Books
- INDOVINA**, Francesco (1990). *La città diffusa*. Venezia: Istituto Universitario di Architettura e Urbanismmodi Venezia. Departamento di Analisi Economici e Sociale del Territorio (DAEST)/ Laboratorio di Strategia territorial (STRATEMA).
- INNERARITY**, Daniel (2006). *El Nuevo Espacio Publico*. Madrid: Espasa
- MANGIN**, David (2004). *La ville franchisée. Formes et structures de la ville contemporaine*. Paris: Éditions de la Villette
- MUXÍ**, Zaida (2004). *La arquitectura de la ciudad global*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili
- NORBERG-SCHULZ**, Christian (1980). *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. London: Academy Editions
- POPE**, Albert (2008). *Terminal Distribution*. in segal, Rafi; verbakel, Els (ed.) – *Cities of Dispersal, Architectural Design*. London: Wiley. Vol. 78
- JACKSON**, John Brinckerjoff (2005), *De lá nécessité des ruines*. Paris: La Lintéau
- LABASTIDA**, Marta (2013). *El Paisaje Próximo. Fragmentos del Vale do Ave, volumen I/ II*, Universidade do Minho. Tese de doutoramento - Arquitectura, Cidade e Território; ori. prof Dra Maria Goula; co-ori. prof. Dr. Álvaro Domingues; prof. Dr. Vincenzo Riso

LYNCH, Kevin (1990). *Wasting Away. An Exploration of Waste: What It is, How It Happens, Why we fear it, how to do it well*. San Francisco: Sierra Club Books

LYNCH, Kevin (1999). *A imagem da cidade*, trad. Maria Cristina Tavares Afonso, Lisboa: Edições 70

OLIVEIRA, Ivo Pereira (2015). *Revisões da infraestrutura viária local, o reconhecimento do lugar público no território desmoralizado e extensamente urbanizado de Santa Maria da Feira*. Guimarães, Universidade do Minho. Tese de doutoramento - Arquitectura, Cidade e Território; ori. prof. Dra Maria Manuel Oliveira; prof. Dr Álvaro Domingues

PORTAS, Nuno (2007). *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte

PORTAS, Nuno (2003). *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*, Nuno Portas, Álvaro Domingues, João Cabral; colab. João Ferrão... [et al.]. Lisboa : FCG

PORTAS, Nuno (2011). *Políticas urbanas II : transformações, regulação e projectos*. Nuno Portas, Álvaro Domingues, João Cabral, Lisboa: FCG

MAROT, Sebastien (2007). *L'art de la mémoire, le territoire et l'architecture*. Paris: La Villette

MARGALEF, Ramón (1992). *En las márgenes de los sistemas ecológicos. Notas de una conferencia*, in Revista Urbanismo (UR) 9-10. Barcelona: Laboratori d'Urbanisme de Barcelona. p.7-8

MATOS, Carla Raquel da Silva; **PINTO**, Marta Raquel Ferreira, (2003) *A indústria transformadora de cortiça em Santa Maria de Lamas, nos anos 50 e 60*. in História. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, III Série, Vol. 4, p. 297-341.

MATTOSO, José, (1993), *A Terra de Santa Maria na Idade Média: limites geográficos e identidade peculiar*. Santa Maria da Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.

NICOLIN, Pier Luigi (1992). *Periferia, Metropolis, Erranza*. in Revista Urbanismo (UR) 9-10. Barcelona: Laboratori d'Urbanisme de Barcelona. pp.9-10

RÉMY, Jean; **VOYÉ**, Liliane. (1984) *A cidade: rumo a uma nova definição?*, trad. José Domingues de Almeida. Porto: Edições Afrontamento

ROUX, Jean-Michel (2006). *Des villes sans politique: Etalement urbain, crise sociale et projets*. Nantes: Gulf Stream

SÁ, Pe. Manuel Francisco de (1940), *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira, Subsídios para a sua história*. PORTO: Casa Nun'Alvares

SANTOS, Eugénio dos; **ALMEIDA**; Carlos Alberto F de (1971) *O castro de Fiães*. In Revista da Faculdade de Letras. Porto

SECCHI, Bernardo (1986). *Progetto di suolo*. in revista Urbanistica, nº 520. Roma: INU Edizioni Srl

SECCHI, Bernardo (2006). *Primeira Lição de Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva

SECCHI, Bernardo (2009) *Antwerp, Territory of a New Modernity*. New York: Sun Editions

SOLÀ-MORALES, Ignasi (1995). *In Any Place*. Cambridge: MIT Press

SOLÀ-MORALES, Ignasi (1996). *Presente y Futuros : Arquitectura en las ciudades*. dir. Ignasi de Solà-Morales, Xavier Costa, Barcelona

SOLÀ-MORALES, Ignasi (2002). *Territorios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

SOLÀ-MORALES, Ignasi (2003). *Diferencias: topografía de la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

SOLÀ-MORALES, Ignasi (2009). *Los artículos de any*. Barcelona: Fund. Caja de Arquitectos

SOLÀ-MORALES, Manuel (2008). *De cosas urbanas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

SOLÀ-MORALES, Manuel (coord.) (1992). *Urbanisme Revista. Projectar la perifèria*. Barcelona: Escola Superior d' Arquitectura de Barcelona - Laboratori d'Urbanisme, UPC

WALL, Alex (2008) *Public Lifestyle in the Low-Density City*. in segal, Rafi; verbakel, Els (ed.) – *Cities of Dispersal, Architectural Design*. London: Wiley, vol. 78 W

WEBBER, Melvin (2004). *La era da promiscuidad*. In Lo urbano em 20 autor es contemporâneos. Barcelona: Escola Superior d' Arquitectura de Barcelona - UPC

Websites

<https://www.publicspace.org/ca/multimedia/-/post/the-impossible-project-of-public-space>

<https://www.cm-feira.pt>

6. Lista de origem/ créditos de imagens

Parte I

Img. 2; 3; 4 - SEBASTIANO, Sérlio, *Segundo livro De Arquitetura e Perspectiva*, 1545 in MAROT, Sebastien, *Suburbanisme et l'art de la memoire*, La Villete, Paris, 2010, p.25

Img. 5 - LORENZETTI, Ambrogio, *Frescoes of the Good and Bad Government*, 1338, Palazzo Pubblico de Siena in <https://www.wga.hu/frame.html?/html/l/lorenzetti/ambrogio/governme/index.html>

Img. 6 - HOCKNEY, David, *Garrowby Hill*, 1998; in <http://www.hockney.com/>

Img. 7 - LORENZETTI, Ambrogio, *Frescoes of the Good and Bad Government*, Palazzo Pubblico de Siena, 1338 in <https://www.wga.hu/frame.html?/html/l/lorenzetti/ambrogio/governme/index.html>

Img. 8 - HOCKNEY, David, *Builders*, 1954 ; in <http://www.hockney.com/>

Img. 9 - Santa Maria da Feira, vista aérea sobre a A1; in *Atlas de Santa Maria da Feira*, Parte I

Img. 10 - HOCKNEY, David, *The road to York trough Sledmere*; in <http://www.hockney.com/>

Img. 11 – GARNETT, William, *Finished Housing*, Lakewood, California, 1950.

Gelatin silver print, 18.7 x 24 cm. The J. Paul Getty Museum, Los Angeles. © Estate of William A. Garnett; in https://www.researchgate.net/figure/William-A-Garnett-FinishedHousing-Lakewood-California-1950-Gelatin-silver-print_fig1_278022035

Img. 12 - HOCKNEY, David, *Sprinkler* in <http://www.hockney.com/>

Img. 13; 14; 15 - Noroeste de Itália, Google Earth, 2017

Img. 16 - Santa Maria da Feira, Google Earth, 2017

Img. 17 - RODCHENKO, Alexander, *Decorative Composition*, 1940 in <https://bestarts.org/artist/alexander-rodchenko/paintings/decorative-composition/>

Img. 18 - Santa Maria da Feira, vista aérea aproximada, Google Earth, 2017

Img. 19; 20 - OLIVEIRA, Ivo, Largo do Morado; Rua da Igreja – zona central de Mozelos, Santa Maria da Feira, fotografias, in OLIVEIRA, Ivo, *Revisões da Infraestrutura Viária Local*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Março, 2015

Img. 21 - Arquivo pessoal, Rua Central, Fiães, Santa Maria da Feira, 2019

Img. 22 - Plano Director Municipal, Santa Maria da Feira in <https://cm-feira.com/urbanismo>

Img. 23 - PORTAS, Nuno (2011). *Políticas urbanas II : transformações, regulação e projectos*. Nuno Portas, Álvaro Domingues, João Cabral, Lisboa: FCG

Img. 24 - Arquivo pessoal, Fiães, 2019

Img. 25 - Arquivo pessoal, Fiães, 2019

Img. 26 - PORTAS, Nuno (2011). *Políticas urbanas II : transformações, regulação e projectos*. Nuno Portas, Álvaro Domingues, João Cabral, Lisboa: FCG

Img. 27 - PORTAS, Nuno (2011). *Políticas urbanas II : transformações, regulação e projectos*. Nuno Portas, Álvaro Domingues, João Cabral, Lisboa: FCG

Img. 28 - PORTAS, Nuno (2011). *Políticas urbanas II : transformações, regulação e projectos*. Nuno Portas, Álvaro Domingues, João Cabral, Lisboa: FCG

Img. 29 - NOLI, Gianbatista, Planta de Roma, 1748, in <http://www.bifurcaciones.cl/2015/05/editorial-19/>

Img. 30 - FELINI, Frederico, frame do filme Roma, 1972

Img. 31; 32; 33; 34; 35; 36 – EYCK, Aldo Van, *Playgrounds*, Amsterdam, in <https://merijnoudenampsen.org/2013/03/27/aldo-van-eyck-and-the-city-as-playground/>

Img. 37 - EYCK, Aldo Van, *Playgrounds*, in <http://futurearchitectureplatform.org/projects/c559f4b8-5784-4434-b9a0-36e5014db688/>

Img. 38 - EYCK, Aldo Van, *Playgrounds*, in <https://www.pinterest.pt/pin/378865387385182750/?lp=true>

Img. 39; 40; 41; 42; 43; 44 - FANELSA, *Archipelago* in <https://atelier-fanelsa.de/project/archipelago/>

Img. 45; 46; 47 – SMITHSON, Robert, *Asphalt Rundown* in <https://www.robertsmithson.com/photoworks/pw.htm>

Img. 48 – SMITHSON, Robert, *Partely Buried Wood Shed* in <https://www.robertsmithson.com/photoworks/pw.htm>

Img. 49; 50 - ROWE, C., & KOETTER, F. (1983). *Collage city*. Cambridge, Mass, MIT Press, capa e contracapa

Img. 51 - BECKETT, Samuel, frames do vídeo *Quadrat* in <https://www.youtube.com/watch?v=L4GqXAsT4UM&t=87s>

Parte II

Img. 50 - Santa Maria da Feira, Google Earth, 2017

Img. 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57 - in *Atlas de Santa Maria da Feira*

Img. 58 – OLIVEIRA, Ivo, desenho original, in OLIVEIRA, Ivo, *Revisões da Infraestrutura Viária Local*, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Março, 2015; adaptado pela autora

Img. 57; 58; 59; 60; 61 – in *Atlas de Santa Maria da Feira*

Img. 62 [...] 70 – Arquivo pessoal, Fiães, 2018/ 2019

Img. 71 – Fiães, Google Earth, 2017

Img. 72 [...] 88 - Arquivo pessoal, Fiães, 2018/ 2019

Esquemas

Esquema 1 [solo permeável/ impermeável]; **Esquema 2** [espaço público]; **Esquema 3** [distribuição dos serviços; equipamentos; tipologias]; **Esquema 4** [inventário técnico-funcional dos espaços vazios]; desenhos realizados pela autora, a partir da planta da zona central de Fiães fornecida pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;

Parte III

Img. 89 [...] 98 – Arquivo pessoal, Fiães, 2018/ 2019

Img. 99 - https://www.facebook.com/pg/Festa-Sra-das-Neves-Fi%C3%A3es-1497988560522903/photos/?ref=page_internal

Img. 100; 101 – <https://www.publicspace.org/es/web/guest/obras/-/project/f250-passage-56-cultural-and-ecological-space>

Img. 103 – Atelier d’architecture Autogérée, Ecobox with mobile modules; in <http://www.spatialagency.net/database/aaa>

Img. 104; 105; 106 - Arquivo pessoal, Fiães 2018/ 2019

Img. 107; 108 - Atelier Fanelisa, Archipelago, Berlim; in <https://atelier-fanelisa.de/project/archipelago/>

Img. 109; 110 - DESCOMBES, George, Parc de Lancy; in MAROT, Sebastien (2007). *L’art de la mémoire, le territoire et l’architecture*. Paris: La villete

Img. 111; 112; 113 - Arquivo pessoal, Fiães 2018/ 2019

Img. 114 - Michèle e Miquel, Jardin Niel, Toulouse; in <http://www.michele-miquel.com/LE-JARDIN-NIEL-TOULOUSE-France>

Img. 115; 116 - DESCOMBES, George, Parc de Lancy; in MAROT, Sebastien (2007). *L’art de la mémoire, le territoire et l’architecture*. Paris: La villete

Img. 117 - SIZA, Álvaro, AGUIRRE, Isabel, Parque de San Domingos de Bonaval, Santiago de Compostela; in <http://www.santiagoturismo.com/parques-e-xardins/parque-de-san-domingos-de-bonaval-7>

Desenhos

Os desenhos (esquissos, plantas, cortes, alçados, perspectiva geométrica), correspondentes à proposta de intervenção apresentada (pp. 110-121) foram realizados pela autora; a partir da planta da zona central de Fiães, fornecida pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;

7. Anexos

1. Plano Director Municipal, Santa Maria da Feira, 2015

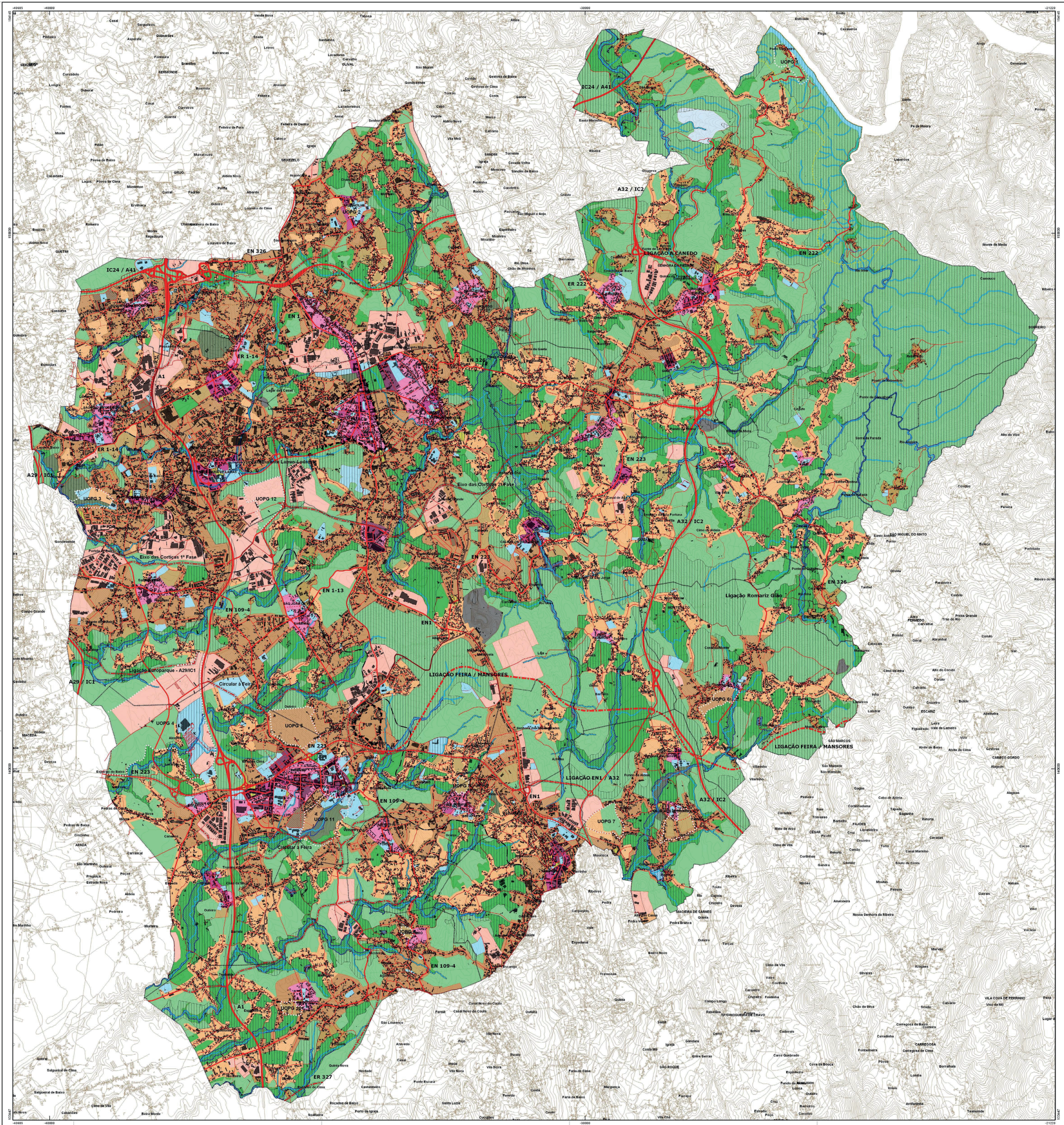
disponível em <http://cm-feira.pt / Urbanismo / Plano Director Municipal>

<https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%2520Navigation/Urbanismo/Plano%2520Director%2520Municipal/1.%2520Plano%2520Director%2520Municipal/ficheiros/2.%2520Plantas%2520de%2520Ordenamento/2.1.%2520Planta%2520de%2520Ordenamento%2520-%2520Classifica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520e%2520Qualifica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520do%2520Solo.pdf>

2. Mapa toponímico - freguesia de Fiães

disponível em: <http://cm-feira.pt / Urbanismo / Mapas interactivos>

https://www.cm-feira.pt/portal/site/cm-feira/template.MAXIMIZE/mapas-tematicos-1/?javax.portlet.tpst=e3e28150623445edc1553a1090af8a0c_ws_MX&javax.portlet.prp_e3e28150623445edc1553a1090af8a0c_viewID=detail_view&javax.portlet.prp_e3e28150623445edc1553a1090af8a0c_thematicContentPath=%2FThematic%20Navigation%2FUrbanismo%2FMapas%20Tem%C3%A1ticos%2FMapas%20Tem%C3%A1ticos%2F&javax.portlet.begCacheTok=com.vignette.cachetoken&javax.portlet.endCacheTok=com.vignette.cachetoken#content



- Legenda**

 - Área de Intervenção do Plano Diretor Municipal
 - Limites Administrativos (CAOP - versão 2014)
 - U.O.P.G.
 - Área de Intervenção de PEOT - POACL
 - Área de Intervenção de PMOT - PUACL (Lourosa)
 - Área de Intervenção de PMOT - PUP (Picalhos)
 - Edificações
 - Leito e Margem dos Cursos de Água
 - Rede Ferroviária Convencional

Rede de Infraestruturas

Rede Rodoviária Principal

 - Via Colectora/Aterial
 - Via Colectora/Aterial Prevista

Rede Rodoviária Distribuidora

 - Via Distribuidora Principal
 - Via Distribuidora Principal Prevista
 - Via Distribuidora Local
 - Via Distribuidora Local Prevista

Rede Rodoviária Local

 - Via de Acesso Local

Espaço Urbano

 - Espaço Central Tipo I Urbanizado
 - Espaço Central Tipo II Urbanizado
 - Espaço Central Tipo III Urbanizado
 - Espaço Residencial Nível I Urbanizado
 - Espaço Residencial Nível II Urbanizado
 - Espaço Residencial Nível III Urbanizado
 - Espaço Urbano de Baixa Densidade Urbanizado
 - Espaço de Actividades Económicas Urbanizado
 - Espaço de Uso Especial - Equipamentos e Infraestruturas Urbanizado
 - Espaço de Uso Especial - Turismo Urbanizado
 - Espaço Central Tipo I Urbanizável
 - Espaço Central Tipo II Urbanizável
 - Espaço Central Tipo III Urbanizável
 - Espaço Residencial Nível I Urbanizável
 - Espaço Residencial Nível II Urbanizável
 - Espaço Residencial Nível III Urbanizável
 - Espaço Urbano de Baixa Densidade Urbanizável
 - Espaço de Uso Especial - Equipamentos e Infraestruturas Urbanizável
 - Espaço de Actividades Económicas Urbanizável
 - Espaço Verde

Espaço Rural

 - Espaço Agrícola
 - Espaço Florestal de Produção
 - Espaço de Exploração de Recursos Geológicos
 - Agglomerado Rural
 - Espaço Verde de Recreio e Lazer
 - Espaço de Equipamentos e Infraestruturas

Espaço Comum ao Solo Urbano e Solo Rural

 - Estrutura Ecológica Municipal
 - Zonas Inundáveis e Ameaçadas pelas Cheias
 - Espaço Canal



PLANTA DE ORDENAMENTO


santa maria da feira
município de fereira

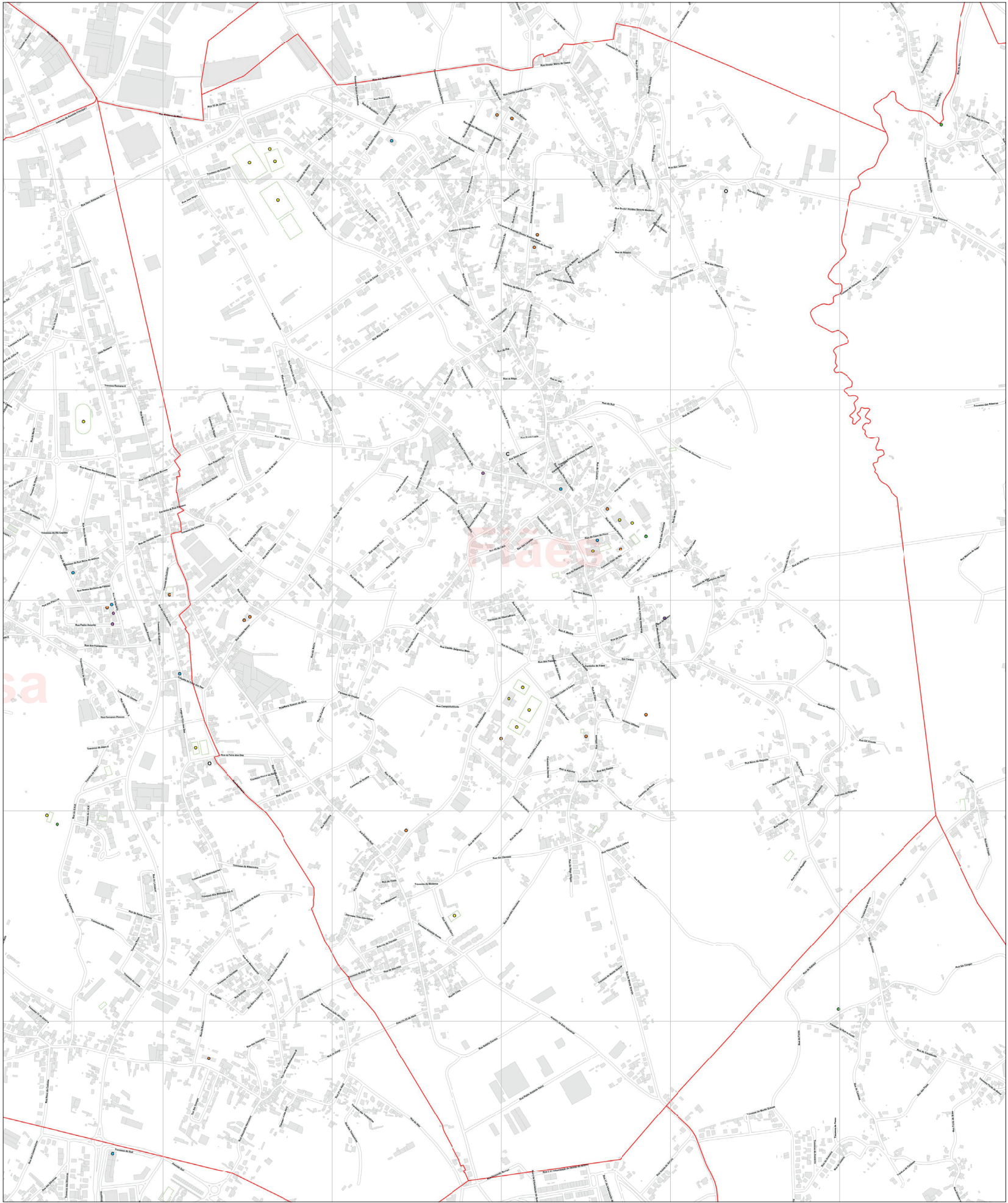
santa

TEL: 00351 256 37 38 00
F: 00351 256 37 38 01

santa.maria.feira@cm-feira.pt
www.cm-feira.pt

PLANTAN.º 1 A

MARÇO 2015



Legenda:

- Delimitação das freguesias
- Anterior limite de freguesia
- Câmara Municipal
- Cultura
- Desporto
- Escola
- Parque
- Património
- Religião
- Saúde
- Campo de Jogos

Alameda da Zona Industrial	C5	Rua Capitão Sagrado Maia	C4	Rua dos Estaleiros	E2
Alameda da Zona Industrial	C6	Rua da Cadeia	C5	Rua dos Estaleiros	E3
Alameda da Zona Industrial	C7	Rua da Cadeia	C6	Rua dos Estaleiros	E4
Alameda da Zona Industrial	C8	Rua da Cadeia	C7	Rua dos Estaleiros	E5
Alameda da Zona Industrial	C9	Rua da Cadeia	C8	Rua dos Estaleiros	E6
Alameda da Zona Industrial	C10	Rua da Cadeia	C9	Rua dos Estaleiros	E7
Alameda da Zona Industrial	C11	Rua da Cadeia	C10	Rua dos Estaleiros	E8
Alameda da Zona Industrial	C12	Rua da Cadeia	C11	Rua dos Estaleiros	E9
Alameda da Zona Industrial	C13	Rua da Cadeia	C12	Rua dos Estaleiros	E10
Alameda da Zona Industrial	C14	Rua da Cadeia	C13	Rua dos Estaleiros	E11
Alameda da Zona Industrial	C15	Rua da Cadeia	C14	Rua dos Estaleiros	E12
Alameda da Zona Industrial	C16	Rua da Cadeia	C15	Rua dos Estaleiros	E13
Alameda da Zona Industrial	C17	Rua da Cadeia	C16	Rua dos Estaleiros	E14
Alameda da Zona Industrial	C18	Rua da Cadeia	C17	Rua dos Estaleiros	E15
Alameda da Zona Industrial	C19	Rua da Cadeia	C18	Rua dos Estaleiros	E16
Alameda da Zona Industrial	C20	Rua da Cadeia	C19	Rua dos Estaleiros	E17
Alameda da Zona Industrial	C21	Rua da Cadeia	C20	Rua dos Estaleiros	E18
Alameda da Zona Industrial	C22	Rua da Cadeia	C21	Rua dos Estaleiros	E19
Alameda da Zona Industrial	C23	Rua da Cadeia	C22	Rua dos Estaleiros	E20
Alameda da Zona Industrial	C24	Rua da Cadeia	C23	Rua dos Estaleiros	E21
Alameda da Zona Industrial	C25	Rua da Cadeia	C24	Rua dos Estaleiros	E22
Alameda da Zona Industrial	C26	Rua da Cadeia	C25	Rua dos Estaleiros	E23
Alameda da Zona Industrial	C27	Rua da Cadeia	C26	Rua dos Estaleiros	E24
Alameda da Zona Industrial	C28	Rua da Cadeia	C27	Rua dos Estaleiros	E25
Alameda da Zona Industrial	C29	Rua da Cadeia	C28	Rua dos Estaleiros	E26
Alameda da Zona Industrial	C30	Rua da Cadeia	C29	Rua dos Estaleiros	E27
Alameda da Zona Industrial	C31	Rua da Cadeia	C30	Rua dos Estaleiros	E28
Alameda da Zona Industrial	C32	Rua da Cadeia	C31	Rua dos Estaleiros	E29
Alameda da Zona Industrial	C33	Rua da Cadeia	C32	Rua dos Estaleiros	E30
Alameda da Zona Industrial	C34	Rua da Cadeia	C33	Rua dos Estaleiros	E31
Alameda da Zona Industrial	C35	Rua da Cadeia	C34	Rua dos Estaleiros	E32
Alameda da Zona Industrial	C36	Rua da Cadeia	C35	Rua dos Estaleiros	E33
Alameda da Zona Industrial	C37	Rua da Cadeia	C36	Rua dos Estaleiros	E34
Alameda da Zona Industrial	C38	Rua da Cadeia	C37	Rua dos Estaleiros	E35
Alameda da Zona Industrial	C39	Rua da Cadeia	C38	Rua dos Estaleiros	E36
Alameda da Zona Industrial	C40	Rua da Cadeia	C39	Rua dos Estaleiros	E37
Alameda da Zona Industrial	C41	Rua da Cadeia	C40	Rua dos Estaleiros	E38
Alameda da Zona Industrial	C42	Rua da Cadeia	C41	Rua dos Estaleiros	E39
Alameda da Zona Industrial	C43	Rua da Cadeia	C42	Rua dos Estaleiros	E40
Alameda da Zona Industrial	C44	Rua da Cadeia	C43	Rua dos Estaleiros	E41
Alameda da Zona Industrial	C45	Rua da Cadeia	C44	Rua dos Estaleiros	E42
Alameda da Zona Industrial	C46	Rua da Cadeia	C45	Rua dos Estaleiros	E43
Alameda da Zona Industrial	C47	Rua da Cadeia	C46	Rua dos Estaleiros	E44
Alameda da Zona Industrial	C48	Rua da Cadeia	C47	Rua dos Estaleiros	E45
Alameda da Zona Industrial	C49	Rua da Cadeia	C48	Rua dos Estaleiros	E46
Alameda da Zona Industrial	C50	Rua da Cadeia	C49	Rua dos Estaleiros	E47
Alameda da Zona Industrial	C51	Rua da Cadeia	C50	Rua dos Estaleiros	E48
Alameda da Zona Industrial	C52	Rua da Cadeia	C51	Rua dos Estaleiros	E49
Alameda da Zona Industrial	C53	Rua da Cadeia	C52	Rua dos Estaleiros	E50
Alameda da Zona Industrial	C54	Rua da Cadeia	C53	Rua dos Estaleiros	E51
Alameda da Zona Industrial	C55	Rua da Cadeia	C54	Rua dos Estaleiros	E52
Alameda da Zona Industrial	C56	Rua da Cadeia	C55	Rua dos Estaleiros	E53
Alameda da Zona Industrial	C57	Rua da Cadeia	C56	Rua dos Estaleiros	E54
Alameda da Zona Industrial	C58	Rua da Cadeia	C57	Rua dos Estaleiros	E55
Alameda da Zona Industrial	C59	Rua da Cadeia	C58	Rua dos Estaleiros	E56
Alameda da Zona Industrial	C60	Rua da Cadeia	C59	Rua dos Estaleiros	E57
Alameda da Zona Industrial	C61	Rua da Cadeia	C60	Rua dos Estaleiros	E58
Alameda da Zona Industrial	C62	Rua da Cadeia	C61	Rua dos Estaleiros	E59
Alameda da Zona Industrial	C63	Rua da Cadeia	C62	Rua dos Estaleiros	E60
Alameda da Zona Industrial	C64	Rua da Cadeia	C63	Rua dos Estaleiros	E61
Alameda da Zona Industrial	C65	Rua da Cadeia	C64	Rua dos Estaleiros	E62
Alameda da Zona Industrial	C66	Rua da Cadeia	C65	Rua dos Estaleiros	E63
Alameda da Zona Industrial	C67	Rua da Cadeia	C66	Rua dos Estaleiros	E64
Alameda da Zona Industrial	C68	Rua da Cadeia	C67	Rua dos Estaleiros	E65
Alameda da Zona Industrial	C69	Rua da Cadeia	C68	Rua dos Estaleiros	E66
Alameda da Zona Industrial	C70	Rua da Cadeia	C69	Rua dos Estaleiros	E67
Alameda da Zona Industrial	C71	Rua da Cadeia	C70	Rua dos Estaleiros	E68
Alameda da Zona Industrial	C72	Rua da Cadeia	C71	Rua dos Estaleiros	E69
Alameda da Zona Industrial	C73	Rua da Cadeia	C72	Rua dos Estaleiros	E70
Alameda da Zona Industrial	C74	Rua da Cadeia	C73	Rua dos Estaleiros	E71
Alameda da Zona Industrial	C75	Rua da Cadeia	C74	Rua dos Estaleiros	E72
Alameda da Zona Industrial	C76	Rua da Cadeia	C75	Rua dos Estaleiros	E73
Alameda da Zona Industrial	C77	Rua da Cadeia	C76	Rua dos Estaleiros	E74
Alameda da Zona Industrial	C78	Rua da Cadeia	C77	Rua dos Estaleiros	E75
Alameda da Zona Industrial	C79	Rua da Cadeia	C78	Rua dos Estaleiros	E76
Alameda da Zona Industrial	C80	Rua da Cadeia	C79	Rua dos Estaleiros	E77
Alameda da Zona Industrial	C81	Rua da Cadeia	C80	Rua dos Estaleiros	E78
Alameda da Zona Industrial	C82	Rua da Cadeia	C81	Rua dos Estaleiros	E79
Alameda da Zona Industrial	C83	Rua da Cadeia	C82	Rua dos Estaleiros	E80
Alameda da Zona Industrial	C84	Rua da Cadeia	C83	Rua dos Estaleiros	E81
Alameda da Zona Industrial	C85	Rua da Cadeia	C84	Rua dos Estaleiros	E82
Alameda da Zona Industrial	C86	Rua da Cadeia	C85	Rua dos Estaleiros	E83
Alameda da Zona Industrial	C87	Rua da Cadeia	C86	Rua dos Estaleiros	E84
Alameda da Zona Industrial	C88	Rua da Cadeia	C87	Rua dos Estaleiros	E85
Alameda da Zona Industrial	C89	Rua da Cadeia	C88	Rua dos Estaleiros	E86
Alameda da Zona Industrial	C90	Rua da Cadeia	C89	Rua dos Estaleiros	E87
Alameda da Zona Industrial	C91	Rua da Cadeia	C90	Rua dos Estaleiros	E88
Alameda da Zona Industrial	C92	Rua da Cadeia	C91	Rua dos Estaleiros	E89
Alameda da Zona Industrial	C93	Rua da Cadeia	C92	Rua dos Estaleiros	E90
Alameda da Zona Industrial	C94	Rua da Cadeia	C93	Rua dos Estaleiros	E91
Alameda da Zona Industrial	C95	Rua da Cadeia	C94	Rua dos Estaleiros	E92
Alameda da Zona Industrial	C96	Rua da Cadeia	C95	Rua dos Estaleiros	E93
Alameda da Zona Industrial	C97	Rua da Cadeia	C96	Rua dos Estaleiros	E94
Alameda da Zona Industrial	C98	Rua da Cadeia	C97	Rua dos Estaleiros	E95
Alameda da Zona Industrial	C99	Rua da Cadeia	C98	Rua dos Estaleiros	E96
Alameda da Zona Industrial	C100	Rua da Cadeia	C99	Rua dos Estaleiros	E97
Alameda da Zona Industrial	C101	Rua da Cadeia	C100	Rua dos Estaleiros	E98
Alameda da Zona Industrial	C102	Rua da Cadeia	C101	Rua dos Estaleiros	E99
Alameda da Zona Industrial	C103	Rua da Cadeia	C102	Rua dos Estaleiros	E100

